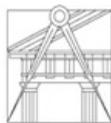




UNIVERSIDADE
DE LISBOA



FACULDADE DE ARQUITETURA
UNIVERSIDADE DE LISBOA

REVELANDO A PAISAGEM E O SEU PATRIMÓNIO CULTURAL

O Percurso como Elemento Dinamizador da Ilha do Faial

BRUNA DE AZEVEDO E CASTRO AMARAL ROCHA

(Licenciada)

Projeto Final de Mestrado para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura,
especialização em Urbanismo

JÚRI

Presidente: Professor Doutor João Pedro Teixeira de Abreu Costa

Vogal: Professora Doutor Luis Paulo Ribeiro (ISA)

ORIENTAÇÃO CIENTÍFICA

Professora Doutora Filipa Viegas Serpa dos Santos

Professora Doutora Maria Matos Silva

Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

Lisboa, Novembro de 2018

Este documento foi elaborado, respeitando o novo acordo ortográfico de língua portuguesa.

TÍTULO | Revelando a Paisagem e o seu Património Cultural

SUB-TÍTULO | O Percurso como Elemento Dinamizador da Ilha do Faial

DISCENTE | Bruna de Azevedo e Castro Amaral Rocha

ORIENTADOR | Prof.^a Dr.^a Filipa Viegas Serpa dos Santos

ORIENTADOR | Prof.^a Dr.^a Maria Matos Silva

Mestrado Integrado em Arquitetura, especialização em Urbanismo

Faculdade de Arquitetura | Universidade de Lisboa

Outubro 2018

RESUMO

A presente dissertação pretende estudar e compreender os conceitos de Paisagem, Património Cultural que, aliados ao desenvolvimento de uma estratégia coerente, visam promover e dinamizar a cultura da ilha do Faial, no Arquipélago dos Açores.

Para tal, os conceitos de Paisagem e de Património Cultural são analisados do ponto de vista etimológico, bem como a partir do seu enquadramento na jurisdição e programação nacional e internacional, com o objetivo de perceber o alcance que ambas têm atualmente na sociedade e nos diferentes programas políticos. É também analisada a noção de percurso temático articulado às estratégias de promoção de diferentes territórios.

Procurar-se-á, além do capítulo dedicado à caracterização do local de estudo, enquadrar os referidos conceitos teóricos na realidade existente na ilha do Faial, para uma completa leitura e compreensão do local.

Através dos conhecimentos adquiridos, propõe-se uma estratégia e uma proposta de carácter projetual que visa a promoção, dinamização e conseqüente desenvolvimento social e económico para a ilha do Faial. Esta estratégia pretende promover a exploração e descoberta da ilha a partir da delimitação de diferentes percursos aliados com a natureza, a paisagem e o seu património cultural.

PALAVRAS-CHAVE

Paisagem | Património Cultural | Percursos temáticos | Ilha do Faial

TITLE | Revealing the Landscape and its Cultural Heritage

SUB-TITLE | The Pathway as a Dynamic Element of Faial Island

STUDENT | Bruna de Azevedo e Castro Amaral Rocha

ADVISOR | Prof.^a Dr.^a Filipa Viegas Serpa dos Santos

ADVISOR | Prof.^a Dr.^a Maria Matos Silva

Master in Architecture, specialization in Urbanism

Faculdade de Arquitetura | Universidade de Lisboa

October 2018

ABSTRACT

This dissertation aims to study and understand the concepts of Landscape and Cultural Heritage along with the development of a coherent strategy and the intent to promote and dynamize the culture of the island of Faial, in the Azores Archipelago.

For such, the concepts of Landscape and Cultural Heritage are analyzed from the etymological point of view, as well as from their context in national and international jurisdiction and government policies. The objective is the understanding of the scope they both have in society and in the different policies. It is also analyzed the idea of thematic path articulated with the strategies of promotion for different territories.

In addition to the chapter dedicated to the characterization of the place of study, we will focus on these theoretical concepts within the existing reality of the island of Faial, for a complete reading and understanding of the land.

Through the acquired knowledge, it is offered a strategy and a project proposal that aims at the promotion, dynamization and consequent social and economic development for the island of Faial. This strategy intends to promote exploration and discovery of the island from the delimitation of different paths allied with nature, the landscape and its cultural heritage.

KEYWORDS

Landscape | Cultural Heritage | Thematic Routes | Faial Island

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de agradecer à Professora Filipa Serpa e à Professora Maria Matos por terem aceite a orientação deste trabalho, por todo o acompanhamento, conhecimentos transmitidos, empenho, dedicação e motivação ao longo deste percurso.

À minha família, em especial aos meus pais, sem o seu apoio constante não teria sido possível chegar a este momento, e à minha irmã, que esteve sempre presente ao longo deste percurso e com quem muitas vezes debati as minhas dúvidas e as minhas questões e que sempre me ajudou e apoiou em todas as horas. A toda a família Barros, e em especial ao João Henrique, por todo o carinho e apoio.

A todos os meus colegas e amigos com quem partilhei toda esta jornada e em especial à Yan, às Joanas, à Inês, à Daniela e a todos aqueles com quem partilhei esta última fase.

ÍNDICE GERAL

RESUMO	I
PALAVRAS-CHAVE	I
ABSTRACT	III
KEYWORDS	III
AGRADECIMENTOS.....	V
ÍNDICE GERAL	VII
ÍNDICE DE FIGURAS	IX
ÍNDICE DE TABELAS	XVII
LISTA DE ACRÓNIMOS	XIX
1 INTRODUÇÃO.....	1
1.1. Tema, questões de partida e objetivos.....	3
1.2. Estrutura do Trabalho	4
1.3. Metodologia.....	5
2 Um percurso em torno das noções de Paisagem e de Património Cultural.....	7
2.1. Os Conceitos Precursores	9
2.1.1. A Paisagem	9
Paisagem no Contexto Jurídico	12
Percorrer e contemplar a paisagem	14
Composição da paisagem da ilha do Faial	17
2.1.2. Património Cultural.....	22
Património e a legislação portuguesa	23
Património imóvel da ilha do Faial.....	26
2.1.3. Percursos Turísticos.....	33
Estratégias de promoção turística	33
<i>Touring</i> Cultural e Paisagístico no Faial.....	35
2.2. Casos de Referência.....	39
2.2.1. Rota Vicentina	39
2.2.2. <i>Windmill Route</i> , Alblasserdam/ Molenwaard	45
2.2.3. Passadiços do Paiva, Arouca	49

3 Interpretar o Faial	53
3.1. Breve Enquadramento Histórico do Arquipélago	55
3.2. Enquadramento Territorial	57
Arquipélago dos Açores.....	57
Ilha do Faial	60
Mercado de trabalho e o setor económico	65
Setor Turístico	66
Caracterização urbana da ilha do Faial.....	71
4 Novos Percursos pelo Património Cultural da Ilha do Faial	75
4.1. Uma rede como estratégia territorial.....	79
4.2. Percorrer uma Paisagem Cultural	83
4.3. Rota dos Moinhos de Vento	89
4.4. Percurso do Miradouro do Alto da Cruz	97
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
BIBLIOGRAFIA.....	121
LEGISLAÇÃO E PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS.....	122
ENTIDADES E DOCUMENTOS DIGITAIS	124
ANEXOS	127

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – (1) <i>Secant</i> de Carl Andre, de 1977 (2) <i>A Line Made By Walking</i> de Richard Long, de 1967	16
Fonte (1.): http://onartandspace.blogspot.com/2014/05/carl-andre-and-definition-of-space.html	
Fonte (2): http://www.richardlong.org/Sculptures/2011sculptures/linewalking.html	
Figura 2 – Carta de Ocupação do Solo (COS) da Ilha do Faial, ano de 2007	17
Fonte: http://ot.azores.gov.pt/store/inc/cosa2007/COS.A_FAI_Cartografia.pdf	
Figura 3 – Fotografia aérea do Vulcão dos Capelinhos, península que resultou da erupção de 1958, que teve uma duração de 13 meses consecutivos de diversos eventos sismovulcânicos	18
Fonte: https://volcanohotspot.wordpress.com/2016/07/23/coming-to-the-point-faial-azores-part-4/	
Figura 4 – Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies do Varadouro - Castelo Branco... 19	
Fonte: Autora, Junho de 2017	
Figura 5 – Inventário Florestal dos Açores de 2007 – Ilha do Faial, representação dos povoamentos florestais por espécie dominante e por domínio de uso do solo.....	20
Fonte: http://drf.azores.gov.pt/areas/inventario-florestal/Paginas/Faial.aspx	
Figura 6 – Levada do Faial, obra de 1964 com extensão inicial de 10km, destruída parcialmente aquando do sismo de 1998, tendo em 2010 o PNF recuperado cerca de 6km para trilhos pedestres.....	20
Fonte: http://siaram.azores.gov.pt/patrimonio-cultural/levada-do-faial/_texto.html	
Figura 7 – Planta de localização e identificação da Rede de Áreas Protegidas do Parque Natural do Faial.....	21
Fonte: Autora, informações disponíveis em: http://parquesnaturais.azores.gov.pt/pt/faial/oquevisitar/areasprotegidas	
Figura 8 – (1) Baía de Angra do Heroísmo e (2) Vinhas da Ilha do Pico, ambas inseridas na Lista do Património Mundial da UNESCO	22
Fonte: http://whc.unesco.org/en/documents/109139 ; http://siaram.azores.gov.pt/patrimonio-cultural/vinhas-pico/Galeria-Paisagem-Cultural/49.html	
Figura 9 – Planta de localização da distribuição do património imóvel classificado na Ilha do Faial	26
Fonte: Autora	
Figura 10 – Património Imóvel – Arquitetura Religiosa, (1) Antigo Colégio dos Jesuítas, (2) Igreja do Carmo e (3) Igreja de Nossa Senhora da Graça	27
Fonte: Autora, Junho de 2017	
Figura 11 – Património Imóvel - Arquitetura Militar, (1 e 2) Reduto da Patrulha e (3) e Muralha Fortificada na Baía do Porto Pim	27
Fonte: Autora, Junho de 2017	
Figura 12 – Património Imóvel – Arquitetura Civil, (1) Sociedade Amor da Pátria e (2) Capitania do Porto da Horta.....	27
Fonte: Autora, Junho de 2017	
Figura 13 – Património Imóvel – Arquitetura Doméstica, (1) Edifício na Alameda Barão de Roches e (2) Vila Maria	27
Fonte: Autora, Junho de 2017	
Figura 14 – Mapa de localização dos imóveis identificados na obra do <i>Inventário do Património Imóvel do Faial</i> de 2003	29
Fonte: Autora	
Figura 15 – Mapa de localização dos moinhos de vento da ilha do Faial identificados na obra Luís Bettencourt, o <i>Inventário dos Moinhos de Vento dos Açores – Novo Papel na sociedade contemporânea</i>	29
Fonte: Autora	
Figura 16 – Moinhos de vento da ilha do Faial de tipologia designada como <i>Moinho Fixo de Pedra</i> . 30	
Fonte: Autora, Agosto de 2017	

Figura 17 – Moinhos de vento da ilha do Faial, de tipologia designada como <i>Moinho Giratório de Madeira</i>	31
Fonte: Autora, Agosto de 2017	
Figura 18 – Conjunto edificados, (1) adegas da Fajã da Praia do Norte e (2) antigo armazém de batatas.....	31
Fonte: Autora, Junho de 2017	
Figura 19 – Edificações de carácter civil, (1)Quartel dos Bombeiros Voluntários da Horta e (2) Escola de Artesanato do Capelo.....	31
Fonte: Autora, Junho de 2017	
Figura 20 – (1) Ponte da Ribeira da Praia do Almocharife do séc. XIX/ XX e (2) Mirante da Conceição do séc. XV/ XVII.....	31
Fonte: Autora, Junho de 2017	
Figura 21 – Construções em ruína, de tipologia de Arquitetura Doméstica	32
Fonte: Autora, Junho de 2017	
Figura 22 – Trilhos Pedestres da Ilha do Faial, com sobreposição das curvas de nível de 10 em 10m.....	36
Fonte: Autora, informações disponíveis em: http://trailst.visitazores.com/pt-pt/trilhos-dos-acoreshortcuts/faial	
Figura 23 – Mapa dos percursos do projeto Horta sobre Rodas.....	36
Fonte: Guia de Percursos Patrimoniais Temáticos - Horta sobre Rodas, pp28-29, informações disponíveis em: http://turismo.cmhorta.pt/images/Guia_HortaSobreRodas_PT.pdf	
Figura 24 – Traçado dos percursos que integram as provas do Azores Trail Run no Faial	38
Fonte: Autora, informações disponíveis em: https://www.azorestrailrun.com/atr-provas-races	
Figura 25 – Gráfico do número de hóspedes na ilha do Faial nos anos de 2010 a 2017, por meses.....	38
Fonte: Autora, informações disponíveis em: https://srea.azores.gov.pt/Reportserver/Pages/ReportViewer.aspx?%2fTurismo%2fHospedes+Dormidas+e+Estada+Media+por+ilha&ilhas=Ilha+do+Faial	
Figura 26 – Mapa de localização dos percursos da Rota Vicentina	40
Fonte: http://pt.rotavicentina.com/ir.html	
Figura 27 – Paisagens do Percurso dos Caminhos Históricos	41
Fonte: http://pt.rotavicentina.com/historico.html	
Figura 28 – Paisagens do Percurso do Trilho dos Pescadores	41
Fonte: http://pt.rotavicentina.com/pescadores.html	
Figura 29 – Paisagens dos Percursos Circulares.....	43
Fonte: http://pt.rotavicentina.com/circulares.html	
Figura 30 – Mapas de localização da <i>Windmill Route</i> (1) Europa Ocidental, (2) Países Baixos, (3) Traçado do Rota dos Moinhos de Vento.....	45
Fonte: Autora, com recurso às imagens disponíveis em: https://www.openstreetmap.org/relation/271170-map=5/46.475/-11.275&layers=T	
Figura 31 – Moinhos de Vento inseridos nas paisagens Neerlandesas.....	46
Fonte: https://www.molens.nl/geschiedenis-van-de-molen/	
Figura 32 – Moinhos de Vento inseridos nas paisagens Neerlandesas.....	46
Fonte: https://www.molens.nl/molens-bezoeken/	
Figura 33 – Moinhos de Vento de Kinderdijk, classificados como Património Mundial pela UNESCO.....	47
Fonte: https://www.holland.com/br/turismo/destinos/provincias/holanda-do-sul/moinhos-de-kinderdijk.htm	
Figura 34 – Passadiços do Paiva inseridos no Vale do Rio Paiva	49
Fonte: https://www.archdaily.com.br/br/787290/passadicos-do-paiva-trimetrica	
Figura 35 – Passadiços do Paiva inseridos no Vale do Rio Paiva	50
Fonte: https://www.archdaily.com.br/br/787290/passadicos-do-paiva-trimetrica	
Figura 36 – Passadiços do Paiva inseridos no Vale do Rio Paiva	50
Fonte: https://www.archdaily.com.br/br/787290/passadicos-do-paiva-trimetrica	
Figura 37 – Passadiços do Paiva inseridos no Vale do Rio Paiva	51
Fonte: https://www.archdaily.com.br/br/787290/passadicos-do-paiva-trimetrica	

Figura 38 – Mapa dos descobrimentos portugueses.....	55
Fonte: https://www.mundoportugues.pt/64020/	
Figura 39 – Mapa Açores Insulae em 1594.....	56
Fonte: https://www.vortexmag.net/quem-e-que-chegou-aos-acores-antes-dos-portugueses/4/	
Figura 40 – Mapa mundo e localização do Arquipélago dos Açores.....	57
Fonte: https://www.arcgis.com/home/webmap/viewer.html?useExisting=1 , editado pela autora	
Figura 41 – Arquipélago dos Açores e a toponímia das ilhas	58
Fonte: https://www.arcgis.com/home/webmap/viewer.html?useExisting=1 , editado pela autora	
Figura 42– (1) Principais estruturas tectónicas da região dos Açores. Legenda: CMA – Crista Médio-Atlântica; ZFEA – Zona de Fractura Este dos Açores; RT – Rift da Terceira, (2) Carta epicentral dos eventos registados no arquipélago dos Açores entre 1980 e junho de 2006.	59
Fonte (1): AHA-DRA (2012). Plano de Gestão de Recursos Hídricos dos Açores - Caracterização e diagnóstico da situação de referência (volume 7 – Faial)	
Fonte (2): AHA-DRA (2012). Plano de Gestão de Recursos Hídricos dos Açores - Caracterização e diagnóstico da situação de referência (volume 7 – Faial)	
Figura 43 – Gráfico da evolução da população residente nos Açores nos anos de 1900 a 2011	59
Fonte: elaborado pela autora, com base nos dados disponíveis em: https://srea.azores.gov.pt/Conteudos/Relatorios/lista_relatorios.aspx?idc=6194&idsc=6825&lang_id=1	
Figura 44 – Gráfico da evolução da população residente estimada nos Açores entre 1991 até 2016	59
Fonte: elaborado pela autora, com base nos dados estatísticos disponíveis em:	
Figura 45 – Ortofotomapa da Ilha do Faial com sobreposição de curvas de nível de 10 em 10m.	60
Fonte: elaborado pela autora, com recurso a imagens aéreas da ilha disponíveis em: https://www.bing.com/maps	
Figura 46 – Ortofotomapa, localização e toponímia das freguesias da Ilha do Faial	61
Fonte: Autora, com recurso a imagens aéreas da ilha do Faial disponíveis em: https://www.bing.com/maps	
Figura 47 – Gráfico de evolução da população residente na ilha do Faial entre 1900 e 2011	61
Fonte: elaborado pela autora, com base nos dados disponíveis em: https://srea.azores.gov.pt/Conteudos/Relatorios/lista_relatorios.aspx?idc=6194&idsc=6825&lang_id=1	
Figura 48 – Estimativa do crescimento da população residente na ilha do Faial entre 1991 e 2016..	61
Fonte: elaborado pela autora, com base nos dados estatísticos disponíveis em https://srea.azores.gov.pt/ReportServer/Pages/ReportViewer.aspx?%2fDemografia%2fEstimativas+da+Populacao+Residente&rs:Command=Rend er	
Figura 49 – Modelo digital de terreno da ilha do Faial, onde se destacam quatro regiões geomorfológicas: o Vulcão Central da Caldeira; o Graben de Pedro Miguel; a Plataforma da Horta; e a Península do Capelo (adaptado de Madeira, 1998; coordenadas UTM - zona 26S).	63
Fonte: COUTINHO <i>et. al.</i> (2008). <i>Na rota dos vulcões – Guia Geológico da Ilha do Faial</i> . Ponta Delgada: Nova Gráfica, p.18	
Figura 50 – Esquema evolutivo das fases de formação da ilha do Faial (Pacheco, 2001). a) fase de atividade submarina e emergente do Vulcão da Ribeirinha; b) desenvolvimento do edifício do Vulcão da Ribeirinha; c) fase de atividade submarina e/ou emergente do Vulcão Central da Caldeira; d) desenvolvimento do edifício do Vulcão Central da Caldeira; e) instalação da Plataforma da Horta; e f) instalação da Península do Capelo.	63
Fonte: COUTINHO <i>et. al.</i> (2008). <i>Na rota dos vulcões – Guia Geológico da Ilha do Faial</i> . Ponta Delgada: Nova Gráfica, p.23	
Figura 51 – Mapa das Ilhas do Triângulo.....	64
Fonte: https://www.arcgis.com/home/webmap/viewer.html?useExisting=1 , modelo do mapa Oceanos, editado pela autora	
Figura 52 – Gráfico da evolução da taxa de desemprego nos Açores desde 1981 até 2017	65
Fonte: elaborado pela autora, com base nos dados disponíveis em: https://srea.azores.gov.pt/Conteudos/Relatorios/lista_relatorios.aspx?idc=6194&idsc=6709&lang_id=1	

Figura 53 – Evolução do número de passageiros desembarcados nos aeroportos dos Açores entre o ano de 2001 e 2017	67
Fonte: https://srea.azores.gov.pt/ReportServer/Pages/ReportViewer.aspx?%2fRelatoriosVarios%2fTransportes-Aéreas&rs:Command=Render	
Figura 54 – Evolução do número de passageiros desembarcados nos portos dos Açores entre o ano de 2001 e 2017	67
Fonte: https://srea.azores.gov.pt/ReportServer/Pages/ReportViewer.aspx?%2fRelatoriosVarios%2fTransportes-Aéreas&rs:Command=Render	
Figura 55 – Evolução do número de passageiros desembarcados no Aeroporto da Horta entre os anos de 2001 e 2017	67
Fonte: https://srea.azores.gov.pt/ReportServer/Pages/ReportViewer.aspx?%2fRelatoriosVarios%2fTransportes-Aéreas&rs:Command=Render	
Figura 56 – Evolução do número de passageiros desembarcados nos transporte marítimos na ilha do Faial entre os anos de 2001 e 2017.....	68
Fonte: https://srea.azores.gov.pt/ReportServer/Pages/ReportViewer.aspx?%2fRelatoriosVarios%2fTransportes-Maritimos&rs:Command=Render	
Figura 57 – Evolução do número de passageiros em embarcações de recreio que atracaram no Porto da Horta entre os anos de 2001 e 2017	68
Fonte: https://srea.azores.gov.pt/ReportServer/Pages/ReportViewer.aspx?%2fRelatoriosVarios%2f15.TransportembarcacoesRecreio&rs:Command=Render	
Figura 58 – Planta das Fortificações e Bahias da Ilha do Fayal de 1804	71
Fonte: IAC (2003). Inventário do Património Imóvel dos Açores – Horta – Faial <i>in: Uma leitura da sua evolução urbana</i>	
Figura 59 – “Vista da Baía da Cidade da Horta na Ilha do Faial, cerca de 1842 - Panorama de Purrington & Russel”	72
Fonte: Purrington & Russel, disponível em: http://philangra.blogspot.pt/2013/02/a-ilha-do-faial.html	
Figura 60 – Vista sobre a baía da Cidade da Horta, Agosto de 2017	73
Fonte: https://www.azores24horas.pt/arquivo/84633 , editado pela autora	
Figura 61 – Frente marítima da Horta, com destaque para a Igreja Matriz e Convento do Carmo.....	73
Fonte: https://www.azores24horas.pt/arquivo/84633 , editado pela autora	
Figura 62 – Casa Rural na Freguesia da Praia do Norte, de construção em pedra, bem como os muros de contenção, Junho de 2017.....	74
Fonte: Autora, Junho de 2017	
Figura 63 – (1) Ilha Graciosa, Furnas do Enxofre; (2) Ilha das Flores, Cascata do Poço do Bacalhau; (3) Ilha do Corvo, Moinho de Vento da Vila do Corvo.....	76
Fonte (1): Inês V., Julho de 2016, disponível em: https://www.tripadvisor.pt/Attraction_Review-g1190885-d4004194-Reviews-Furna_do_Enxofre-Santa_Cruz_Da_Graciosa_Graciosa_Azores.html#photos;aggregationId=101&albumId=101&filter=7&ff=198759339 ;	
Fonte (2): Sário Nunes, Setembro de 2019, disponível em: https://www.instagram.com/p/BnQvtWFH38G/?hl=pt&taken-by=sarionunesphoto ;	
Fonte (3): Will Ponissi, Agosto de 2015, disponível em: https://www.instagram.com/p/6D1pvlOcqX/?hl=pt&taken-at=268133525	
Figura 64 – (1) Ilha do Faial, Vulcão dos Capelinhos; (2) Ilha do Pico, Paisagem da Cultura da Vinha do Pico; (3) Ilha de São Jorge, Fajã dos Cubres	76
Fonte (1): Fraser James, Novembro de 2017, disponível em: https://www.instagram.com/p/Bbut5cplbFl/?hl=pt&taken-by=thefraserjames	
Fonte (2): Nicolas Ho Coui Youn, Agosto de 2018, disponível em: https://www.instagram.com/p/Bm2rCB7Hr4-/?taken-at=282312610	
Figura 65 – (1) Ilha de Santa Maria, Baía de São Lourenço; (2) Ilha de São Miguel, Lagoa do Fogo; (3) Ilha Terceira, Praça de Touros de Angra do Heroísmo	76
Fonte (1): Joana Isabel Paixão, Julho de 2018, disponível em: https://www.instagram.com/p/Blydeh_BqyO/?taken-by=itsdailyju	

Fonte (2): Iza Orłowska, Setembro de 2018, disponível em: <https://www.instagram.com/p/BnNoZB-gC3X/?taken-by=izaorl>

Figura 66 – Trilhos Pedestres da ilha do Faial..... 78

Fonte (1): Sário Nunes, Fevereiro de 2017, disponível em: <https://www.facebook.com/280916111953225/photos/a.1416347485076743.1073741847.280916111953225/1416348881743270/?type=3&theater>

Fonte (2): Sário Nunes, Fevereiro de 2017, disponível em: <https://www.facebook.com/280916111953225/photos/a.1416347485076743.1073741847.280916111953225/1416351075076384/?type=3&theater>

Figura 67 – Trilhos Pedestres da ilha do Faial..... 78

Fonte (1): Sário Nunes, Fevereiro de 2017, disponível em: <https://www.facebook.com/280916111953225/photos/a.1416347485076743/1416347605076731/?type=3&theater>

Fonte (2): Sário Nunes, Fevereiro de 2017, disponível em: <https://www.facebook.com/280916111953225/photos/a.1416347485076743.1073741847.280916111953225/1416347811743377/?type=3&theater>

Fonte (3): Sário Nunes, Fevereiro de 2017, disponível em: <https://www.facebook.com/280916111953225/photos/a.1416347485076743.1073741847.280916111953225/1416350498409775/?type=3&theater>

Figura 68 – Trilhos Pedestres da ilha do Faial..... 78

Fonte (1): Marco Nascimento, Julho de 2016, disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10154929604620021&set=a.10154627939825021&type=3&theater>

Fonte (2): Marco Nascimento, Maio de 2017, disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10155932566190021&type=3&theater>

Fonte (3): Sário Nunes, Outubro de 2017, disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10159496616570486&set=a.10151135200190486&type=3&theater>

Figura 69 – Trilhos Pedestres do Faial – Percurso das Levadas 80

Fonte (1): SIARAM, Março de 2013, disponível em: <http://siaram.azores.gov.pt/patrimonio-cultural/levada-do-Faial/galeria/8.html>

Fonte (2): SIARAM, Março de 2013, disponível em: <http://siaram.azores.gov.pt/patrimonio-cultural/levada-do-Faial/galeria/15.html>

Fonte (3): SIARAM, Março de 2013, disponível em: <http://siaram.azores.gov.pt/patrimonio-cultural/levada-do-Faial/galeria/30.html>

Figura 70 – Trilhos Pedestres do Faial – Percurso das Levadas 80

Fonte (1): SIARAM, Março de 2013, disponível em: <http://siaram.azores.gov.pt/patrimonio-cultural/levada-do-Faial/galeria/2.html>

Fonte (2): SIARAM, Março de 2013, disponível em: <http://siaram.azores.gov.pt/patrimonio-cultural/levada-do-Faial/galeria/27.html>

Fonte (3): SIARAM, Março de 2013, disponível em: <http://siaram.azores.gov.pt/patrimonio-cultural/levada-do-Faial/galeria/46.html>

Figura 71 – Trilhos Pedestres do Faial – Percurso das Levadas 80

Fonte (1): SIARAM, Março de 2013, disponível em: <http://siaram.azores.gov.pt/patrimonio-cultural/levada-do-Faial/galeria/10.html>

Fonte (2): SIARAM, Março de 2013, disponível em: <http://siaram.azores.gov.pt/patrimonio-cultural/levada-do-Faial/galeria/40.html>

Fonte (3): SIARAM, Março de 2013, disponível em: <http://siaram.azores.gov.pt/patrimonio-cultural/levada-do-Faial/galeria/44.html>

Figura 72 – Trilhos Pedestres do Faial, excertos do vídeo promocional do evento *Azores Trail Run 2018* 80

Fonte (1 e 2): Imagens extraídas do vídeo promocional do evento *Azores Trail Run* para o ano de 2018, disponível em: <https://youtu.be/j1Tml0m4VQw>

Figura 73 – Trilhos Pedestres do Faial, excertos do vídeo promocional do evento *Azores Trail Run 2018* 80

Fonte (1 e 2): Imagens extraídas do vídeo promocional do evento *Azores Trail Run* para o ano de 2018, disponível em: <https://youtu.be/j1Tml0m4VQw>

Figura 74 – Património Imóvel – Conjuntos edificados, (1 e 2) Adeegas da Fajã – Praia do Norte e (3) Bairro da Carreira – Castelo Branco..... 82

Fonte (1): Ficha 063 do Inventário do Património Imóvel da Ilha do Faial (IAC, 2005, p.155)

Fonte (2): Ficha 065 do Inventário do Património Imóvel da Ilha do Faial (IAC, 2005, p.158)

Fonte (3): Ficha 086 do Inventário do Património Imóvel da Ilha do Faial (IAC, 2005, p.180)	
Figura 75 – Património Imóvel – Construções Agrárias, piscatórias e produção artesanal, (1) Atafona – Cedros, (2) Museu do Vulcão dos Capelinhos - Capelo e (3) Palheiro – Feteira	82
Fonte (1): Ficha 033 do Inventário do Património Imóvel da Ilha do Faial (IAC, 2005, p.125)	
Fonte (2): Ficha 069 do Inventário do Património Imóvel da Ilha do Faial (IAC, 2005, p.162)	
Fonte (3): Ficha 106 do Inventário do Património Imóvel da Ilha do Faial (IAC, 2005, p.201)	
Figura 76 – Património Imóvel – Aquedutos e Pontes, (1) Ponte da Ribeira de Almocharife – Praia de Almocharife, (2) Ponte da Fernandega – Praia do Almocharife e (3) Ponte do Caminho da Boa Vista – Pedro Miguel.....	82
Fonte (1): Ficha 001 do Inventário do Património Imóvel da Ilha do Faial (IAC, 2005, p.93)	
Fonte (2): Ficha 008 do Inventário do Património Imóvel da Ilha do Faial (IAC, 2005, p.100)	
Fonte (3): Ficha 019 do Inventário do Património Imóvel da Ilha do Faial (IAC, 2005, p.111)	
Figura 77 – Património Molinológico – (1) Moinho do Caminho Velho – Praia do Almocharife, (2) Moinho da Canada do Sousa – Salão e (3) Moinho da Estrada New Bedford – Pedro Miguel	82
Fonte (1): Ficha 037 do Inventário do Património dos Moinhos de Vento da Ilha do Faial (BETTENCOURT, 2012)	
Fonte (2): Ficha 028 do Inventário do Património dos Moinhos de Vento da Ilha do Faial (BETTENCOURT, 2012)	
Fonte (3): Ficha 034 do Inventário do Património dos Moinhos de Vento da Ilha do Faial (BETTENCOURT, 2012)	
Figura 78 – Património Molinológico – (1) Moinho da Rua da Carreira – Castelo Branco, (2) Moinho da Canada do Sousa – Salão e (3) Conjunto de três Moinhos da Lomba – Conceição	82
Fonte (1): Ficha 006 do Inventário do Património dos Moinhos de Vento da Ilha do Faial (BETTENCOURT, 2012)	
Fonte (2): Ficha 026 do Inventário do Património dos Moinhos de Vento da Ilha do Faial (BETTENCOURT, 2012)	
Fonte (3): Ficha 040 do Inventário do Património dos Moinhos de Vento da Ilha do Faial (BETTENCOURT, 2012)	
Figura 79 – Planta dos traçados do Percurso de Ilha e dos Percursos do Interior propostos, com representação a altimetria da ilha (curvas de 10 em 10 metros).....	84
Fonte: Autora	
Figura 80 – Planta dos traçados dos Percursos Locais propostos, com representação a altimetria da ilha (curvas de 10 em 10 metros)	84
Fonte: Autora	
Figura 81 – (1) Estrada Regional, (2) Estrada Municipal e (3) Caminho Municipal – Pedro Miguel	86
Fonte: Autora, Junho de 2017	
Figura 82 – Caminhos Rurais e Florestias – Praia do Almocharife	86
Fonte: Autora, Junho de 2017	
Figura 83 – Planta de implantação da rota dos Percursos pelo Património propostos, com a sobreposição das paragens do serviço de transporte público do Município	86
Fonte: Autora	
Figura 84 – Planta de implantação da rota dos Percursos pelo Património propostos, com a sobreposição dos locais com interesse turístico	87
Fonte: Autora	
Figura 85 – Planta de implantação do Percurso da Rota dos Moinhos, nas freguesias de Praia do Almocharife e Pedro Miguel.....	88
Fonte: Autora	
Figura 86 – Perfil Longitudinal Sobreelevado da Rota dos Moinhos sentido A-B-C, com indicação do património imóvel e pontos de interesse existentes ao longo do percurso.....	90
Fonte: Autora	
Figura 87 – Perfil Longitudinal Sobreelevado da Rota dos Moinhos sentido C-D-A, com indicação do património imóvel e pontos de interesse existentes ao longo do percurso.....	91
Fonte: Autora	
Figura 88 – Planta de implantação do Percurso da Rota dos Moinhos, nas freguesias de Praia do Almocharife e Pedro Miguel, e identificação da soluções dos perfis transversais da rede viária a adotar ou adequar propostos	92
Fonte: Autora	

Figura 89 – Tipologia dos Perfis Transversais propostos, escala 1:500	94
Fonte: Autora	
Figura 90 – Tipologia dos Perfis Transversais propostos, escala 1:500	94
Fonte: Autora	
Figura 91 – Tipologia dos Perfis Transversais propostos, escala 1:500	94
Fonte: Autora	
Figura 92 – Tipologia dos Perfis Transversais propostos, escala 1:500	94
Fonte: Autora	
Figura 93 – Planta de Implantação do Percurso do Miradouro do Alto da Cruz	96
Fonte: Autora	
Figura 94 – Planta de Implantação do Percurso do Miradouro do Alto da Cruz	98
Fonte: Autora	
Figura 95 – Planta de Implantação do Percurso do Miradouro do Alto da Cruz	99
Fonte: Autora	
Figura 96 – Planta de implantação do Percurso – Troço Sul, escala 1:200	102
Fonte: Autora	
Figura 97 – Planta de implantação do Percurso – Troço Sul, escala 1:200	103
Fonte: Autora	
Figura 98 – Perfil Longitudinal A-A' – Troço Sul	104
Fonte: Autora	
Figura 99 – Perfil Longitudinal A-A' – Troço Sul	105
Fonte: Autora	
Figura 100 – Perfil Longitudinal C-C' – Troço Sul	106
Fonte: Autora	
Figura 101 – Planta de implantação do Percurso – Troço Norte, escala 1:200	107
Fonte: Autora	
Figura 102 – Perfil longitudinal C-C'- Troço Norte	108
Fonte: Autora	
Figura 103 – Perfil longitudinal C-C'- Troço Norte	109
Fonte: Autora	
Figura 104 – Estradas de acesso ao lado de intervenção, Estrada Regional e Caminho do Alto da Cruz.....	110
Fonte: Autora, Agosto de 2018	
Figura 105 – Terreno a norte do Caminho do Alto da Cruz	110
Fonte: Autora, Agosto de 2018	
Figura 106 – Ruínas do Moinho de Vento e construções abandonadas.....	110
Fonte: Autora, Agosto de 2018	
Figura 107 – Terreno a sul do Caminho do Alto da Cruz.....	110
Fonte: Autora, Agosto de 2018	
Figura 108 – Vista sobre as freguesias de Pedro Miguel e Ribeirinha, as ilhas de São Jorge e Pico e o Vale da Praia do Almoxarife	110
Fonte: Autora, Agosto de 2018	
Figura 109 – Sede do Parque Natural do Fogo, na Ilha do Fogo, Cabo Verde	112
Fonte: https://www.archdaily.com.br/br/621400/parque-natural-do-fogo-oto	
Figura 110 – Sede do Parque Natural do Fogo, na Ilha do Fogo, Cabo Verde	112
Fonte: https://www.archdaily.com.br/br/621400/parque-natural-do-fogo-oto	
Figura 111 – Fotografias da maquete do Projeto <i>Mercado e Escola de Música</i> , em Son Servera, Palma de Maiorca.....	112
Fonte: http://www.matoscastillo.com/index.php/?proyectos/mercado-y-escuela-de-musica-en-son-servera/	
Figura 112 – Centro de Arte – Casa das Mudas, na Calheta, ilha da Madeira.....	112
Fonte: https://www.archdaily.com.br/br/01-7783/centro-de-artes-casa-das-mudas-paulo-david	

Figura 113 – Centro de Arte – Casa das Mudas, na Calheta, ilha da Madeira.....	112
Fonte: https://www.archdaily.com.br/01-7783/centro-de-artes-casa-das-mudas-paulo-david	
Figura 114 – Planta de implantação do Miradouro do Alto da Cruz, escala 1:1000.....	114
Fonte: Autora	
Figura 115 – Estudo para o traçado dos Percursos da Ilha e do Interior	131
Fonte: Autora	
Figura 116 – Estudo para o traçado dos Percursos Locais	133
Fonte: Autora	
Figura 117 – Estudo para o traçado da Rota dos Moinhos	135
Fonte: Autora	
Figura 118 – Estudo para o reperfilamento dos perfis transversais da Rota dos Moinhos	137
Fonte: Autora	
Figura 119 – Estudo para o reperfilamento dos perfis transversais da Rota dos Moinhos	139
Fonte: Autora	
Figura 120 – Estudo para o reperfilamento dos perfis transversais da Rota dos Moinhos	141
Fonte: Autora	
Figura 121 – Estudo do Percurso do Miradouro do Alto da Cruz.....	143
Fonte: Autora	
Figura 122 – Estudo do Troço Sul do Percurso do Miradouro do Alto da Cruz	145
Fonte: Autora	
Figura 123 – Estudo do Troço Sul do Percurso do Miradouro do Alto da Cruz	147
Fonte: Autora	
Figura 124 – Estudo dos patamares de descanso do Troço Sul do Percurso do Miradouro do Alto da Cruz.....	149
Fonte: Autora	
Figura 125 – Estudo do Perfil Transversal do Troço Norte do Percurso do Miradouro do Alto da Cruz.....	151
Fonte: Autora	
Figura 126 – Estudo do Perfil Transversal do Troço Norte do Percurso do Miradouro do Alto da Cruz.....	151
Fonte: Autora	
Figura 127 – Estudo de pavimento do Percurso do Miradouro do Alto da Cruz	151
Fonte: Autora	
Figura 128 – Estudo da implantação do Equipamento Cultural	153
Fonte: Autora	
Figura 129 – Maquete da Ilha do Faial, escala 1:50.000	155
Fonte: Autora	
Figura 130 – Maquete da Rota dos Moinhos, escala 1:10.000.....	155
Fonte: Autora	
Figura 118 – Maquete do Miradouro do Alto da Cruz, escala 1:500.....	159
Fonte: Autora	

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Tabela síntese das características dos percursos da Rota Vicentina.....	42
Fonte: Autora, com recurso a informações disponíveis em http://pt.rotavicentina.com/resources/docs/6980_Rota%20Vicentina_PT_PDF.zip	
Tabela 2 – Quadro de áreas, de população residente, densidade populacional e taxa de variação da população na ilha do Faial.....	62
Fonte: elaborado pela autora, com base nos dados para os anos de 1991, 2001 e 2011 disponíveis em: http://mapas.ine.pt/download/index2011.phtml	
Tabela 3 – Quadro de indicadores de mercado de trabalho nos Açores e na ilha do Faial	65
Fonte: elaborado pela autora, com base nos dados para os anos de 1991, 2001 e 2011 disponíveis em: http://mapas.ine.pt/download/index2011.phtml	
Tabela 4 – Recenseamento nacional de 2011 para a ilha do Faial, dados da instrução da população e do mercado de trabalho no Município da Horta.....	66
Fonte: elaborado pela autora, com base nos dados disponíveis em: http://mapas.ine.pt/download/files/2011/municipios/BGRI2011_4701.zip	
Tabela 5 – Tabela do desempenho turístico da Região Autónoma dos Açores e da ilha do Faial entre os anos de 2014 e 2017	67
Fonte: https://otacores.com/estatistica/alojamento-local/ ; https://otacores.com/estatistica/hotelaria-tradicional-nos-acoress/ ; https://otacores.com/estatistica/turismo-no-espaco-rural/	
Tabela 6 – Síntese da tabela-resumo dos produtos e subprodutos turísticos para a ilha do Faial	69
Fonte: IPDT, 2015, p.107, editado pela autora.	

LISTA DE ACRÓNIMOS

- AMT – Associação de Municípios do Triângulo
- ARU – Área de Reabilitação Urbana
- ATR – Azores Trail Run
- BTT – Bicicleta todo o terreno ou bicicleta de montanha
- DL – Decreto Lei
- DLR – Decreto Legislativo Regional
- DRR – Decreto Regulamentar Regional
- GR – Grande Rota
- GRA – Governo Regional dos Açores
- IAC – Instituto Açoriano da Cultura
- IIM – Imóvel de Interesse Municipal
- IIP – Imóvel de Interesse Público
- INE – Instituto Nacional de Estatística
- MN – Monumento Nacional
- MR – Monumento Regional
- PDM – Plano Diretor Municipal
- PEMTA – Plano Estratégico e de *Marketing* do Turismo dos Açores
- PNF – Parque Natural do Faial
- PR – Pequena Rota
- RAA – Região Autónoma dos Açores
- SREA – Serviço Regional de Estatística dos Açores
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

1 | INTRODUÇÃO

1.1. | TEMA, QUESTÕES DE PARTIDA E OBJETIVOS

O presente Projeto Final de Mestrado tem como tema principal os Percursos Temáticos como estratégia para o desenvolvimento social e económico no contexto da ilha do Faial, nos Açores, conciliando com este os conceitos e noções de Paisagem e Património Cultural.

Estes temas e o seu estudo aplicado surgem de uma necessidade de propor um produto que vise, a partir dos recursos existentes, a valorização, dinamização e promoção da ilha do Faial. Como tal, surge a ideia de Património Cultural como elemento central para o desenvolvimento deste trabalho e que, inevitavelmente, está inserido e compõe a paisagem desta ilha. A exploração da natureza e das paisagens açorianas, sobretudo através de passeios pedestres e equestres, são das atividades mais requisitadas pelos viajantes que procuram os Açores como destino turístico (IPDT, 2015, pp.15-16), deste modo, questionou-se a possibilidade de aliar e conciliar com estas atividades de natureza mais ativa e desportiva, o percurso e a exploração do território através do património cultural e natural existente, nomeadamente o valor paisagístico associado ao património dos moinhos de vento presentes na ilha.

Com este trabalho pretende-se determinar as bases para uma nova e diversificada oferta para a ilha do Faial de forma estudada, estruturada e fundamentada de modo a proporcionar a conexão dos diferentes lugares, espaços e atividades que a ilha dispõe. Tal como posteriormente será explicado e justificado, este tipo de oferta, centrada na promoção do património cultural e da diversidade tipológica existente é ainda pouco explorada neste território, mas que à partida oferece um enorme potencial para o seu desenvolvimento (IPDT, 2015, p.107).

Serão objeto de análise a história e o enquadramento territorial, caracterização da economia local, o património existente no local de estudo e, por fim, será elaborado um breve enquadramento às políticas atuais, no respeito à promoção e divulgação dos recursos que esta região possui. As diferentes análises estabelecerão o argumento que fundamenta o projeto final apresentado. Pretende-se que a proposta final reúna, num primeiro momento, um conjunto de princípios e critérios que determinarão o traçado dos novos percursos sugeridos e, num segundo momento, um projeto que proporá a construção de infraestruturas como complemento aos traçados definidos, permitindo assim a descoberta e exploração de novos locais da ilha.

1.2. | ESTRUTURA DO TRABALHO

O trabalho apresentar-se-á dividido por cinco capítulos. O presente capítulo pretende introduzir o tema, as questões de partida e os objetivos que se pretendem abordar, desenvolver e alcançar, assim como, apresentar a metodologia adotada e a estrutura final do documento e da proposta.

No segundo capítulo serão apresentados os principais temas que se revelaram fundamentais para a definição da proposta final. O capítulo apresenta-se dividido em duas partes, uma primeira dedicada à apresentação e definição dos conceitos teóricos que fundamentaram as bases para a concretização do trabalho e a segunda que descreve três projetos já concretizados e que foram as principais referências para a construção da proposta que se apresenta.

O terceiro é dedicado à descrição do local de estudo através do enquadramento histórico e territorial e da análise da relação da economia local com o turismo verificado nos últimos anos. Serão ainda descritos os aspetos principais que caracterizam a arquitetura e o património edificado da ilha.

O quarto capítulo respeita à descrição e justificação da estratégia e do projeto elaborados para a ilha do Faial. Serão em primeiro lugar descritos os aspetos que foram definidos para a determinação das diferentes categorias de itinerários propostos e, posteriormente, será apresentada a proposta que visa o planeamento de um conjunto de infraestruturas que pretende aproximar e conectar diferentes espaços, através da exploração de novos traçados.

O relatório terminará com apresentação das considerações finais com síntese da reflexão teórica e projetual preconizada. A bibliografia utilizada e os anexos surgem no momento final do relatório.

1.3. | METODOLOGIA

O processo de desenvolvimento do Projeto Final de Mestrado apresentado iniciou-se pela definição de um tema de reflexão associado à identificação de um território específico – a ilha do Faial e o tema da paisagem e património cultural. Posteriormente, procedeu-se ao levantamento, reconhecimento e registo fotográfico de todo o território em análise, traduzindo-se na construção de mapas temáticos e interpretativos. Como apoio e suporte à execução da proposta, foram também estudados a história e outros aspetos socioeconómicos que caracterizam o local, sobretudo a atual relação da economia da ilha com a atividade turística e desta com o património imóvel. Foram também desenvolvidas análises acerca da sua localização e enquadramento geográfico, evolução da demografia, das taxas de ocupação e dormidas na hotelaria, das principais atividades económicas, da distribuição dos serviços de transporte público e as diretrizes dos planos municipais existentes, com impacto no local de intervenção.

Simultaneamente, foi desenvolvida uma investigação sobre os principais temas que fundamentam e suportam a proposta e a qual concentra aspetos relacionados com a paisagem, o património cultural e os percursos temáticos e de natureza como estratégia de promoção turística. Estes serão os três principais conceitos que conectam toda a proposta e os quais foram estudados a partir de três perspetivas, a primeira do ponto de vista teórico e concetual, a segunda a partir do seu enquadramento com as políticas públicas de ordenamento do território atuais e a terceira a partir das características específicas do território em causa.

Como forma de auxiliar e consolidar o estudo das temáticas referidas, foi realizada também uma investigação de casos de referência que reúnem aspetos semelhantes àqueles que se pretendem alcançar e conciliar na proposta. Posto isto, foi então desenvolvida uma estratégia que assenta na definição das principais diretrizes que determinaram os procedimentos dos quais resultou o traçado dos novos percursos assentes em modos de mobilidade ativa – pedonais e cicláveis, percursos estes que foram planeados e propostos à escala da ilha, com o objetivo conectar os diferentes espaços e realidades. Posteriormente, tomou-se como exemplo um dos percursos definidos na estratégia, para aprofundar a definição projetual e ilustrar as características que devem guiar toda a operação.

2 | UM PERCURSO EM TORNO DAS NOÇÕES DE PAISAGEM E DE PATRIMÓNIO CULTURAL

2.1. | OS CONCEITOS PRECURSORES

No presente capítulo desenvolver-se-á uma discussão dos conceitos que suportam a elaboração do presente trabalho. Pretende-se com este capítulo aprofundar o conhecimento acerca da sua origem e definição conceptual, do seu enquadramento nas políticas nacionais e internacionais, para posteriormente realizar uma breve contextualização destes com o local de estudo.

2.1.1. | A PAISAGEM

O termo Paisagem tem origem na língua francesa *paysage*, que por sua vez deriva do latim *pagus* e que etimologicamente significa *espaço de território que se abrange num lance de vista* (FIGUEIREDO, 1986, p.560). O termo *landscape* também resulta da combinação as palavras *land*, que significa terra, e *scapjan*, esta de origem germânica e que significa trabalhar, estar ocupado ou fazer algo criativo¹.

Atualmente a paisagem é reconhecida como um elemento fundamental na construção de cultura e estabilização de entidades e constituindo-se como um componente fundamental para garantir a *qualidade de vida das populações* (CE, 2000). Para melhor compreensão do seu conceito e do quão indispensável é a sua integração nas políticas sociais, serão apresentadas perspectivas de alguns autores e organizações que se dedicam a esta temática.

A Convenção Europeia da Paisagem, realizada em 2000, determina que **Paisagem** designa uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da ação e da interação de fatores naturais e/ou humanos. Por sua vez, a **Paisagem Cultural** foi definida pela UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura enquanto envolve uma diversidade de manifestações que resulta da interação do homem com o ambiente natural², referindo ainda que a proteção das paisagens culturais deverá incidir e recorrer à utilização de técnicas modernas que visam a sustentabilidade da terra, contribuindo assim para uma maior valorização das paisagens³ (UNESCO, 2012).

1 | Versão original – *According to Wolfgang Haber, the term "landscape" combines "land" which means to work, to be busy, to do something creative - mostly with a plan in mind* (STRECKER, 2018, p.32);

2 | Versão original – *Embraces a diversity of manifestations of the interaction between humankind and its natural environment* (UNESCO, 2012);

3 | Versão original – *Protection of cultural landscapes can contribute to modern techniques of sustainable land-use and can maintain or enhance natural values in the landscape* (idem).

A 16ª Convenção do Património Mundial da UNESCO, foi o primeiro instrumento legal de âmbito internacional a reconhecer e proteger as paisagens culturais como património e a definir as diretrizes essenciais para a classificação e inclusão destas na lista do Património Mundial (UNESCO, 2012). A classificação das paisagens como património divide-se por três categorias que a convenção definiu como (1) paisagens criadas e projetadas intencionalmente pelo Homem; (2) paisagens organicamente evoluídas; e (3) as paisagens culturais associativas (UNESCO, 2008, p.86).

Por outro lado, a Convenção Europeia da Paisagem, organizada pelo Conselho da Europa, surge com o intuito de *estabelecer um instrumento dedicado à gestão, proteção e ordenamento de todas as paisagens europeias*, não valorizando nenhuma paisagem em detrimento de outra e salientando que cada paisagem tem a sua própria especificidade e importância. A Convenção Europeia da Paisagem define e determina que a cada estado membro caberá a função de reconhecer, estabelecer e implementar, de acordo com o panorama constitucional de cada país, as medidas necessárias que visem o reconhecimento da *paisagem como uma componente essencial do ambiente humano, uma expressão da diversidade do seu património comum cultural e natural e base da sua identidade* (CE, 2000).

O Professor Peter J. Fowler, no documento dedicado à reflexão sobre as paisagens culturais entre os anos de 1992 e 2002 para a UNESCO, reúne perspetivas de diferentes autores para a definição de Paisagem Cultural, além das anteriormente referidas. Destaca-se a menção a John Aitchison que afirma que *a paisagem cultural é formada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. A cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural o resultado*. Phillip L. Wagner e Marvin Mikesell surgem também nas referências de Fowler, os quais definem-na como *um produto concreto e característico da interação entre uma determinada comunidade humana (...) e um conjunto particular de circunstâncias naturais. É uma herança de muitas eras de evolução natural e de muitas gerações de esforço humano* (FOWLER, 2003, p.22).

Dos autores portugueses, o Arquiteto Paisagista Gonçalo Ribeiro Telles define a paisagem do ponto de vista cultural como a expressão mais significativa do território, expressão que melhor traduz a obra de sucessivas gerações na progressiva humanização da terra (TELLES, 2016, p.145). Ribeiro Telles refere que a preservação e conservação das paisagens relaciona-se, principalmente, com aquelas que traduzem a cultura e dedicação de determinado povo na criação e manutenção das paisagens e que, por conseguinte, estas

constituem-se paisagens únicas e de valor patrimonial raro (*idem*, p.145). O autor reforça também o papel fundamental que os parques e reservas naturais desempenham em prol da conservação da Natureza e na defesa da paisagem e que a sua conservação e o ordenamento necessitam de incluir todo o território, sobretudo as paisagens tradicionais, para o seu desenvolvimento sustentado seja possível (*idem*, p.148).

Manuela Raposo Magalhães, Arquiteta Paisagista, descreve a paisagem, e no entendimento desta como o seu objeto de estudo e de trabalho, *como uma realidade ecológica, corporizada fisicamente num espaço que se poderia chamar natural*, que combinada com elementos detentores de cultura, correspondem ao conceito de Paisagem Cultural (MAGALHÃES, 2001, p.50). No século XIX, numa representação utópica, a paisagem surgiria como representação da natureza, com a mínima intervenção do Homem. Já no século XX a perceção do seu conceito ultrapassa a ideia da contemplação da natureza, para a compreensão de tudo o que a compõe e que com ela interfere, nomeadamente os ecossistemas que lhe são subjacentes e a intromissão direta ou indireta que terá tido o Homem (*idem*, p.51).

Na sua obra, Manuela Magalhães ainda destaca as afirmações de dois arquitetos paisagistas portugueses, e cita Francisco Caldeira Cabral que se refere à paisagem como a *figuração da biosfera e resulta da ação complexa do homem e de todos os seres vivos – plantas e animais – em equilíbrio com os fatores físicos do ambiente* (*idem*, p.52) e, Gonçalo Ribeiro Telles que nos lembra que é necessário reaproximar os modos de vida rural e urbano e, que o futuro da paisagem *não poderá deixar de estar sujeita a princípios impostos pela essência biológica* e que as intervenções e processos de expansão futuros terão de *estar sujeitas à aptidão do território e da paisagem* (*idem*, p.53).

Compreender a relação entre ambiente natural e ambiente artificial é caracterizada pelo arquiteto e ecologista Ken Yeang como sendo difícil, dando como exemplo um terreno abandonado, que no passado foi alvo da intervenção do homem e que tenha, entretanto, sido envolvido espontaneamente e desprovido da ação humana, pela vegetação e pela vida animal por consequência, concluindo com isto que o terreno tenha sido afetado quer pelo homem quer pela natureza. Reforça-se então a ideia de que não existe lugar algum no mundo que não tenha, direta ou indiretamente, sofrido de alguma forma com a influência generalizada da humanidade e que parte nenhuma da terra pode ser considerada totalmente natural (YEANG, 1999, pp.9-10).

A compreensão da paisagem implica, assim, o conhecimento de fatores como a litologia, o relevo, a hidrografia, o clima, os solos, a flora e a fauna, a estrutura ecológica, o uso do solo e todas as outras expressões da atividade humana ao longo do tempo, bem como a análise da sua articulação, o que resulta numa realidade multifacetada.

(D'ABREU et al., 2005, p.13)

Podemos então concluir dos princípios anteriormente descritos, que a definição do conceito de Paisagem deverá coincidir com a compreensão da variedade de elementos que a compõem e que, simultaneamente, a sua composição poderá conter valores que representam e transmitem cultura, a quais se designam como Paisagens Culturais, paisagens estas que poderão resultar direta ou indiretamente da ação do Homem.

Paisagem no Contexto Jurídico

Na conferência geral da UNESCO, realizada em Santa Fé em dezembro de 1992, intitulada *Convenção sobre a Proteção do Património Mundial Cultural e Natural*, surgiu o primeiro instrumento legal de carácter internacional que visa reconhecer e, conseqüentemente, proteger a paisagem como património cultural. Desde então a categoria de *Paisagens Culturais* integra a lista do Património da Humanidade da UNESCO. O objetivo principal da inclusão das paisagens culturais na lista do património da humanidade assenta sobretudo na necessidade de se proceder à sua identificação e, por conseguinte, assegurar a sua conservação e proteção, permitindo assim a transmissão do *valor universal excepcional* que as caracteriza e define para as gerações futuras (FOWLER, 2003, p.15).

No contexto da legislação portuguesa, importa referir três momentos distintos que mencionam a paisagem. A Constituição da República Portuguesa atribui ao Estado a competência de, através de meios próprios e em conjunto com os cidadãos, *ordenar e promover o ordenamento do território (...), por forma a fomentar e permitir um equilibrado desenvolvimento socioeconómico e a valorização da paisagem*. O Governo Português deverá, igualmente, propor a criação e desenvolvimento de reservas e parques naturais direcionadas ao recreio, promover a classificação e proteção das paisagens e sítios *de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico* (AR, 2005, p.4653).

Na versão atual da Lei de Bases do Ambiente, no capítulo III dedicado à aplicação da política de ambiente, esta classifica como componentes naturais *o ar, a água e o mar, a biodiversidade, o solo e o subsolo, a paisagem*, e ainda identifica a importância relativamente à valorização *dos recursos naturais e dos bens e serviços dos ecossistemas* (AR, 2014a, p.2401). Relativamente à paisagem, o mesmo documento determina que a sua salvaguarda deverá incidir na *preservação da identidade estética e visual, e da autenticidade do património natural, do património construído e dos lugares que suportam os sistemas socioculturais*, ao garantir a sua preservação, conseqüentemente, esta contribuirá para que seja preservada a identidade de cada região que, por conseguinte, estabelecem uma identidade nacional (*idem*, p.2402).

Por último, na Lei de Bases da Política Pública de Solo, de Ordenamento do Território e de Urbanismo a paisagem no capítulo dedicado ao *Direito de Propriedade do Solo*, o qual decreta que o direito à propriedade privada só deverá ser conformado se se verificarem que são protegidos os *princípios e valores constitucionais*, o qual se inclui a proteção da paisagem nos demais valores. O mesmo documento ainda determina que todos os cidadãos têm o dever de *respeitar o ambiente, o património cultural e a paisagem* (AR, 2014b, p. 2989).

Percorrer e contemplar a paisagem

O ato de percorrer e caminhar pela a paisagem esteve sempre presente no cotidiano dos animais e do Homem, do ponto de vista primitiva numa busca pelo alimento. Tal como sugere Maria Sales, *o ato de caminhar desde sempre esteve associado à história da humanidade, ou, de outra forma, poder-se-á dizer que a história da origem da humanidade é a história do ato de caminhar* (SALES, 2015, p.81). O ato de caminhar pela paisagem corresponde a uma forma de a ler, de a observar, *de interpretar essa realidade material na construção de um universo de representação dessa realidade*, e neste sentido os percursos inseridos na paisagem representam uma infraestrutura fundamental para que a sua interpretação e contemplação seja alcançada (*idem*, p.87-88).

O momento de paragem para a contemplação da paisagem convida a um estado de repouso, de reflexão e admiração, ela torna-se a protagonista daquele instante. *A paisagem enquanto “figura” privilegiada da natureza tem o poder de aliar as diferenças, juntar os contrários, tornar sensível a unidade do mundo* (CAUQUELIN, 2013, p.21). Mas esta paragem e esta reflexão não deverá ser entendida nem valorizada ocasionalmente, ela integra o nosso quotidiano e, mesmo que não nos pareça meritória do nosso vislumbre, porque também pertence ao nosso dia-a-dia, ela constitui parte daquilo que nós somos, dos nossos lugares e da nossa história, tal como Jean-Marc Besse⁴ nos diz que elas *não são, exclusivamente, horizontes para contemplar ou territórios para transformar* (BESSE, 2013, p.33).

Jean-Marc Besse no seu capítulo intitulado *Estar na paisagem, habitar, caminhar*, na obra de Isabel Lopes Cardoso que reúne textos de dez autores contemporâneos dedicados à Paisagem e ao Património, reforça a ideia de que paisagem não se poderá resumir apenas *a uma imagem mental, social, cultural projetada para o mundo exterior, nem só (...) a extensão material transformada e fabricada pelo Homem*, porque além destas duas formas que estabelecem a paisagem outro elemento também a compõem, elemento esse a que o autor designa como *o ser da paisagem*, ou seja, aquele que se relaciona com a paisagem, que a utiliza como o palco onde decorrem as suas ações e que habita (*idem*, pp.33-34).

4 | Jean-Marc Besse – Professor associado de Geografia e Doutorado em História Cultural da Paisagem na Universidade Pantheon-Sorbonne, em Paris

É assim que deveríamos considerar as paisagens: não apenas em função da sua aparência ou da sua conformação a tal ou tal ideal estético, mas também de acordo com a sua maneira de satisfazer as necessidades elementares, como a de partilhar algumas dessas experiências sensoriais num lugar familiar: as canções populares, os pratos populares, uma espécie particular de clima que seja suposto não ser encontrado em qualquer outro lado, um desporto ou um jogo especial, praticados unicamente nesse local. Estas coisas lembram-nos que nós somos ou que nós vimos de um local particular: um país, uma cidade, um bairro. Uma paisagem devia estabelecer ligações entre as pessoas, a ligação criada pela língua, os usos, a prática do mesmo género de organização espacial que favoreça essas experiências e essas relações: o espaço para juntar, para celebrar e espaços para a solidão. Espaços que não mudam jamais e permanecem sempre, tal como a memória no-los pinta. Eis algumas das características que dão a uma paisagem a sua natureza única, que lhe dão um estilo e que fazem com que a recordemos com emoção (excerto de John Brincherhoff Jackson citadas por Jean-Marc Besse).

(BESSE, 2013, pp.36-37)

Do ponto de vista de Besse, a paisagem corresponde ao lugar em que o Homem experiencia e vivencia o mundo, representa o local *dessa circulação entre homem e mundo* e a transforma num *espaço vivido* (*idem*, p.34). Além desta conceber o palco das relações do Homem com o mundo no seu quotidiano, a paisagem, tal como nos sugere o autor, pode também ser vivida e habitada através do ato de por ela caminhar, o qual o viajante se predispõe a uma experiência *plurissensorial*, isto é, o percorrer a paisagem irá despertar ao caminhante os seus diferentes sentidos e emoções, que de outra forma não seria possível (*idem*, pp.45-49).

Do ponto de vista estético ou artístico sobre o ato de caminhar pela paisagem, surge nos EUA no final da década de 1960 o movimento artístico *Land Art*, o qual relaciona o Homem com a paisagem através da criação ou projeção de peças/ construções para determinado local e as quais, na sua maioria, são construídas com recurso a materiais nele existentes e, pelas suas características, não é possível reuni-las num museu ou galeria de arte.

Este movimento surge, além do descontentamento vivido à época com a monotonia cultural ou o desenvolvimento tecnológico, pela crescente preocupação com as questões relacionadas com o ambiente e a ecologia (SALES, 2015, p.94). Maria Sales menciona dois

artistas que interpretam e assumem perspectivas diferentes sobre as suas concepções artísticas, no caso de Richard Long *as suas obras realizam-se andando, a sua arte é o próprio ato de andar, de percorrer uma paisagem enquanto as obras de Carl Andre são esculturas sobre as quais é possível caminhar* (*idem*, p.94).

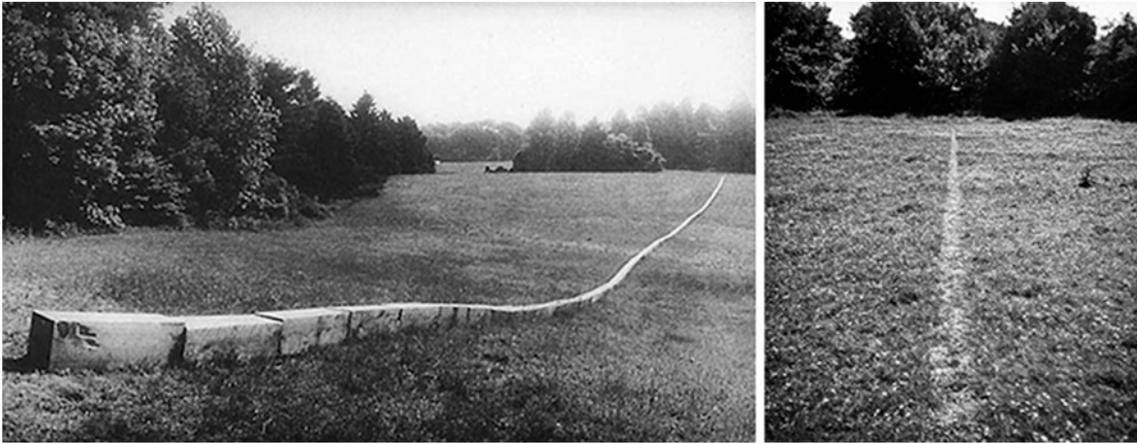


Figura 1 – (1) *Secant* de Carl Andre, de 1977 (2) *A Line Made By Walking* de Richard Long, de 1967

A interação com a paisagem pode então ser visto e entendido de diferentes perspectivas, quer seja para a sua contemplação, como modo de ligação entre dois pontos de interesse, como uma via em busca da melhor tela para a criação de uma obra de arte, ou simplesmente, como um ato rotineiro da população existente e identitária dos locais, mas sem nunca desfazer a importância do ato de percorrer e da relação e interação que este proporciona com a paisagem envolvente. Tal como refere Francesco Careri *o ato de caminhar pode transformar-se num instrumento para intervir e gerar interações nas transformações dos espaços e da paisagem* (*idem*, p.96).

Composição da paisagem da ilha do Faial

A atual paisagem do arquipélago dos Açores é resultado da interação do Homem, que ali atracou há cinco séculos, com a natureza. Dos diferentes elementos que a constituem, iniciamos a sua descrição a partir da descrição da COS - Carta de Ocupação do Solo da ilha do Faial (Figura 2), a qual descreve que cerca de 51,84% do seu território está tomado por pastagens, 17,90% são áreas florestais, 12,74% áreas agrícolas, 9,35% vegetação natural e 5,26% áreas urbanas (COS, 2007, p42.).

Carta de Ocupação do Solo, 2007

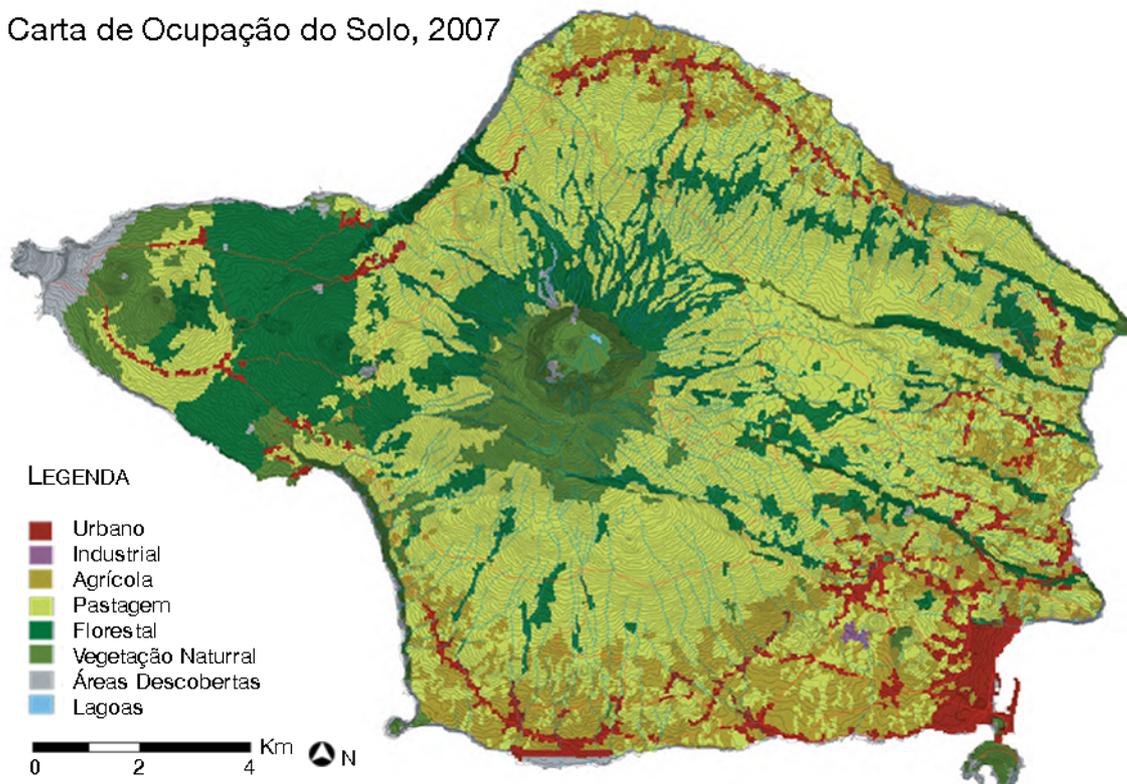


Figura 2 – Carta de Ocupação do Solo (COS) da Ilha do Faial, ano de 2007

Os açores distinguem-se das demais ilhas pela sua origem geológica, localização e constituição geográfica. São nove as ilhas do arquipélago e as quais emergiram pela força da natureza no meio do Oceano Atlântico, através de uma diversidade de eventos sismovolcânicos, ocorridos ao longo de mais de 8 milhões de anos (AHA-DRA, 2012, pp.47). *Na poética paisagística misturam-se a presença da água e do fogo, as forças do interior e da superfície da Terra, traduzidas nas mais variadas expressões do oceano e dos fenómenos vulcanológicos* (D'ABREU, 2005, p.21).

A origem vulcânica é evidente na composição da paisagem açoriana expressa através da montanha da ilha do Pico, do vulcão dos Capelinhos na ilha do Faial, das escoadas lávicas, que resultam na formação de fajãs, muito frequentes na ilha de São Jorge, dos cones de escórias presentes nas ilhas do Faial, Graciosa ou Terceira ou dos vulcões com caldeira evidentes nas ilhas do Corvo, Faial, Graciosa, Terceira e São Miguel (AHA-DRA, 2012, pp.47-48).



Figura 3 – Fotografia aérea do Vulcão dos Capelinhos, península que resultou da erupção de 1958, que teve uma duração de 13 meses consecutivos de diversos eventos sismovulcânicos

O mar, inevitavelmente presente na paisagem insular e que envolve o arquipélago traduz-se, simultaneamente, numa ideia de isolamento do povo e das ilhas, relativamente aos continentes europeu e americano, mas também transmite uma sensação de tranquilidade e pacificidade quando admiramos e refletimos sobre o seu horizonte imenso e incerto, *em situações climatéricas calmas assemelha-se a um infinito espelho de água* (D'ABREU, 2005, p.22).

O clima nos Açores, de acordo com o Instituto Português do Mar e da Atmosfera, classifica-se como um clima temperado marítimo. Na ilha do Faial este caracteriza-se nas zonas costeiras por ter um verão quente, temperado a seco e o interior da ilha distingue-se por ter um clima sem estação seca com verão temperado. No geral este traduz-se num clima com pouca variação de amplitude térmica, apresentando uma média anual de temperatura

de 17°C e de humidade relativa do ar de 77% (IPMA, 2011, pp.15-18). Resultante das condições climatéricas verificadas na região e em conformidade com os solos que a constitui, as ilhas ostentam uma grande diversidade na sua cobertura vegetal, de solos férteis na maioria, o que proporcionou a criação de espécies endémicas e que, por conseguinte, lhes confere uma preocupação assente na sua preservação e conservação (D'ABREU, 2005, p.23; SILVA, 2007, p.9).



Figura 4 - Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies do Varadouro - Castelo Branco

Dos mais variados elementos vegetais presentes na ilha do Faial, destacam-se da sua flora as Hortênsias, que embora seja uma espécie invasora, delas deriva a denominação de Ilha Azul ao Faial, por estas se apresentarem por toda a ilha e de cor azul. Também invasoras são algumas das espécies predominantes por todo o arquipélago, destacando-se a criptoméria do tipo japónica, eucalipto, pinheiro bravo e a acácia (Figura 5). Loureiros, cedro-do-mato, o pau-branco, a hera estão também presentes por toda a ilha e são designadas como espécies endémicas. A *myrica faya* ou faia-da-ilha é uma espécie autóctone e desta deriva o nome da Ilha do Faial, por existir em grande abundância aquando do seu povoamento (SRAF, 2013; FLORA.ON, 2014).

A 7 de Novembro de 2008 foi criado, por Decreto Legislativo Regional – DLR nº46/2008, o PNF - Parque Natural do Faial (Figura 7) o qual integra a rede de áreas classificadas na ilha e as áreas pertencentes à Rede Natura 2000. Destas áreas constam as reservas naturais, as áreas protegidas para gestão de habitats ou espécies, áreas protegidas para gestão de recursos e as áreas de paisagem protegida (RAA-AL, 2007; RAA-AL, 2008b).

INVENTÁRIO FLORESTAL, 2007

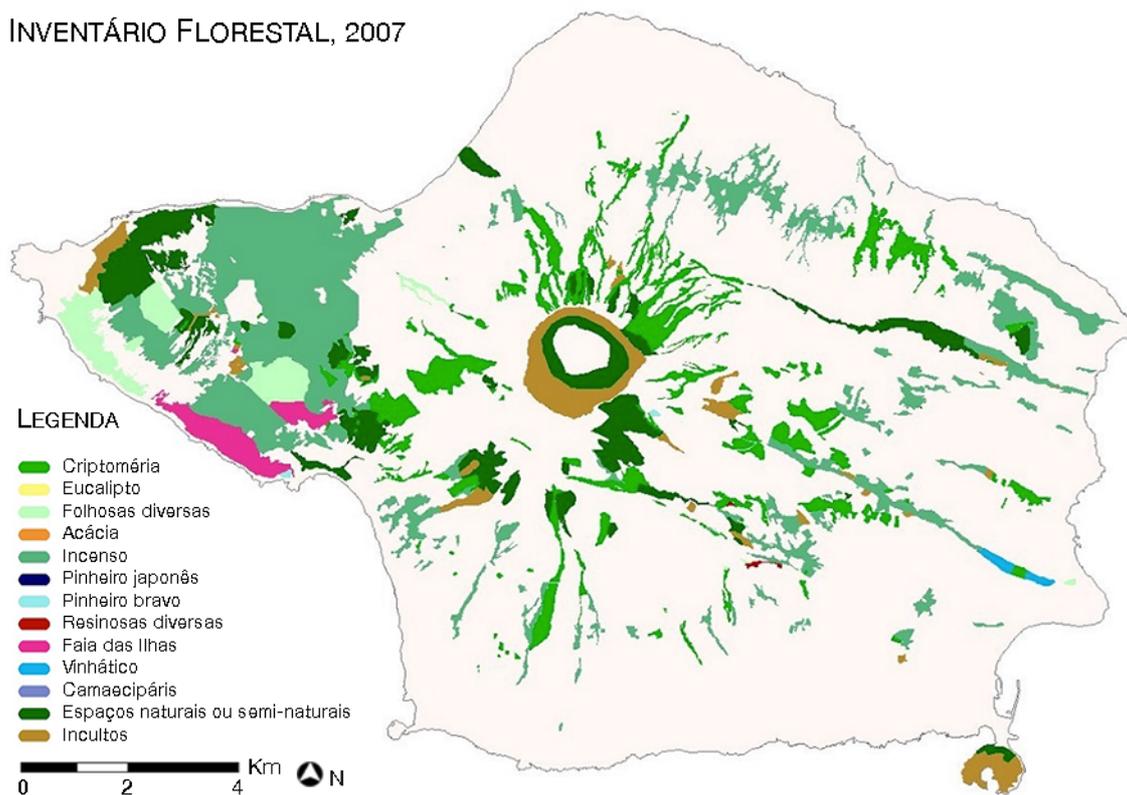


Figura 5 – Inventário Florestal dos Açores de 2007 – Ilha do Faial, representação dos povoamentos florestais por espécie dominante e por domínio de uso do solo

A criação do PNF decorre da implementação das políticas regionais que visam a conservação, preservação e de gestão dos ecossistemas, da biodiversidade e dos valores e recursos naturais, paisagísticos, científicos e espirituais dos Açores (RAA-AL, 2007, p.4035). Assegurar a conservação da natureza, garantir a diversidade biológica, a par da preservação da paisagem Faialense e utilização responsável e sustentável dos seus recursos naturais, determinam as funções primárias para a constituição do PNF, com o objetivo de proporcionar o bem-estar da população e potenciar o turismo na ilha (RAA-AL, 2008b).



Figura 6 – Levada do Faial, obra de 1964 com extensão inicial de 10km, destruída parcialmente aquando do sismo de 1998, tendo em 2010 o PNF recuperado cerca de 6km para trilhos pedestres.

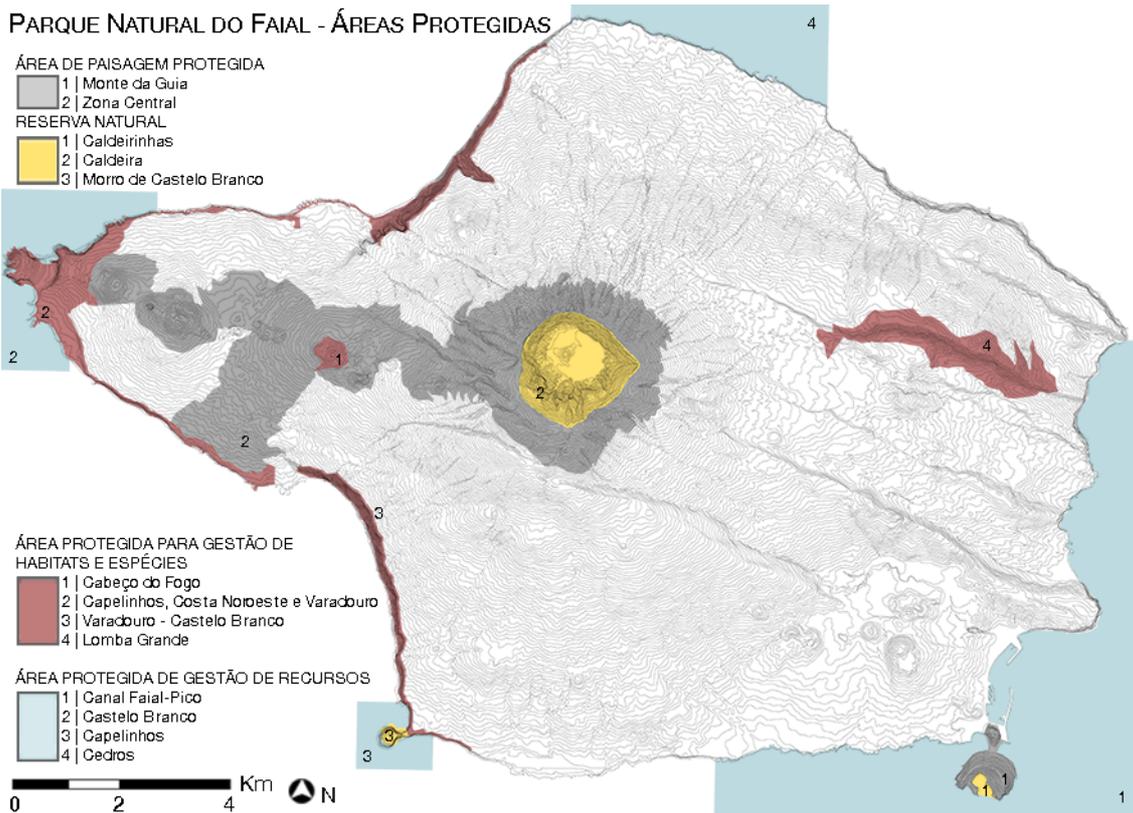


Figura 7 – Planta de localização e identificação da Rede de Áreas Protegidas do Parque Natural do Faial

Embora seja impossível descrever tudo o que compõe a paisagem faialense, esta também é composta por elementos que têm a clara intervenção clara do Homem, aqueles que por ele foram construídos. São diferentes os elementos que compõem esta paisagem mais construída, desde os elementos edificados, às praças, parques e jardins, aos caminhos e estradas abertos para possibilitar a comunicação via terrestre das populações. Alguns desses elementos estarão descritos no subcapítulo, dedicado ao património imóvel da ilha do Faial e no capítulo terceiro, dedicado à caracterização urbana e arquitetónica da ilha do Faial.

2.1.2. | PATRIMÓNIO CULTURAL

Em termos etimológicos Património tem origem no latim *patrimonium*, o qual compreende e transmite valores como *bens de família*, *bens*, *haveres* e *herança* (FIGUEIREDO, 1986, p.613). José-Augusto França⁵ sugere que o *conceito de Património é um conceito que, por ser histórico, remete para um conceito de História* (FRANÇA, 1996, p.23). De acordo com os autores que coordenaram a edição da obra *Direito do Património Cultural*, estes sugerem e citam um alvará⁶, datado de 1721 por D. João V, como o fundador da noção e consideração pelo *Património como elemento da nossa cultura* por este conter indicações contra a destruição de edifícios representativos de antigas civilizações (FRANÇA, 1996, p.25-26; MIRANDA *et al.*, 1996, p.18).



Figura 8 – (1) Baía de Angra do Heroísmo e (2) Vinhas da Ilha do Pico, ambas inseridas na Lista do Património Mundial da UNESCO

O conceito de Património tem evoluído bastante, sobretudo no último século. Em 1931, nas conclusões da Conferência Internacional de Atenas, mais conhecida como a Carta de Atenas do Restauro, surge pela primeira vez a noção de Património Internacional, embora nesta época o seu conceito abrangia principalmente a ideia de *monumento histórico isolado* (LNEC, 1987, p.2). Já em 1972, em Paris, é adotada a *Convenção sobre a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural* pela UNESCO, a qual considera como património cultural monumentos, conjuntos e locais de interesse de *valor universal excepcional do ponto*

5 | José-Augusto França – Licenciado em Ciências Históricas e Filosóficas, doutorado em História e em Letras. Professor Catedrático das Faculdades de Direito da Universidade de Lisboa e da Universidade Católica Portuguesa; Presidente do Conselho Diretivo da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

6 | José-Augusto França cita o alvará proclamado por D. João V datado de 20 de Agosto de 1721, o qual referia que daqui em diante nenhuma pessoa de qualquer estado, qualidade e condição que seja, [possa] desfazer ou destruir em todo nem em parte, qualquer edifício que mostre ser daqueles tempos (assim designados Fenícios, Gregos, Persas, Romanos, Godos, Árabios) ainda que em parte esteja arruinado e da mesma sorte as estátuas, mármores e cipos... (FRANÇA, 1996, p.25).

de vista da história, da arte ou da ciência e como património natural os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de formações (...), as formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas (...) e os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excecional do ponto de vista da ciência, conservação ou beleza natural (UNESCO, 1972).

A Convenção de 1972 resulta da necessidade de se adotarem medidas concretas com vista à prevenção da degradação e destruição do património cultural e natural, porque a perda de tais elementos constitui *um empobrecimento efetivo do património de todos os povos do mundo* e assegurar a sua salvaguarda é fundamental para a estabilização e transmissão da cultura para as gerações futuras (*idem*). Desta Convenção resultou a criação do Comité do Património Mundial que, entre outras funções, será responsável pela criação da Lista do Património Mundial. Atualmente, Portugal tem inscritos na Lista do Património Mundial da UNESCO quinze bens, sendo dois deles o Centro Histórico de Angra do Heroísmo na Ilha Terceira e a Paisagem da Cultura da Vinha na Ilha do Pico, classificado em 1983 e 2004, respetivamente.

Património e a legislação portuguesa

Em Portugal, em termos constitucionais, a primeira referência que surge relativa ao Património Cultural é na Constituição da República Portuguesa em 1976, a qual mencionava no seu artigo 78º que *o Estado tem a obrigação de preservar, valorizar o património cultural do povo português* (PR, 1976, p.748). Desde então a noção de Património Cultural nas políticas públicas progrediu. Atualmente, na legislação em vigor são vários os diplomas que se dedicam à salvaguarda do património.

A Lei nº107/2001, de 8 de Setembro, estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do Património Cultural. O DL – Decreto-Lei nº149/2015, de 4 de Agosto, que estabelece o regime jurídico de salvaguarda do Património Imaterial e o DL nº142/2008, de 24 de Julho, que estabelece o regime jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, este último dedicado ao património natural. O âmbito destes documentos incide sobre *todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização* (AR, 2001, p.5808) e que simultaneamente *representem testemunhos etnográficos ou*

antropológicos com valor de civilização ou de cultura com significado para a identidade e memória coletivas (idem, p.5825). Para que os diversos elementos se constituam como Património Cultural deverão possuir valores históricos, paleontológicos, arqueológicos, arquitetónicos, linguísticos, documentais, artísticos, etnográficos, científicos, sociais, industriais ou técnicos e conter valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade (idem, p.5808).

É da responsabilidade do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais identificar e inventariar os bens culturais existentes de forma coordenada, planeada, programada e eficiente de acordo com os instrumentos e recursos existentes e garantindo o seu cumprimento, através de correta inspeção e prevenido, igualmente, a perda e/ ou degradação de elementos que se constituam como património cultural. Estas entidades deverão, também, promover regularmente o levantamento de informação respeitante ao património cultural e facultá-la a todos os cidadãos e organizações interessadas (*idem*, p.5809). É fundamental que seja garantida, em qualquer intervenção afeta a um elemento patrimonial, que a mesma ocorra de forma responsável e informada de modo a garantir a integridade dos elementos (*idem*, p.5809).

Como Património Cultural poder-se-ão distinguir os bens imóveis e os bens móveis, por se constituírem dois dos principais elementos, a par com o já referido património natural, como impulsionadores e condutores do trabalho apresentado. Tal como está estabelecido na Convenção de Paris de 1972, os bens imóveis são classificados de acordo com as categorias de monumentos, conjuntos ou sítios (AR, 2001, p.5811), mais concretamente, estes elementos poderão incidir sobre *prédios rústicos e prédios urbanos, edificações ou outras construções (...), bem como jardins, praças ou caminhos* (MC, 2009, p.7977). Os bens móveis compreendem *espécies artísticas, etnográficas, científicas e técnicas, bem como espécies arqueológicas, arquivísticas, áudio-visuais, bibliográficas, fotográficas, fonográficas* (AR, 2001, p.5817). Os bens imóveis ou móveis obter a classificação de património de interesse nacional, público ou municipal. Qualquer bem imóvel que inclua a lista do património mundial deverá possuir a classificação de património de interesse nacional (*idem*, p.5811).

Na RAA – Região Autónoma dos Açores, o local do caso de estudo do presente trabalho, vigora o DLR nº29/2004/A, de 24 de Agosto (RAA-AL, 2004), o qual visa incluir e adaptar à região as medidas decretas pela Lei nº107/2001. É fundamental para as regiões e para o país que a identificação, inventariação, classificação, proteção e consequente

valorização do património sejam desenvolvidas, por forma a permitir que tais valores sejam preservados e transmitidos a outras gerações. No caso da RAA, incumbe à Direção Geral da Cultura e aos seus diversos municípios o cumprimento de tais tarefas, conforme o disposto no nº2 do artigo 94º da Lei nº107/2001, de 8 de Setembro e do nº 1 e 2 do artigo 4º do DLR nº29/2004/A, de 24 de Agosto.

Os proprietários de bens imóveis classificados como Património Cultural ou que se situem em zonas classificadas como Áreas de Reabilitação Urbana – ARU no Arquipélago dos Açores têm ao seu dispor uma diversidade de programas que incentivam e promovem a recuperação e conservação. Entre eles destaca-se O DRR – Decreto Regulamentar Regional nº23/2015/A, de 29 de Outubro, visa regulamentar o *Regime de Apoios a Conceder (...) à Recuperação e Conservação do Património Cultural*⁷, apoios esses que *revestem a forma de participação financeira a fundo perdido e de apoio técnico* (RAA-PG, 2015, p.9335). O Programa Operacional para os Açores 2020⁸, que tem como objetivo apoiar as propostas que visem o desenvolvimento regional e, determina no 6º eixo prioritário, que um dos seus objetivos específicos (nº6.3.1.) assenta na promoção do *Património Cultural e Natural, com especial interesse na consolidação da imagem da região* por este se estabelecer com um elemento *identitário e simbólico* da região e que é capaz de potenciar a economia regional (DRPFE, 2014, pp.153-156).

7 | O Decreto Regulamentar Regional – DRR nº23/2015/A, de 29 de Outubro, estabelece o regime de apoios a conceder pela administração regional autónoma à preservação do património cultural imóvel e móvel da Região Autónoma dos Açores;

8 | O Programa Operacional para os Açores (PO AÇORES 2020) é participado pelos fundos estruturais comunitários FEDER e FSE, para o período de programação 2014-2020, com execução na Região Autónoma dos Açores (DRPFE, 2014, p.13).

Património imóvel da ilha do Faial

Na ilha do Faial, além do património natural destacado no número anterior dedicado à Composição da Paisagem Faialense e, de acordo com o DRR nº30/2000/A, respeitante ao Plano Diretor Municipal da Horta – PDM Horta e com o Registo do Património Cultural dos Açores, estão classificados na ilha trinta e um imóveis (Figura 9), os quais correspondem (GRA, 2000, p.5112; DRC, 2015):

- um Monumento Nacional – MN;
- um Monumento Regional – MR;
- dezoito Imóveis de Interesse Público – IIP;
- Onze Imóveis de Interesse Municipal – IIM;
- trinta e cinco elementos arbóreos de quatro espécies distintas.

No ano de 2017 iniciou-se o processo de classificação de outras quinze edificações como IIP localizados na cidade da Horta e um conjunto edificado na freguesia da Praia do Norte (SILVA, 2018).

PATRIMÓNIO IMÓVEL CLASSIFICADO DO FAIAL

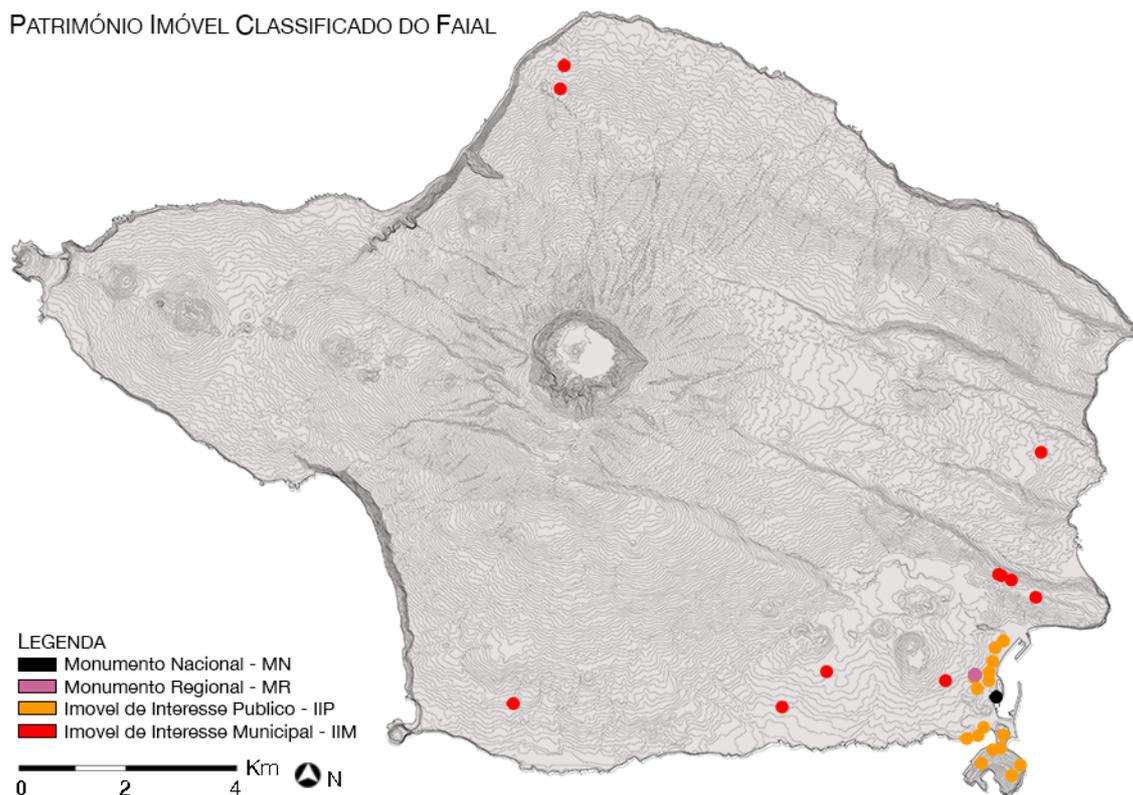


Figura 9 – Planta de localização da distribuição do património imóvel classificado na Ilha do Faial

Da lista que compõe o património imóvel classificado da ilha, destacam-se o MN do Forte de Santa Cruz, classificado em 1947, o MR composto pela Assembleia Legislativa Regional, estrutura projetada pelo arquiteto Manuel Correia Fernandes, inaugurada no ano de



Figura 10 – Património Imóvel – Arquitetura Religiosa, (1) Antigo Colégio dos Jesuítas, (2) Igreja do Carmo e (3) Igreja de Nossa Senhora da Graça



Figura 11 – Património Imóvel - Arquitetura Militar, (1 e 2) Reduto da Patrulha e (3) e Muralha Fortificada na Baía do Porto Pim



Figura 12 – Património Imóvel – Arquitetura Civil, (1) Sociedade Amor da Pátria e (2) Capitania do Porto da Horta



Figura 13 – Património Imóvel – Arquitetura Doméstica, (1) Edifício na Alameda Barão de Roches e (2) Vila Maria

1990 e classificada em 1992. Os IIP pertencem ao conjunto de edificações militares repartidos ao longo da Baía do Porto Pim, constituído pelo Reduto da Patrulha, o Castelo de São Sebastião, a Torre de Vigia, a Muralha e a Bombardeira, obras dos séculos XV a XVII. As edificações de carácter religioso são um grande marco em todo o território açoriano e na ilha do Faial as construções desta tipologia que foram objeto de classificação incluem a Igreja de São Francisco, o antigo colégio dos Jesuítas e a Capela de Nossa Senhora da Guia. De destacar também, e ainda na categoria dos IIP, estão as construções de carácter Pública Civil que correspondem às Casas da Amarração dos Cabos Submarinos, a antiga Casa e Miradouro da Família Dabney, a Antiga Fábrica da Baleia, a Sociedade Amor da Pátria, o edifício do Teatro Faialense, a Casa Manuel de Arriaga e os conjuntos edificados da Colónia Alemã e Trinity House (GRA, 2000; IAC, 2003; DRC, 2015). Por fim, os onze elementos classificados como IIM configuram em onze moinhos de vento dispersos por todo o território da ilha (*idem*).

Por outro lado, o GRA - Governo Regional dos Açores, através da Direção Regional da Cultural, delegou ao IAC – Instituto Açoriano da Cultura no final da década de 1990 a catalogação do património imóvel construído no arquipélago açoriano. Este projeto, intitulado *Inventário do Património Imóvel dos Açores*, decorreu de forma faseada por cada concelho açoriano, sendo que até ao final do ano de 2017 estavam concluídos dezasseis inventários, do total dos dezanove concelhos que constituem o arquipélago (IAC, 2005). Os critérios utilizados para a identificação e classificação dos imóveis como património incidiram sobre os seus valores de carácter social e cultural, no que respeita aos aspetos arquitetónicos, urbanos e paisagísticos presentes em cada ilha. Embora do ponto de vista jurídico a concretização deste inventário não represente nem adicione qualquer valor de classificação e proteção permite, através da publicação dos resultados obtidos, a divulgação destes elementos que são identitários da região, da formação da sua história e valores culturais (DN, 2017a).

No ano de 1998, em consequência do grande evento sísmico registado no mês de Junho na ilha do Faial, a equipa responsável pelo *Inventário do Património Imóvel dos Açores* decidiu dar prioridade ao levantamento no concelho da Horta, com o objetivo de conseguir alcançar e registar o maior número de casos, antecipando a possibilidade de alguns imóveis serem demolidos ou de estes sofrerem alterações irreversíveis através de futuras obras de reabilitação e reconstrução dos imóveis afetados por tal evento (BRUNO, 2003, pp.7-9). Procedeu-se então, entre os meses de Novembro de 1998 a Fevereiro de 1999, ao levantamento do património imóvel da ilha do Faial e que, além de incluir 18 elementos à data

INVENTÁRIO DO PATRIMÓNIO IMÓVEL DO FAIAL

LEGENDA - CÓDIGO DE CORTES

- Unidades Paisagísticas Construídas
- Conjuntos Edificados
- Conjuntos de edifícios e de outras construções

Edifícios Isolados

- Arquitetura doméstica
- Arquitetura pública civil
- Arquitetura religiosa
- Arquitetura militar

Construções utilitárias

- Agrárias, piscatórias e de produção artesanal
- Arquitetura industrial
- Aquedutos e pontes
- Estradas e mirantes
- Elementos isolados ou pontuais



Figura 14 – Mapa de localização dos imóveis identificados na obra do *Inventário do Património Imóvel do Faial* de 2003

INVENTÁRIO DOS MOINHOS DE VENTO DO FAIAL

LEGENDA

- Moinhos de Vento encontrados
- Moinhos de Vento não encontrados ou desaparecidos



Figura 15 – Mapa de localização dos moinhos de vento da ilha do Faial identificados na obra Luís Bettencourt, o *Inventário dos Moinhos de Vento dos Açores – Novo Papel na sociedade contemporânea*

classificados, resultou na identificação de outros 193 elementos registados e catalogados e que culminaram na inventariação de 11 grupos tipológicos diferentes (Figura 14).

Em 2008, o arquiteto Luís Bettencourt publicou uma obra dedicada aos moinhos de vento existentes nas ilhas do grupo central dos Açores por estes assumirem *um papel fundamental na definição das paisagens das ilhas e na memória cultural das suas povoações* (BETTENCOURT, 2008, p.7). O desenvolvimento desta obra incluiu um levantamento, realizado pelo autor, pelas cinco ilhas do qual derivou a identificação de um total de 180 espécies inventariadas (BETTENCOURT, 2012), sendo 43 delas da ilha do Faial (Figura 15). Na ilha do Faial foram identificados 43 moinhos de vento, os quais se repartem por duas tipologias diferentes, designadas por *Moinho Fixo de Pedra – Tipo do Faial* (Figura 16) e *Moinho Giratório de Madeira – Tipo do Faial* (Figura 17). Ambas as tipologias têm origem nesta ilha e poderão encontrar-se nas ilhas do Pico e São Jorge, mas no respeito às suas características construtivas e funcionais ambas são denominadas como híbridas, sobretudo o *Moinho Fixo de Pedra* por aparentar influências dos moinhos de São Miguel, moinhos do *continental nortenho* e dos próprios moinhos giratórios de madeira provenientes da ilha (BETTENCOURT, 2008, p.27).



Figura 16 – Moinhos de vento da ilha do Faial de tipologia designada como *Moinho Fixo de Pedra*

A identificação do património cultural de qualquer região é fundamental como forma de estabelecer as bases da sua história e, conseqüentemente, a sua identidade cultural. Os dois inventários anteriormente referidos e a informação que neles constam foram o suporte e guia para o desenvolvimento do trabalho realizado e aqui apresentado no formato deste documento. Após o mapeamento de todos os imóveis (Figura 14 e Figura 15), foram realizadas visitas aos locais, com o intuito de perceber e registar o estado atual das edificações e assim poder comparar com os registos dos inventários realizados em 1998 e 2008.



Figura 17 – Moinhos de vento da ilha do Faial, de tipologia designada como *Moinho Giratório de Madeira*



Figura 18 – Conjunto edificados, (1) adegas da Fajã da Praia do Norte e (2) antigo armazém de batatas



Figura 19 – Edificações de carácter civil, (1) Quartel dos Bombeiros Voluntários da Horta e (2) Escola de Artesanato do Capelo



Figura 20 – (1) Ponte da Ribeira da Praia do Almojarife do séc. XIX/ XX e (2) Mirante da Conceição do séc. XV/ XVII

Dos imóveis que constam do *Inventário do Património Imóvel* do Faial cerca de 39 imóveis não foram encontrados, ou por já não existirem de facto ou porque a localização e acesso não eram permitidos ou os mais fáceis de alcançar, cerca de 27 imóveis encontram-se em estado de ruína ou abandono e 143 edificações apresentam-se em boas condições e em funcionamento. Quanto aos moinhos de vento, apenas 6 moinhos apresentam-se conservados, tendo todos sofrido obras de reabilitação, 24 estão em ruínas e 13 moinhos não foram encontrados ou o acesso aos locais era complexo.



Figura 21 – Construções em ruína, de tipologia de Arquitetura Doméstica

A realização deste levantamento aos imóveis inventariados tornou-se essencial para a concretização e definição da proposta de trabalho que se pretende desenvolver, visto que o principal objetivo é desenvolver uma proposta que vise a promoção e divulgação do património cultural existente na ilha através da articulação deste com os percursos de natureza através de modos de mobilidade ativa.

2.1.3. | PERCURSOS TURÍSTICOS

Numa antevisão ao tema dos percursos e itinerários temáticos como método de promoção turística das regiões e o seu enquadramento com o local em estudo, serão apresentadas inicialmente as principais estratégias delineadas no âmbito da promoção turística a nível nacional e, sobretudo, a nível regional e, posteriormente, enquadrar a temática dos percursos turísticos nessas mesmas políticas promocionais e a sua integração na ilha do Faial.

Estratégias de promoção turística

O Ministério da Economia e da Inovação, através do DL nº191/2009, de 17 de Agosto, define turismo, no artigo 2.º alínea a), como *o movimento temporário de pessoas para destinos distintos da sua residência habitual, por motivos de lazer, negócios ou outros, bem como as atividades económicas geradas e as facilidades criadas para satisfazer as suas necessidades* e a figura do turista como *a pessoa que passa pelo menos uma noite num local que não seja o da residência habitual e a sua deslocação não tenha como motivação o exercício de atividade profissional remunerada no local visitado* (MEI, 2009, p.5337).

O Turismo de Portugal, entidade responsável pela promoção, valorização e sustentabilidade da atividade turística Nacional, no documento elaborado e dedicado à *Estratégia de Turismo* define como os cinco principais objetivos a alcançar até 2027 (1) o combate à sazonalidade, (2) a valorização do património e cultura, (3) desconcentração da procura, (4) qualificação e valorização dos recursos humanos e (5) o estímulo à inovação e ao empreendedorismo (Turismo de Portugal, 2017, p.15). No mesmo documento estão traçados dez desafios globais, dos quais se destacam o desenvolvimento de ofertas turísticas que alcancem todo o território nacional com vista à promoção da coesão social, a promoção de atividades turísticas sustentáveis e exequíveis todo o ano, para combater a sazonalidade, garantir boas acessibilidades como incentivo à mobilidade por todo o território, estimular a inovação, o empreendedorismo, a qualificação e a valorização que reverterá numa maior empregabilidade no setor, com profissionais qualificados e oferta diversificada (*idem*, p.38).

Relativamente às estratégias de promoção de Portugal como destino turístico, definiram-se que as mesmas deverão incluir e incidir sobre quatro elementos designados como ativos estratégicos e que incluem, em primeiro lugar, o seu ativo único transversal que

corresponde à sua população; os seus ativos diferenciadores como o clima e a luz, a sua história, cultura e identidade, o mar, a natureza e a água; os ativos qualificadores como a gastronomia, os vinhos, os eventos de carácter artístico-cultural, desportivos ou de negócios; e por último os ativos emergentes como o bem-estar e o viver em Portugal (*idem*, pp.46-49).

Numa perspetiva da valorização do território português e das suas comunidades, as principais linhas de atuação e projetos prioritários a adotar deverão contemplar a conservação, valorização e usufruto do património histórico-cultural, rural e natural que compõem as diferentes identidades locais do país. Os diferentes projetos deverão, igualmente, incluir e integrar a *valorização dos espaços de vivência das comunidades*, as redes de paisagens protegidas, reservas naturais ou geoparques classificados, apoiar e incentivar *infraestruturas e serviços de apoio ao turismo de natureza e/ ou em espaço rural*, elaborar uma oferta turística orientada para a realização de roteiros e/ou itinerários temáticos que apresentem ter uma forte vocação turística, sobretudo na divulgação do património histórico-cultural e/ou natural e que, simultaneamente, possam integrar projetos ou programas de temáticas semelhantes (*idem*, p.55).

O Arquipélago dos Açores está, sobretudo, associado ao conceito e ideia de destino ideal para aqueles que procuram a Natureza. A natureza e a sua paisagem são mesmo designadas como *produto âncora* da região. Além do Turismo de Natureza, a região destaca-se também pela prática de turismo náutico, pelo *touring* cultural e paisagístico, pela gastronomia ou pelas atividades dedicadas à saúde e bem-estar (IPDT, 2015, pp.15-16). O turismo de Natureza, classificado como um produto prioritário, deverá incluir, entre outras, atividades que integrem passeios a pé, passeios equestres e o turismo em espaço rural. Dos produtos turísticos caracterizados como complementares ao referido anteriormente, destaca-se o *Touring Cultural e Paisagístico* que visa a divulgação da cultura e do património das ilhas (*idem*, p.98).

Na ilha do Faial as atividades turísticas que se constituem como *produtos âncora*, ou seja, que têm maior adesão por parte dos turistas, correspondem aos passeios pedonais e equestres, ao turismo em espaço rural, aos passeios de barco, à observação de cetáceos, ao iatismo, à prática de mergulho, pesca desportiva ou vela. Entre outras atividades, o *Touring Cultural e Paisagístico* na ilha do Faial, de acordo com o PEMTA – *Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores* apresentado no ano de 2015, está classificado apenas como um produto relevante (*idem*, p.107). Por efeito desta classificação podemos concluir

que este constitui um produto com potencial para o seu desenvolvimento e crescimento na ilha e que o mesmo poderá associar-se a atividades relacionadas com a cultura, eventos, património ou a religião.

Touring Cultural e Paisagístico no Faial

De acordo com a análise anterior, o *Touring Cultural e Paisagístico* está identificado como um produto com potencial crescimento e incentivo ao desenvolvimento da oferta turística Faialense. O PEMTA define que a motivação global para a implementação de estratégias centradas neste tipo de produto deverá resultar da vontade de *descobrir, conhecer e explorar os atrativos de uma região, através de circuitos genéricos ou temáticos* com vista à valorização da *diversidade de recursos naturais, históricos e culturais através de experiências únicas* (*idem*, p.110).

As diferentes ilhas açorianas dispõem de uma variedade de percursos e itinerários que incluem passeios a pé, de bicicletas ou a cavalo e que percorrem a natureza e as paisagens excecionais dos Açores. Na sua maioria, estes passeios percorrem caminhos rurais e florestais pelo interior das ilhas, que atravessam zonas agrícolas, de pastagem ou floresta Laurissilva, que intersectam por vezes os povoados rurais.

Na ilha do Faial estão regulamentados, conforme o Regulamento de Homologação de Percursos Pedestres da Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal (FCMP, 2006), oito trilhos pedestres, classificados de PR – Pequena Rota e uma GR - Grande Rota. Estes trilhos estão integrados com o PNF e permitem aos viajantes atravessar a ilha pelo seu interior, percorrendo o seu Património Natural, Geológico e Histórico (Trilhos dos Açores, 2001; PNF, 2011). Os diferentes percursos caracterizam-se, quanto à sua forma como lineares (PR ou GR) e circulares (PRC) que resultam numa duração média entre 1h30 a 12h00 de acordo com os níveis de exigência que cada um apresenta. Também estão ao dispor outros tipos de percurso, como a descida ao vulcão da Caldeira e a subida aos Capelinhos, que requerem o acompanhamento de um guia, passeios de bicicleta ou BTT pelo Parque Florestal do Capelo, os circuitos temáticos dos Baleeiros ou da Família Dabney ou passeios a cavalo pelo Varadouro ou Praia do Norte (PNF, 2011).

TRILHOS PEDESTRES DO FAIAL

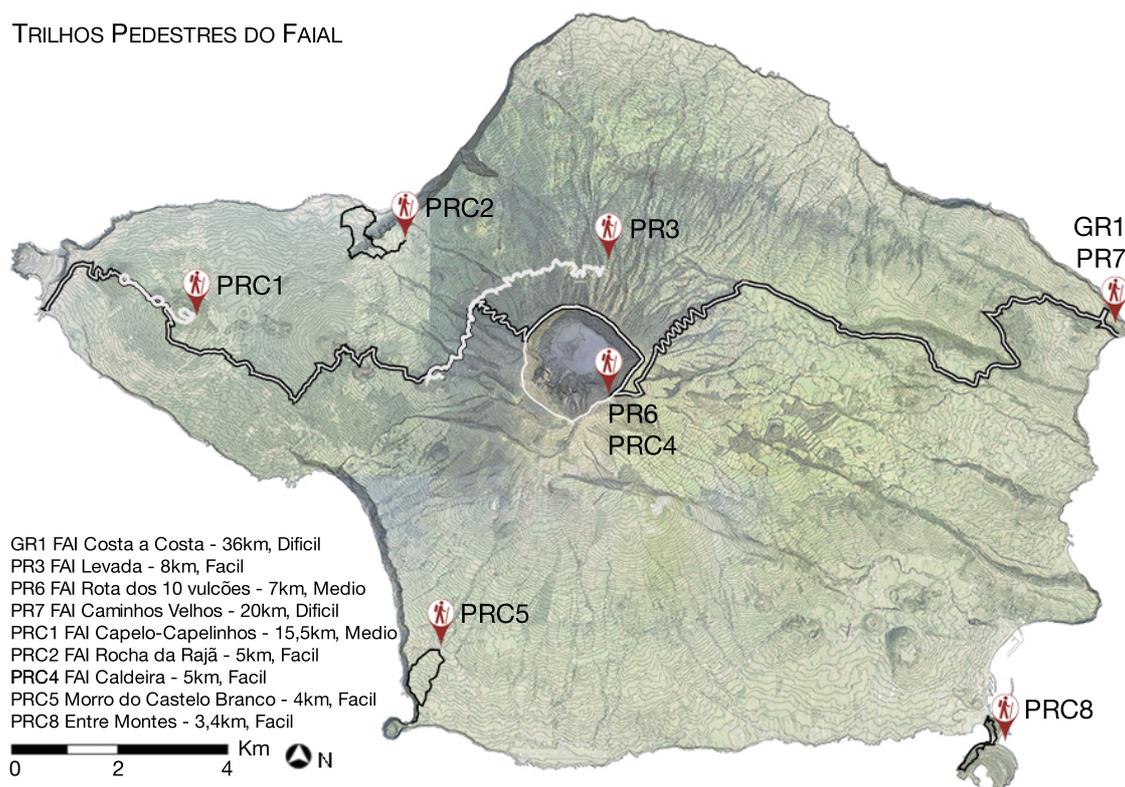


Figura 22 – Trilhos Pedestres da Ilha do Faial, com sobreposição das curvas de nível de 10 em 10m

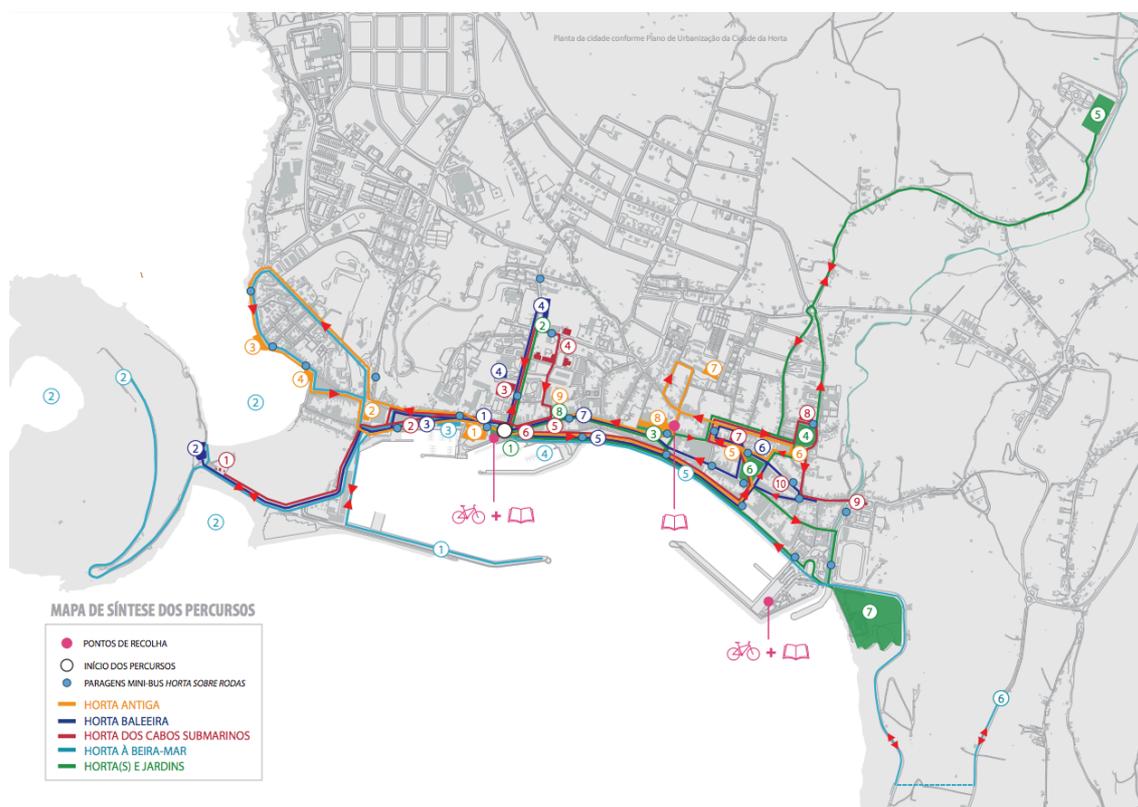


Figura 23 – Mapa dos percursos do projeto Horta sobre Rodas

Em 2013, a empresa municipal UrbHorta lançou o projeto denominado *Horta Sobre Rodas* com o intuito de dar a *conhecer e experienciar o património da Cidade da Horta através das próprias ruas* (UrbHorta, 2013, p.4). O projeto inclui cinco percursos de temáticos distintos que reportam à história e cultura da cidade (Figura 23). Os percursos exploram as ruas urbanas e o seu traçado coincide com os itinerários do transporte público da cidade, permitindo assim aos viajantes recorrer a este serviço para a concretização dos diferentes itinerários. Foram também adquiridas bicicletas elétricas, para proporcionar outro tipo de experiência e de transporte alternativo ao turista, sendo sempre possível que o mesmo seja percorrido a pé, pois estas são de pequena extensão, uma vez que se concentram apenas junto da cidade.

Por último, e ainda dentro da temática do *Touring Cultural e Paisagístico*, em 2012 surgiu na ilha do Faial o projeto e marca ATR – *Azores Trail Run*, que se dedica à organização de eventos de *running* e *trail*. A primeira edição do evento integrava duas provas com 21km e 48km de extensão. A primeira edição do evento revelou-se um sucesso e desde então a marca ATR tem evoluído e crescido consideravelmente, atualmente já conta com três eventos distintos nas ilhas do Faial, Pico, São Jorge e Santa Maria, que compreendem 13 provas no total, estando previsto para Novembro de 2018 a realização do primeiro evento na ilha das Flores (ATR, 2018).

Para a sua concretização, para além dos percursos pedestres existentes, outros tiveram que ser abertos e limpos. Estes trajetos atravessam toda a ilha, desde a cidade da Horta, aos povoados rurais, passando pelas áreas protegidas do PNF (*idem*). A marca *Azores Trail Run* tem-se revelado um sucesso e um instrumento de promoção turística fundamental para a ilha do Faial. Desde a primeira edição em Maio de 2012 até 2017, que o número de dormidas na ilha, nesse mês (Figura 25), aumentou cerca de 80% (SREA, 2017). Em Maio de 2018 realizou-se a quinta edição da ATR na ilha Faial e na qual estavam inscritos mais de 800 atletas de 30 nacionalidades distintas (ATR, 2018).

PERCURSOS DO AZORES TRAIL RUN

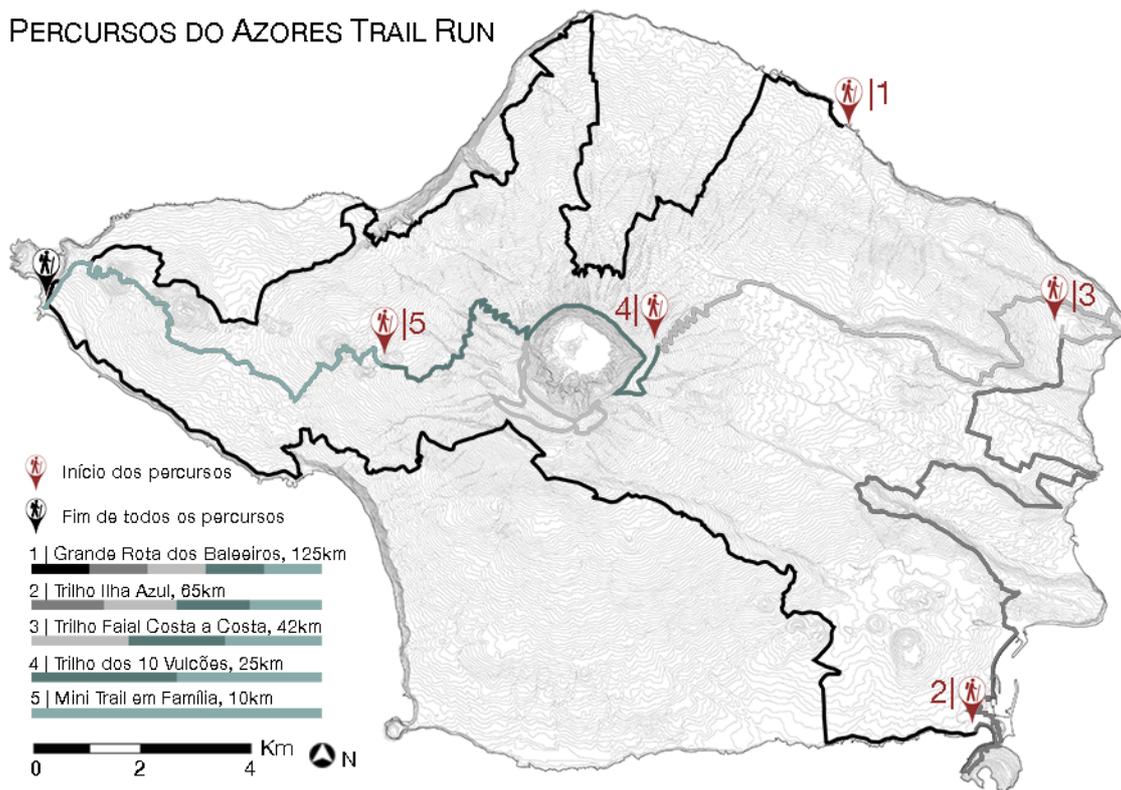


Figura 24 – Traçado dos percursos que integram as provas do Azores Trail Run no Faial

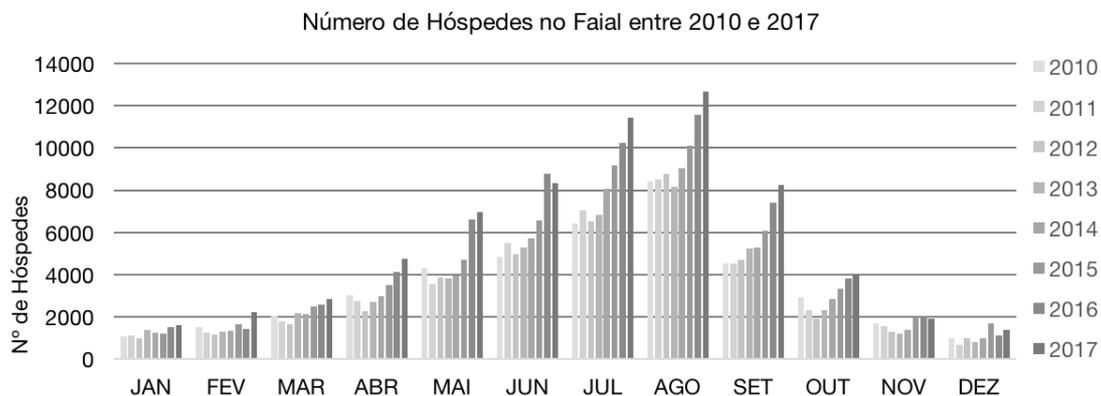


Figura 25 – Gráfico do número de hóspedes na ilha do Faial nos anos de 2010 a 2017, por meses

As ilhas açorianas são conhecidas pelo seu vasto património natural e quem as visita pretende disfrutar deste seu património único e excepcional. É fundamental adequar as estratégias de promoção turística que assentem em valores que visem a preservação, a sustentabilidade e valorização do seu território e que só enriqueceram o seu valor patrimonial, bem como a experiência de quem as procura e visita.

2.2. | CASOS DE REFERÊNCIA

No presente capítulo serão descritos os três principais casos de estudo que serviram de referência ao desenvolvimento prático do presente trabalho. Os três percursos que serão apresentados constituem um exemplo para cada uma das escalas que foram abordadas e desenvolvidas no trabalho. Estes, possuem objetivos e características diferentes entre si, alguns dos quais se pretendem incluir e/ ou adaptar com a proposta deste trabalho. Os diferentes aspetos que importam realçar em cada percurso incidem sobretudo na localização/ traçado, na natureza do percurso, na extensão, grau de dificuldade e acessibilidade que cada um apresenta, nas modalidades mais indicadas ou sugeridas para a sua realização. Estes aspetos que se constituem como temas de leitura dos casos de referência serão também temas de reflexão no ato de projeto.

A Rota Vicentina surge como o exemplo de uma estratégia e implementação de diferentes percursos que se prolongam ao longo de um território e os quais se complementam entre si, tal como se pretende com o traçado de uma nova rede de percursos para a ilha do Faial (capítulos 4.1. e 4.2.); a *Windmill Route* é um projeto que nasceu com o objetivo específico de promover e conectar um determinado património percorrendo o local onde este está inserido, conforme se pretende com a delimitação da *Rota dos Moinhos de Vento* (capítulo 4.3.); por último os Passadiços do Paiva são um projeto e uma estrutura que se revelou um sucesso na promoção turística e na sensibilização do Geoparque e Vale do Paiva e que se constituiu a principal referência no desenho do *Percurso do Miradouro do Alto da Cruz* (capítulo 4.4).

2.2.1. | ROTA VICENTINA

A 5 de Julho de 2013 foi constituída a associação *A Rota Vicentina – Associação para a Promoção do Turismo de Natureza na Costa Alentejana e Vicentina*, com o propósito de, no litoral sudoeste do continente Português, mais precisamente, ao longo da Costa Vicentina, entre o Concelho de Santiago do Cacém, passando pelos municípios de Sines, Odemira e Aljezur, até ao Cabo de São Vicente, criar diversos percursos pedestres, com vista à promoção do turismo nestes locais, por forma a combater a sazonalidade nestas regiões (Figura 26). Esta iniciativa surge numa parceria de entre associações e empresas locais e regionais, que se dedicam ao desenvolvimento e promoção do turismo nas diferentes regiões do Litoral Alentejano e do Algarve (Rota Vicentina, 2015a).



Figura 26 – Mapa de localização dos percursos da Rota Vicentina

Este projeto emerge com o objetivo primeiro da preservação da paisagem na Costa Vicentina e, conseqüentemente, pretende afirmar este(s) local(ais) *como um destino internacional de turismo de natureza, sensibilizando todos para a importância ambiental e cultural*, ao mesmo tempo pretende também *regular a passagem de caminhantes por zonas ambientais sensíveis; consolidar rede de desenvolvimento (empresas, instituições, população); dotar a região de infra-estrutura pública de usufruto da natureza, aproximando o turista da população local; e estimular a oferta existente em época média/ baixa e criar novas oportunidades de negócio* (Rota Vicentina, 2015a). Em Julho de 2013, a Presidente da Associação referiu que esta rota *foi criada com a intenção de promover a região como destino de turismo de natureza, uma forma de combater a forte sazonalidade, muito relacionada com a procura de férias de “sol e mar”* (DN, 2013).



Figura 27 – Paisagens do Percorso dos Caminhos Históricos

Quanto à constituição e implementação do projeto, a *Rota Vicentina* divide-se em três grandes percursos, denominados por *Caminhos Históricos*, *Trilho dos Pescadores* e *Percursos Circulares*, no total integram cerca de 450km nos diferentes percursos, 230km, 120km e 90km, respetivamente (Rota Vicentina, 2015b). Para o ano de 2018 prevê-se a criação de doze novos Percursos Circulares, duas novas ligações aos Caminhos Históricos, melhorias em seis trajetos dos Trilhos dos Pescadores e a expansão dos percursos até à cidade de Lagos. A criação de percursos de menor extensão visa sobretudo captar a atenção do turista que aprecia caminhadas que requerem uma exigência física moderada (Tabela 1). É também objetivo da associação desenvolver uma estratégia de promoção direcionada para o turismo acessível, permitindo que pessoas com necessidades especiais possam usufruir deste tipo de oferta turística (DN, 2017b).



Figura 28 – Paisagens do Percorso do Trilho dos Pescadores

ROTA VICENTINA									
Denominação do percurso	Extensão (km)	Duração Média (horas)	Subida acumulada (m)	Descida acumulada (m)	Grau de dificuldade	Altitude máxima (m)	Altitude mínima (m)	Modalidade(s) Permitidas	Época aconselhada
CAMINHOS HISTÓRICOS									
Santiago do Cacém > Vale Seco	18	6	332	389	Fácil	281	119	Pedonal e Ciclável	Setembro a Junho
Vale Seco > Cercal do Alentejo	23	6	199	248	Fácil	214	114	Pedonal e Ciclável	Setembro a Junho
Cercal do Alentejo > S. Luís	21	7	467	465	Algo difícil	329	62	Pedonal e Ciclável	Setembro a Junho
S. Luís > Odemira	25	8	274	436	Algo difícil	174	7	Pedonal e Ciclável	Setembro a Junho
Odemira > S. Teotónio	19	6	343	167	Fácil	193	3	Pedonal e Ciclável	Setembro a Junho
S. Teotónio > Odeceixe	17	6	246	402	Algo difícil	203	11	Pedonal e Ciclável	Setembro a Junho
Odeceixe > Aljezur	18	6	123	108	Fácil	112	0	Pedonal e Ciclável	Setembro a Junho
Aljezur > Arrifana	12	4	224	184	Fácil	121	2	Pedonal e Ciclável	Setembro a Junho
Arrifana > Carrapateira	24	7	413	500	Difícil	162	13	Pedonal e Ciclável	Setembro a Junho
Carrapateira > Vila do Bispo	22	6	299	206	Fácil	144	0	Pedonal e Ciclável	Setembro a Junho
Vila do Bispo > Cabo de S. Vicente	14	4	96	103	Algo difícil	152	51	Pedonal e Ciclável	Setembro a Junho
Cercal do Alentejo > Porto Corvo	18	5	190	306	Fácil	234	7	Pedonal e Ciclável	Setembro a Junho
Média	19,25	5,92	267,17	292,83	---	193,25	32,42	---	---
Total	231	71	3206	3514	---	---	---	---	---
TRILHO DOS PESCADORES									
Porto Covo > Vila Nova de Milfontes	20	7	167	149	Difícil	51	1	Pedonal	Setembro a Junho
Vila Nova de Milfontes > Almogrove	15	5	88	116	Algo difícil	53	0	Pedonal	Setembro a Junho
Almogrove > Zambujeira do Mar	22	7	203	193	Algo difícil	90	4	Pedonal	Setembro a Junho
Zambujeira do Mar > Odeceixe	18	7	263	283	Algo difícil	74	1	Pedonal	Setembro a Junho
Circuito Praia de Odeceixe	9	3	104	17	Fácil	93	2	Pedonal	Setembro a Junho
Circuito Praia da Amoreira	6	2	79	75	Fácil	87	3	Pedonal	Setembro a Junho
Circuito Ponta da Atalaia	14	5	161	90	Algo difícil	128	47	Pedonal	Setembro a Junho
Circuito Pontal da Carrapateira	10	3,5	99	71	Fácil	55	5	Pedonal	Setembro a Junho
Circuito Praia do Telheiro	6	2,5	54	95	Difícil	97	34	Pedonal	Setembro a Junho
Média	13,33	4,67	135,33	121,00	---	80,89	10,78	---	---
Total	120	42	1218	1089	---	---	---	---	---
PERCURSOS CIRCULARES									
Dunas do Almogrove	8	2,5	58	Algo difícil	40	2	Pedonal	Setembro a Junho	
Hortas de S. Luís	3,5	1,5	65	Fácil	205	146	Pedonal e Ciclável	Setembro a Junho	
Troviscais ao Mira	11,5	3,5	216	Algo difícil	124	0	Pedonal e Ciclável	Setembro a Junho	
Santa Clara à Barragem	10	3,5	178	Fácil	210	45	Pedonal e Ciclável	Setembro a Junho	
Santa Clara a Sabóia	13	4	254	Algo difícil	161	40	Pedonal e Ciclável	Setembro a Junho	
Da Bordeira até ao Mar - 1	6	2	170	Algo difícil	98	0	Pedonal	Setembro a Junho	
Da Bordeira até ao Mar - 2	13,5	4	170	Algo difícil	98	0	Pedonal	Setembro a Junho	
Endiabrada e os Lagos Escondidos - 1	7	2	230	Algo difícil	197	25	Pedonal e Ciclável	Setembro a Junho	
Endiabrada e os Lagos Escondidos - 2	16	5	230	Algo difícil	197	25	Pedonal e Ciclável	Setembro a Junho	
Cerros da Carrapateira	13,5	4	255	Algo difícil	131	9	Pedonal e Ciclável	Setembro a Junho	
Média	10,20	3,20	182,60	---	146,10	29,20	---	---	
Total	102	32	1826	---	---	---	---	---	
LEGENDA	Valor mais elevado da categoria								
	Valor mais baixo da categoria								
Observações:	Nos Percursos Circulares os valores de subida e descida acumulada apenas estão identificados como <u>Desnível Acumulado</u> , sem mais especificações.								

Tabela 1 – Tabela síntese das características dos percursos da Rota Vicentina

Os diferentes percursos que constituem a *Rota Vicentina* atravessam caminhos existentes e percorrem aldeias e vilas históricas. No caso dos *Caminhos Históricos*, os seus trajetos permitem que o viajante deambule por uma diversidade de locais ricos na sua paisagem, cultura e história características e identitárias das regiões. O *Trilho dos Pescadores* desenvolve-se junto ao mar e explora os caminhos que a população local utiliza para aceder às praias e pesqueiros das diferentes localidades. Os *Percursos Circulares* são percursos de menor dimensão, e que tal como o seu nome sugere, estes iniciam-se e terminam no mesmo local, contrariamente aos outros dois que são apenas percursos lineares, com início e fim distintos, estes trilhos surgem como completo aos outros dois referenciados.

Cada uma destas grandes rotas, os *Caminhos Históricos*, o *Trilho dos Pescadores* e os *Percursos Circulares*, integram 12, 9 e 7 etapas distintas, respetivamente, 28 no total. Cada uma destas corresponde a um percurso diferente, os quais variam entre 3,5km e 25km de extensão, prevendo que em média o tempo necessário para a execução destes trajetos compreenderá entre 1h30 a 8h00 de viagem (Rota Vicentina, 2015c), sendo que os tempos de percurso variam consoante a condição física do viajante, as características e condições do terreno e o meio utilizado para os explorar.



Figura 29 – Paisagens dos Percursos Circulares

Para além do comprimento correspondente aos percursos, importa realçar o nível de exigência que estes apresentam, ou seja, os valores de descida e de subida acumuladas que os compõem. Entre os 28 itinerários disponíveis, encontram-se trajetos de menor e maior nível de dificuldade, pois apresentam valores de descida acumulada que variam entre os 17m e os 500m, e de subida acumulada entre os 54m e os 467m.

Esta rota é ideal para quem gosta de atividades ao lar livre, do contacto com a natureza e com as populações locais, sendo apenas permitida a circulação pedonal ou ciclável, com a exceção do *Trilho dos Pescadores* e dois trilhos dos *Percursos Circulares*, em que somente é permitido o acesso pedonal. Como tal, a época mais indicada para desfrutar deste itinerário

incide entre os meses de Setembro a Junho, pois estes tipos de atividades não são aconselháveis em dias de maior calor. A utilização dos diferentes itinerários não tem qualquer custo ao viajante, apenas o terá se o mesmo requisitar o acompanhamento de um guia turístico e/ou de material e equipamento de apoio para a execução do mesmo através das empresas dedicadas a tal fornecimento. Ao longo dos diferentes percursos, é possível encontrar diversos estabelecimentos que constituem um apoio ou atração ao itinerante, mais concretamente a nível da restauração, comércio e alojamento, estes encontram-se com maior frequência, no início e fim de cada etapa (Rota Vicentina, 2015d).

Desde o lançamento, em 2013, que a *Rota Vicentina* já recebeu diversos prémios, nomeações e distinções que visam premiar e divulgar projetos que tenham o propósito de incentivar o desenvolvimento e empreendedorismo locais, a proteção, preservação e sustentabilidade da natureza, património e identidade características e que resultei na promoção do turismo das diversas regiões. Este projeto tem-se revelado um produto essencial para o crescimento e desenvolvimento da economia das regiões incluídas neste grande itinerário (Rota Vicentina, 2015a).

2.2.2. | WINDMILL ROUTE, ALBLASSERDAM/ MOLENWAARD

A *Windmill Route*, ou *Rota dos Moinhos*, localiza-se nos Países Baixos, na província da Holanda do Sul, entre os municípios de Alblasserdam e Molenwaard. Geograficamente, esta situa-se no noroeste da Europa e faz fronteira com a Alemanha do lado leste e com a Bélgica a sul e encontra-se delimitada dos lados norte e oeste pelo Mar do Norte.



Figura 30 – Mapas de localização da *Windmill Route* (1) Europa Ocidental, (2) Países Baixos, (3) Traçado do Rota dos Moinhos de Vento

O território holandês caracteriza-se por ser praticamente plano e por isso é ideal para passeios a pé ou de bicicleta. Dos quase 42.000km² que o compõem, cerca de 50% deste não ultrapassa a cota de 1m acima do nível da água e 23% de toda a sua área encontra-se mesmo abaixo do nível do mar, a sua cota mais baixa situa-se a -6,76m, no município de Nieuwerkerk aan den IJssel, província da Holanda do Sul (Holland.com, 2011). Para que esta condição topográfica se verifique é necessário recorrer a mecanismos que drenem os terrenos que se encontram submersos, por forma a que estes sequem e permitam a ocupação destas terras. No século XV um dos mecanismos utilizados para este processo incidiu no recurso aos moinhos de vento e água.

Os moinhos estão inseridos e constituem-se parte importante da paisagem neerlandesa e são *um símbolo da luta do país contra a água* (Holland.com, 2012a), constituindo-se como um ingrediente chave na construção desta paisagem cultural. Estes surgem nos Países Baixos por volta do século XII e tinham como principais funções a moagem e transformação do grão em farinha, de sementes em óleo, foram importantes para a produção de pintura, pão ou mostarda (Holland.com, 2012a). A partir do século XV, como foi referido anteriormente, estes assumem a função de drenar os pólderes, encargo este tão relevante e fundamental que no século XIX estes já reuniam um aglomerado com cerca de 9 mil moinhos em todos o país (De Hollandsche Molen, 2017a).

A 15 de Maio de 1923 foi criada a Associação De Hollandsche Molen que tem como principal objetivo a preservação e manutenção dos moinhos neerlandeses (De Hollandsche Molen, 2016), atualmente apenas existem cerca de 1050 moinhos de vento e 150 moinhos de água pelo país. A associação promoveu a criação do Dia Nacional do Moinho, celebrado sempre no segundo sábado de Maio e que surge com o propósito de divulgar e promover o património molinológico, dia em que são permitidas visitas a cerca de 950 moinhos (De Hollandsche Molen, 2017b).



Figura 31 – Moinhos de Vento inseridos nas paisagens Neerlandesas

A província da Holanda do Sul reúne em si a maior coleção de moinhos do país, cerca de 228, e estabeleceu em 2011 o ano temático *Long Live the Windmills!*, do qual derivou a criação de diversos eventos e atividades, ao longo de todo esse ano dedicados aos moinhos Neerlandeses, por forma a enaltecer estas construções, os seus engenhos e a importância que têm nesta província e no seu território (Zuid-Hollands Bureau voor Toerisme, 2011).



Figura 32 – Moinhos de Vento inseridos nas paisagens Neerlandesas

Em consequência destas comemorações foram criadas três diferentes rotas em torno deste património, sendo uma delas a *Windmill Route* em Amblasserdam. Esta rota, que se define como circular, percorre o território ao longo de 50km e interliga um conjunto de 42 moinhos de vento. O início deste percurso prevê-se junto do posto de turismo do município, local onde o viajante poderá também adquirir equipamento e informações necessárias para a sua concretização (Zuid-Hollands Bureau voor Toerisme, 2011).

A rota classifica-se com um grau de dificuldade fácil, quanto às características do terreno, esta é ideal para percorrer a pé ou de bicicleta, visto que a morfologia do terreno se distingue por ser praticamente plano, conferindo-lhe valores de subida e descida acumuladas na ordem dos 138m e com uma diferença máxima de altitude de apenas 11m. Quanto à extensão do percurso, esta classifica-se com uma dificuldade moderada, visto que esta se prolonga ao longo de 50km, embora o itinerário também ofereça a opção de um percurso com 40km (TOP, 2011).



Figura 33 – Moinhos de Vento de Kinderdijk, classificados como Património Mundial pela UNESCO

Este itinerário, que teve como principal motivo para a sua delimitação os moinhos de vento, percorre o importante conjunto de moinhos de Kinderdijk, constituído por 19 moinhos de vento, que foi classificado em 1997 pela UNESCO como Património Mundial (Kinderdijk, 2017). Ao longo deste encontram-se outros locais também particulares daquela localidade, como o museu histórico *Het Stadhuis Nieuwpoort*, o jardim de chá *De Winde*, a gelataria *Middelbroek* ou a loja de queijos tradicionais *Hoogendoorn*. Como esta rota está inserida junto urbanizadas que possuem locais de comércio e serviços, encontram-se com facilidade zonas de restauração, comércio ou alojamentos turísticos (Zuid-Hollands Bureau voor Toerisme, 2011).

De acordo com a delimitação que o percurso apresenta, em toda a sua extensão exata é permitido o acesso pedonal, o percurso ciclável, maioritariamente, apresenta-se segregado da faixa rodoviária, sendo que se verifica em alguns momentos uma partilha de espaço com o automóvel e em pequenos troços sucede também a partilha do espaço entre os três modos de circulação. O clima nos Países Baixos é classificado por ter um Clima Temperado Marítimo, o qual verifica uma temperatura média de 2°C em Janeiro e 17°C em

Julho, pelo que a realização esta rota é admitida durante todo o ano, salvo raras exceções (Holland.com, 2012b).

Por fim, importa também referir que a província da Holanda do Sul tem ao dispor para os proprietários dos moinhos programas que visam o apoio à reabilitação, conservação e manutenção deste edificado, tendo verificado que entre os anos de 2008 e 2012, foram restaurados cerca de 80 de 228 moinhos existentes nesta região ao abrigo do programa subsidiário *Deltaplan Molens* (Provincie Zuid-Holland, 2015).

2.2.3. | PASSADIÇOS DO PAIVA, AROUCA

O projeto dos *Passadiços do Paiva* surge por iniciativa da Câmara Municipal de Arouca, tendo sido projetado pelo Arquiteto Nuno Martins Melo (Trimétrica Engenharia, Lda.). Este situa-se sob o Vale do Rio Paiva, na sua margem esquerda e a sua inauguração ocorreu a 20 de Junho de 2015. Com a concretização desta infraestrutura os autarcas da região pretendiam que esta constituísse um *equipamento que aproxima os pedestrianistas da riqueza singular do rio Paiva, contribuindo, assim, para um turismo inclusivo, inteligente e sustentável* (CM Arouca, 2015), para tal seria também fundamental que esta interferisse o *mínimo possível com a paisagem* (Trimétrica Engenharia, 2016).

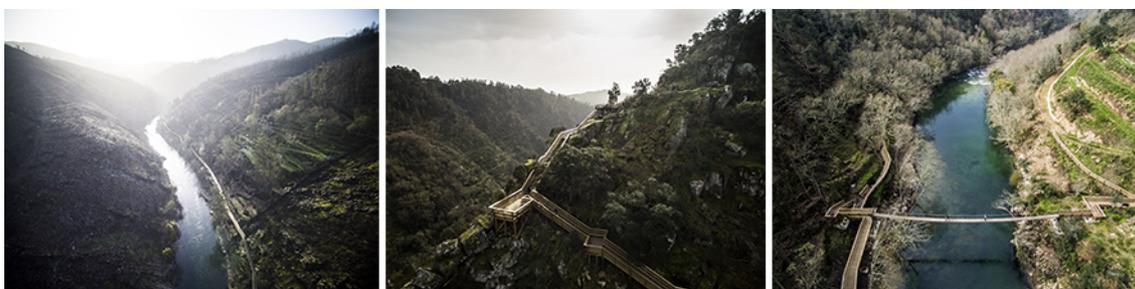


Figura 34 – Passadiços do Paiva inseridos no Vale do Rio Paiva

O critério utilizado para a delimitação dos *Passadiços do Paiva* assentou numa ideia de proporcionar ao caminhante o vislumbre da beleza natural daquele sítio, da contemplação de paisagens com séculos de história, detentoras de uma diversidade de espécies de fauna e flora identitárias (Trimétrica Engenharia, 2016), que intersecta também a praia fluvial de Espiunca e os geosítios da *Garganta do Paiva*, *Cascata das Agueiras*, *Praia Fluvial do Vau*, *Gola do Salto* e a *Falha de Espiunca* (AGA, 2016; Passadiços do Paiva, 2015).

Uma viagem pela biologia, pela geologia, pela história de vida no planeta, escrita na paisagem. (...) O rio Paiva corre de forma quase musical, subindo o seu caudal em período de inverno, estendendo a adrenalina das suas águas bravas aos aventureiros do rafting e do kayak. Pela margem, a viagem começa nas zonas balneares do Areinho e/ou de Espiunca, e a meio do percurso abre-se, diante de nós, o pequeno paraíso da zona de recreio e lazer do Vau. São os oito quilómetros de uma vida (...).
(AGA, 2016)

Esta grande infraestrutura desenvolve-se entre as localidades do Areinho e de Espiunca e concentra um total de cerca de 8 quilómetros entre passadiços e uma ponte, ambos em madeira, e três troços de terra batida com, aproximadamente, 500 degraus, sendo possível iniciar o seu percurso em qualquer uma das suas localidades (Passadiços do Paiva, 2015).



Figura 35 – Passadiços do Paiva inseridos no Vale do Rio Paiva

Este é um percurso com um nível de exigência alto, por concentrar valores de subida e descida acumuladas entre os 693m e 614m, respetivamente, sendo que para aqueles que o desejarem executar apenas num sentido, sugere-se que o mesmo seja iniciado junto do Areinho, porque nesta direção o nível de exigência é maior no seu começo, contudo existe a possibilidade de sair a meio do percurso. Derivado ao grau de exigência e constituição deste tipo de percurso este não será o mais indicado para pessoas com mobilidade reduzida e condicionada (AGA, 2016; Passadiços do Paiva, 2015).



Figura 36 – Passadiços do Paiva inseridos no Vale do Rio Paiva

Em Setembro de 2015 o acesso aos Passadiços foi interrompido, temporariamente, devido a um incêndio que ocorreu na região e que afetou parte da sua estrutura, reabrindo em Fevereiro do ano seguinte com alterações e melhorias ao longo do seu percurso. Para além da intervenção que foi necessária realizar no local afetado pelas chamas, foram também criados um parque de estacionamento e disponibilização de serviço de táxi, zonas com restauração, instalações sanitárias e alojamento nas suas duas extremidades.

Ao longo dos passadiços foram instalados também telefones SOS e caixotes do lixo, criados e recuperados locais que possibilitem os caminhantes de repousar, lanchar ou simplesmente apreciar a paisagem envolvente nos diferentes miradouros panorâmicos. Com esta reabertura dos passadiços, o acesso a estas instalações passou a ter um custo simbólico por pessoa de um euro e a um limite diário de 3500 visitantes, estando este aberto durante todo ano, embora nos dias de maior calor não seja a atividade mais aconselhada (GUEDES, 2016).



Figura 37 – Passadiços do Paiva inseridos no Vale do Rio Paiva

A concretização deste projeto tem se revelado uma aposta ganha e que muito tem contribuído na divulgação deste território tendo, poucos meses após a sua inauguração, a taxa de ocupação hoteleira duplicado na região, chegando a receber por dia entre 10 a 15 mil visitantes nos Passadiços do Paiva. Este sucesso advém também dos prémios já conquistados, como o Prémio Nacional de Arquitetura em Madeira em 2017 e nos anos de 2016 e 2017 o prémio de Melhor Projeto Europeu de Desenvolvimento Turístico nos *World Travel Awards*. Este reconhecimento traduz-se então numa maior promoção do destino Arouca nos mercados turísticos nacionais e internacionais, revelando-se cada vez mais como um destino de excelência e a visitar (AGA, 2017).

3 | INTERPRETAR O FAIAL

3.1. | BREVE ENQUADRAMENTO HISTÓRICO DO ARQUIPÉLAGO

A história do Arquipélago dos Açores e, conseqüentemente, da ilha do Faial iniciou-se há cerca de 600 anos. O seu (re)descobrimen⁹to não se conhece com exatidão e muito se especula sobre este facto, Marcelino Lima, por conclusão das suas pesquisas, presume que tal terá ocorrido entre os anos de 1433 a 1438 e, afirma que pelo menos certas há de que até 1439 as ilhas dos Grupos Oriental e Central já haviam sido (re)descobertas, conforme se encontra documentado em carta régia de D. Afonso V (LIMA, 1943, p. 25).



Figura 38 – Mapa dos descobrimentos portugueses

Frei Gonçalo Velho Cabral, comendador de Almorol, foi quem capitaneou as caravelas, a mando do Infante D. Henrique, e avistou inicialmente a ilha de Santa Maria e, posteriormente, as restantes (*idem*, p.14). Ao conjunto destas ilhas deu-se o nome de Açores porque *quando as descobriram, primeiro estavam cheias de falcões a que os portugueses chamavam Açôres* e a nomeação da ilha do Faial deve-se-á da *grande quantidade de madeira de faia que ali se encontrou* (*idem*, p.33).

9 | Segundo Marcelino Lima, o autor dos *Anais do Município da Horta*, de acordo com as suas pesquisas não será correto e seguro referir-se aos acontecimentos do século XV como o descobrimento do arquipélago, mas sim como redescobrimen⁹to, porque *ninguém descobre aquilo que já conhece* (LIMA, 1940, p.15). O autor refere que naquela altura o Infante D. Henrique tinha em sua posse *portulanos que pessoas entendidas manuseavam e citavam* (*idem*, p.16), embora não se saiba com exatidão quem foram os primeiros navegantes que descobriram o arquipélago, mas ao Infante *cabe a glória de ter aproveitado os conhecimentos adquiridos* (*idem*, p.16).

A data específica do povoamento destas ilhas também se desconhece, afirma-se apenas que a ocupação destas terras terá decorrido por três fases: primeiro para o reconhecimento do local, depois para proceder à plantação de sementes e a largada de animais para verificar a fertilidade das terras e por último procedeu-se à ocupação humana nas ilhas (*idem*, p.29).

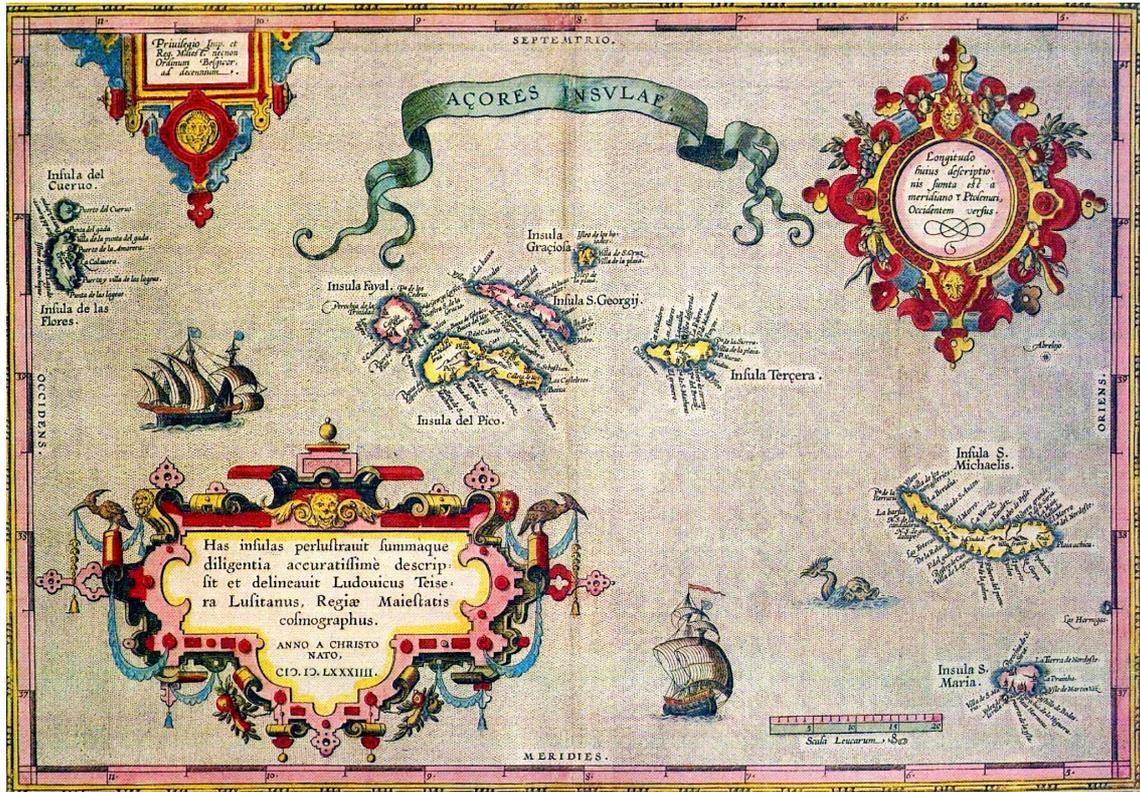


Figura 39 – Mapa Açores Insvlae em 1594

Na ilha do Faial julga-se que tal tenha acontecido no ano de 1466 (*idem*, p.30) por Josse de Hurtere, que posteriormente foi nomeado seu primeiro donatário, que partiu para esta ilha acompanhado de quinze homens iludidos com da hipótese de encontrar prata e estanho como lhe tinham transmitido (*idem*, pp. 37-39). O nome da vila da Horta supõe-se que advirá do apelido do seu primeiro donatário Josse de Hurtere (*idem*, p.230), embora Gaspar Frutuoso, historiador açoriano, descreva na sua coleção *Saudades da Terra* que a *Vila principal da Ilha se chama Vila de Orta, porque não há quintal nenhum que não a tenha* (FRUTUOSO, 1998, p.117).

As embarcações que se destinavam ao povoamento das ilhas, traziam gentes do território continental oriundas do *Algarve, Alentejo, Beira-Alta, Entre-Douro e ainda da zona de Lisboa*. Além dos portugueses, *vieram outros europeus, entre flamengos, genoveses, florentinos, franceses, ingleses, entre outros*. No Faial destaca-se sobretudo a presença flamenga na ilha através, por exemplo, da toponímia dos lugares, tal como a freguesia dos Flamengos, Ribeira dos Flamengos ou o Monte da Espalamaca (COSTA, 2008, pp.33-37).

3.2. | ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

Arquipélago dos Açores

O arquipélago dos Açores é uma Região Autónoma da República Portuguesa desde 1980 (AR, 1980), constituído pelo conjunto das nove ilhas de origem vulcânica de Santa Maria, São Miguel, Terceira, Graciosa, São Jorge, Pico, Faial, Flores e Corvo. Localizado na margem norte do Oceano Atlântico, o arquipélago distancia-se de Portugal Continental e da América do Norte cerca de 1400km e 3900km, respetivamente (AHA-DRA, 2012, pp.18-19).

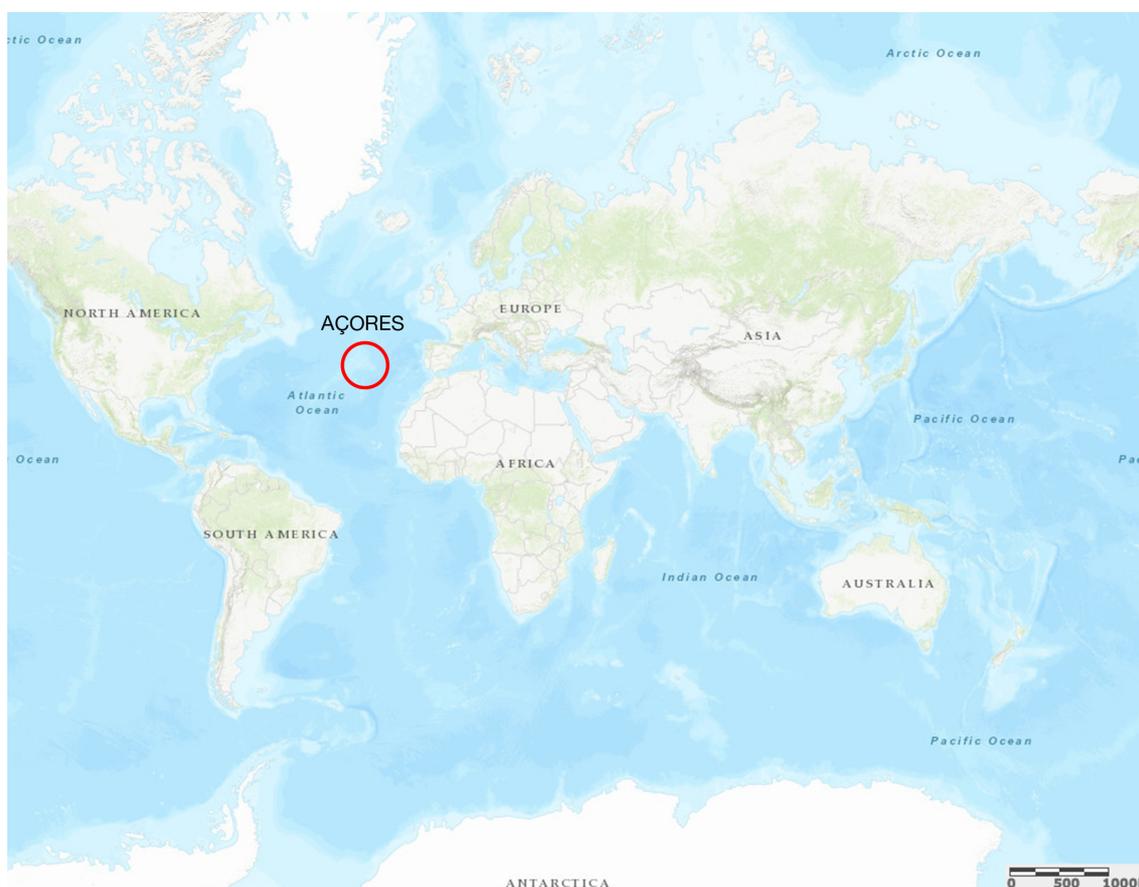


Figura 40 – Mapa mundo e localização do Arquipélago dos Açores

O arquipélago divide-se por três conjuntos distintos de ilhas, devido à dispersão territorial das ilhas e os quais se denominam por Grupo Ocidental (Corvo e Flores), Grupo Central (Faial, Pico, São Jorge, Graciosa e Terceira) e Grupo Oriental (Santa Maria e São Miguel). Os Grupos Ocidental e Oriental distanciam-se do Grupo Central cerca de 150km e 240 km, respetivamente. No total, verifica-se uma distancia máxima entre as ilhas das Flores e de Santa Maria de cerca de 600km (*idem*, pp.18-19).

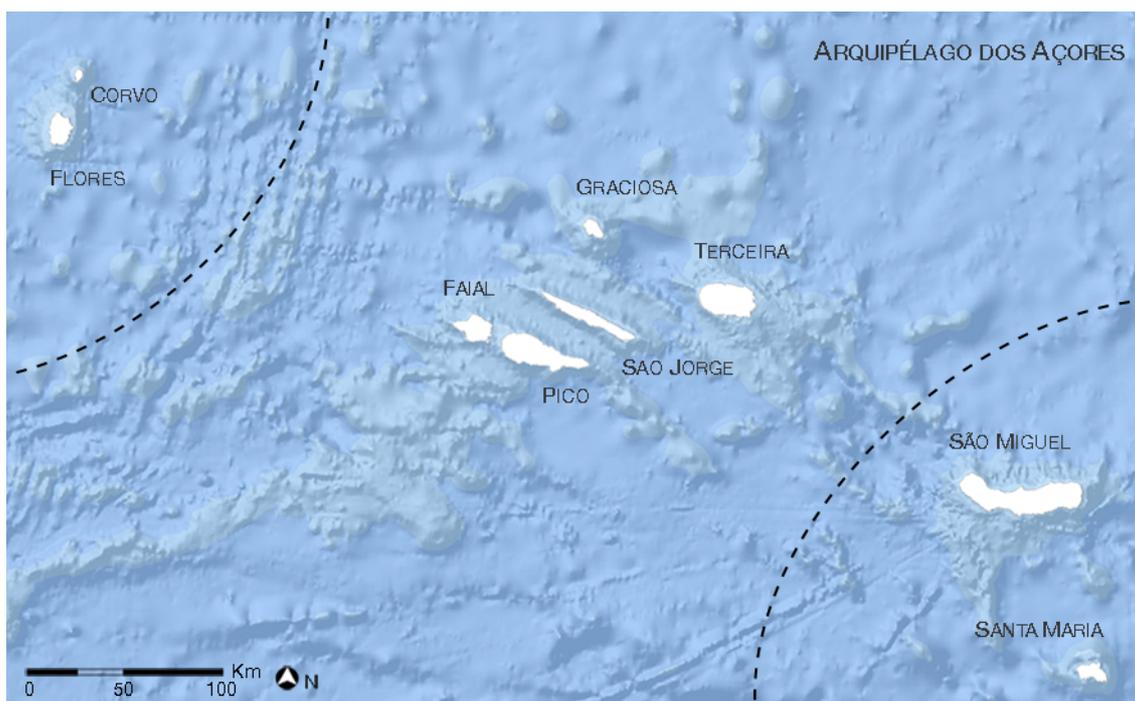


Figura 41 – Arquipélago dos Açores e a toponímia das ilhas

Junto do arquipélago localizam-se as placas litosféricas Americana, Africana e Euroasiática e estruturas tectónicas importantes como a Crista Média Atlântica, a Zona de Fratura Este dos Açores e o Rift da Terceira (Figura 42), o que se reflete numa intensa atividade sísmica e vulcânica na região (*idem*, pp. 43), exemplo disso são os casos recentes e com maior impacto dos sismos na ilha Terceira em 1980 e na ilha do Faial em 1998 ou a erupção do Vulcão dos Capelinhos que decorreu durante treze meses entre setembro de 1957 e outubro de 1958 (*idem*, pp.44-46).

As nove ilhas concentram cerca 2.322km² de superfície, o que corresponde a 2,51% do total nacional, e a população residente estimada para o ano de 2016 correspondia a 245.283 habitantes (INE, 2017), apresentando assim uma densidade populacional de aproximadamente 106 habitantes por km². Desde o ano de 2012, último que se estima ter-se registado crescimento populacional, registou-se o decréscimo da população residente de cerca de 0,87%, o que corresponde a uma perda de 2266 habitantes na região (INE, 2017).

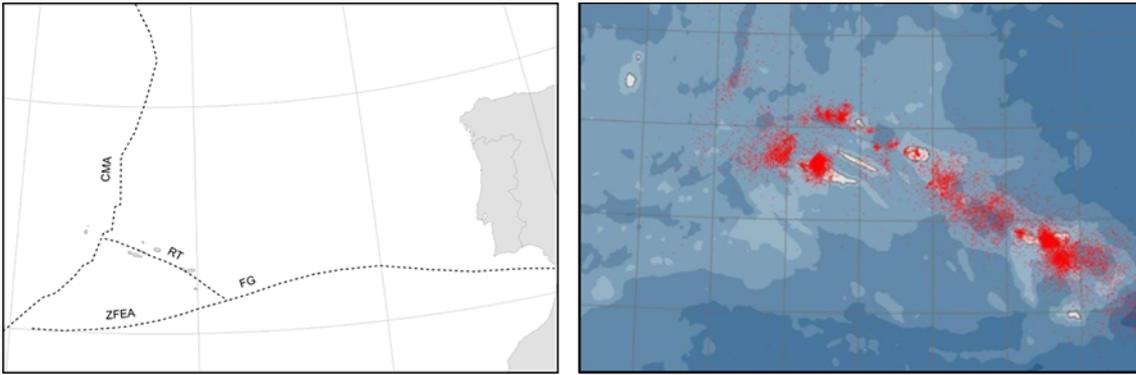


Figura 42– (1) Principais estruturas tectónicas da região dos Açores. Legenda: CMA – Crista Médio-Atlântica; ZFEA – Zona de Fractura Este dos Açores; RT – Rift da Terceira, (2) Carta epicentral dos eventos registados no arquipélago dos Açores entre 1980 e junho de 2006.

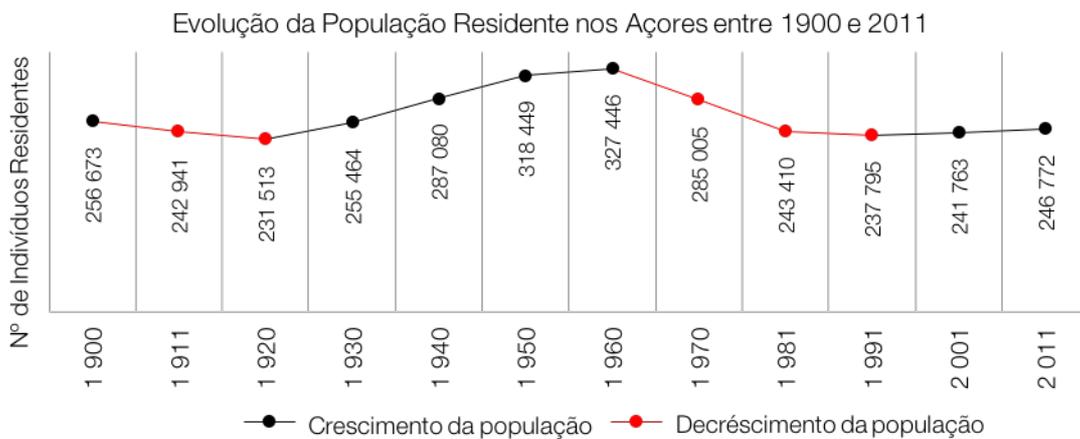


Figura 43 – Gráfico da evolução da população residente nos Açores nos anos de 1900 a 2011

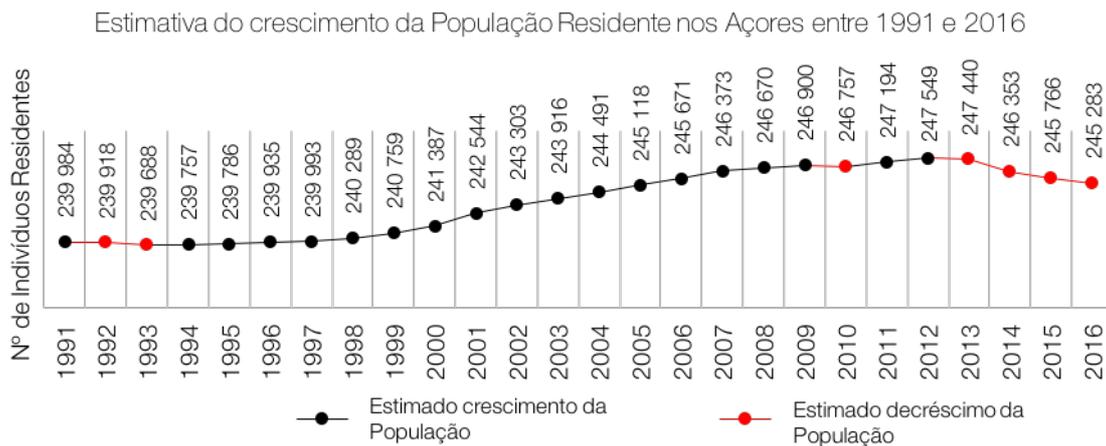


Figura 44 – Gráfico da evolução da população residente estimada nos Açores entre 1991 até 2016

Ilha do Faial

A ilha do Faial concentra na sua superfície cerca de 173km² de área (7,45% do território regional) e apresenta valores de largura e comprimento máximos de 14km e 21km. O seu ponto mais alto, situado no Cabeço Gordo (Figura 45) na freguesia dos Flamengos, atinge os 1.043m de altitude (AHA-DRA, 2012, pp. 49).

ILHA DO FAIAL

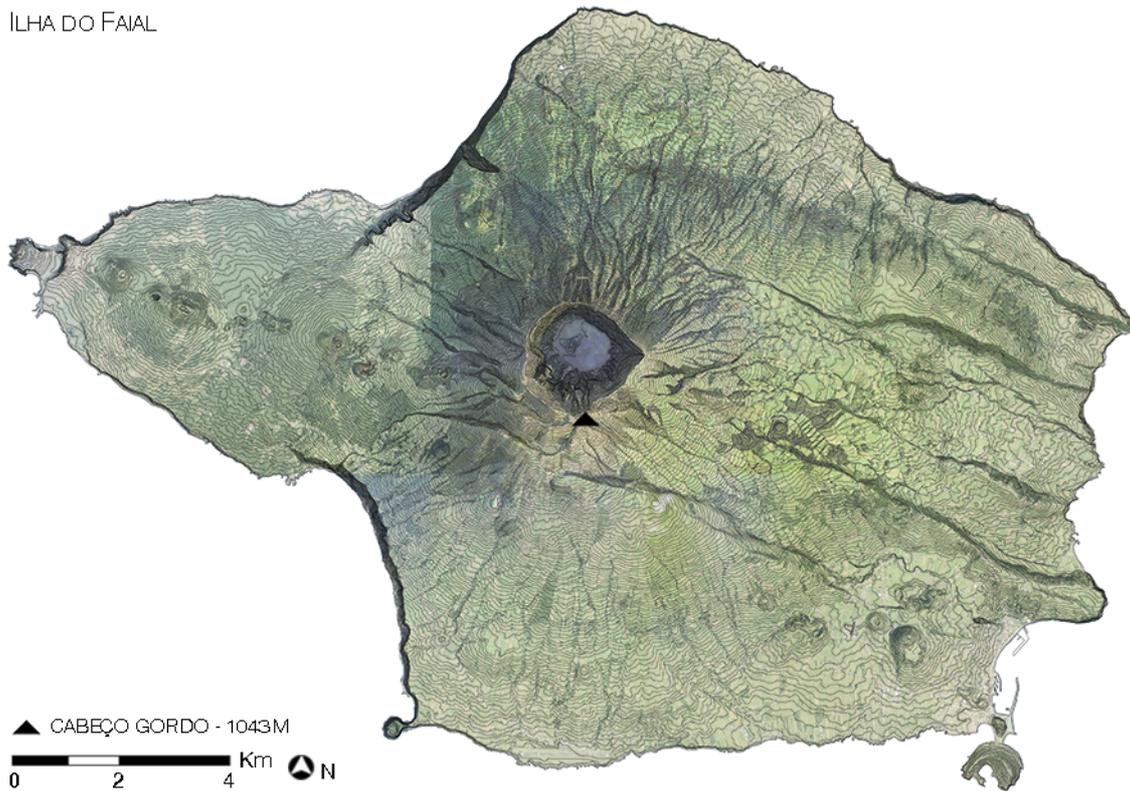


Figura 45 – Ortofotomapa da Ilha do Faial com sobreposição de curvas de nível de 10 em 10m.

No último recenseamento nacional realizado pelo Instituto Nacional de Estatística – INE a ilha do Faial registou um total de 14.994 indivíduos residentes no município (Figura 47), o que se traduz num decréscimo populacional de cerca de 0,46% (INE, 2011). De acordo com os dados disponibilizados pelo SREA – Serviço Regional de Estatística dos Açores, estima-se que desde 1991 que o decréscimo da população faialense tem sido praticamente constante (Figura 48) e que desde 2012, último ano que se registou aumento da população, a ilha do Faial perdeu cerca de 1,72% de indivíduos residentes (SREA, 2017).

A cidade da Horta é constituída pelas freguesias das Angústias, Conceição e Matriz com cerca de 8,7km², o que corresponde a cerca de 5% da área total da ilha, mas reúne 6118 habitantes, ou seja, cerca de 40,1% da população residente de toda a ilha. Embora a

ILHA DO FAIAL - DIVISÃO ADMINISTRATIVA

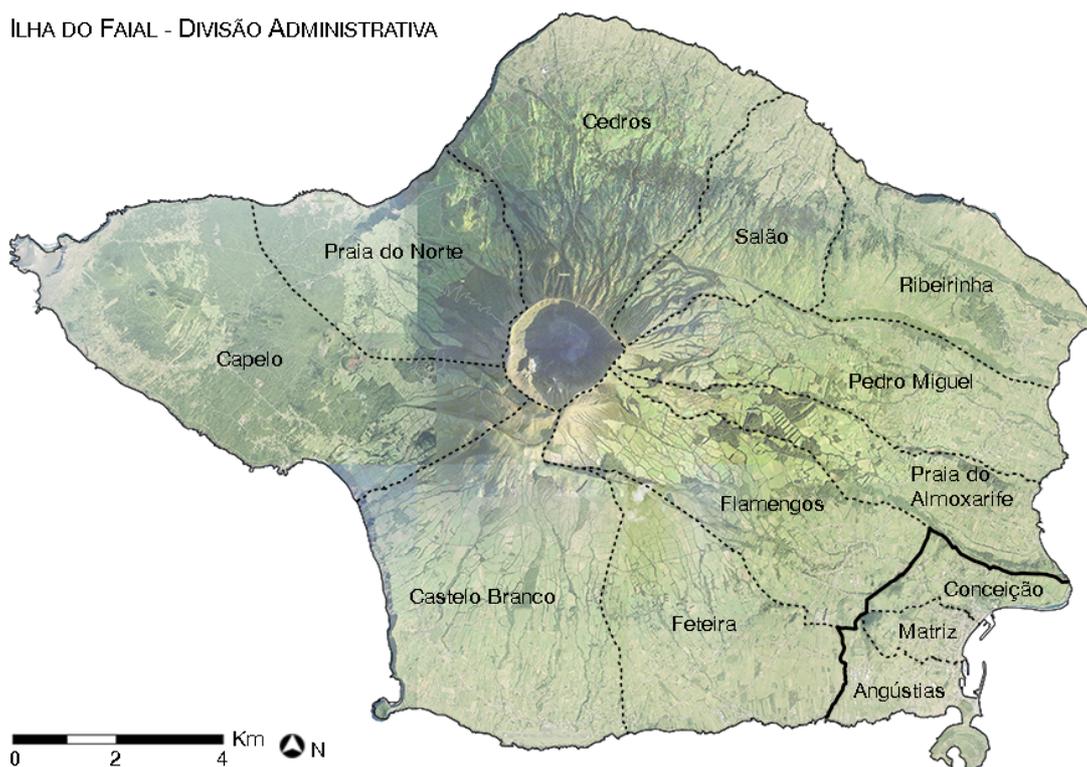


Figura 46 – Ortofotomapa, localização e toponímia das freguesias da Ilha do Faial

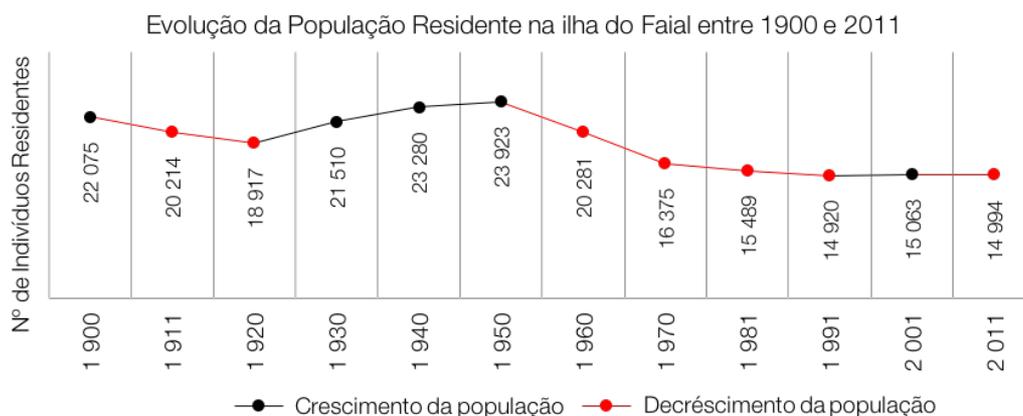


Figura 47 – Gráfico de evolução da população residente na ilha do Faial entre 1900 e 2011

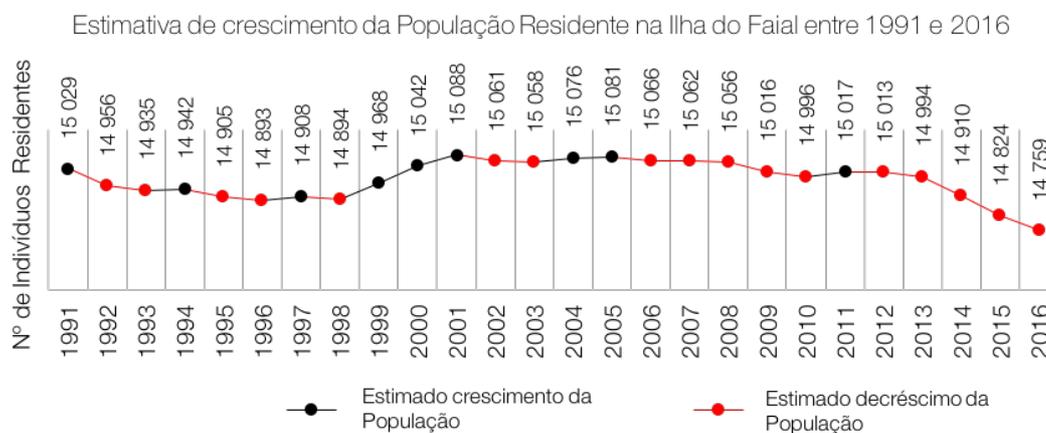


Figura 48 – Estimativa do crescimento da população residente na ilha do Faial entre 1991 e 2016

ilha no geral tenha sofrido um decréscimo populacional, de acordo com os dados censitários, das cinco freguesias que registaram um aumento da sua população, as freguesias da Feteira e da Praia do Almojarife obtiveram o maior crescimento em cerca de 17,8% e 11,8%, respetivamente (Tabela 2).

Local de Residência	População Residente			Área (km ²)	Densidade Populacional (hab/km ²)	Variação (%)	
	1991	2001	2011			1991-2001	2001-2011
Açores	237 795	241 763	246 772	2 322	106,3	1,7	2,1
Faial	14 920	15 063	14 994	173,1	86,6	1,0	-0,5
Angústias	2 676	2 784	2 418	3,8	636,3	4,0	-13,1
Conceição	1 204	1 157	1 138	3,1	367,1	-3,9	-1,6
Matriz	2 508	2 523	2 562	1,8	1 423,3	0,6	1,5
Cidade da Horta	6 388	6 464	6 118	8,7	703,2	1,2	-5,4
Capelo	427	493	486	26,6	18,3	15,5	-1,4
Castelo Branco	1 341	1 349	1 309	23,9	54,8	0,6	-3,0
Cedros	1 192	1 048	907	24,5	37,0	-12,1	-13,5
Feteira	1 483	1 612	1 899	14,5	131,0	8,7	17,8
Flamengos	1 446	1 494	1 604	14,6	109,9	3,3	7,4
Pedro Miguel	687	723	759	14,5	52,3	5,2	5,0
Praia do Almojarife	725	746	834	9,2	90,7	2,9	11,8
Praia do Norte	249	259	250	13,9	18,0	4,0	-3,5
Ribeirinha	496	439	427	12,3	34,7	-11,5	-2,7
Salão	486	436	401	10,4	38,6	-10,3	-8,0

Tabela 2 – Quadro de áreas, de população residente, densidade populacional e taxa de variação da população na ilha do Faial

Geomorfologicamente o Faial desenvolve-se por quatro regiões distintas (Figura 49): no centro situa-se o Vulcão Central da Caldeira, que no seu topo atinge os 2km de diâmetro e 290m de profundidade; na zona nordeste da ilha localiza-se o Graben de Pedro Miguel que *é marcado pela presença de importantes escarpas de falha (...), o relevo nesta região é caracterizado por diversos patamares desnivelados*, entre as freguesias dos Flamengos, Feteira e da cidade da Horta encontra-se a Plataforma da Horta, que se caracteriza pelos *diversos cones de escórias com escoadas lávicas basálticas associadas, que lhe confere um relevo suave*; a quarta região é a Península do Capelo localizada na zona ocidental concentra diversos cones de escórias que resultam em locais com declives acentuados junto destes (COUTINHO *et. al.*, 2008, pp.18-20).

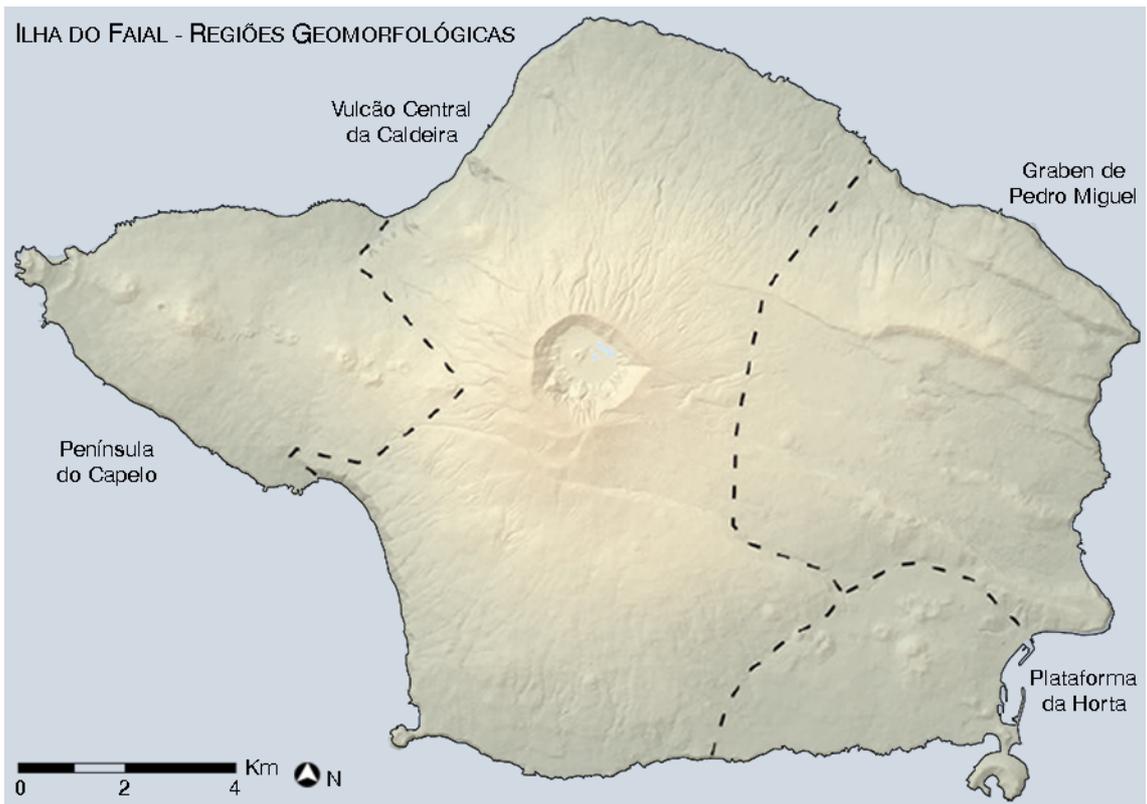


Figura 49 – Modelo digital de terreno da ilha do Faial, onde se destacam quatro regiões geomorfológicas: o Vulcão Central da Caldeira; o Graben de Pedro Miguel; a Plataforma da Horta; e a Península do Capelo (adaptado de Madeira, 1998; coordenadas UTM - zona 26S).

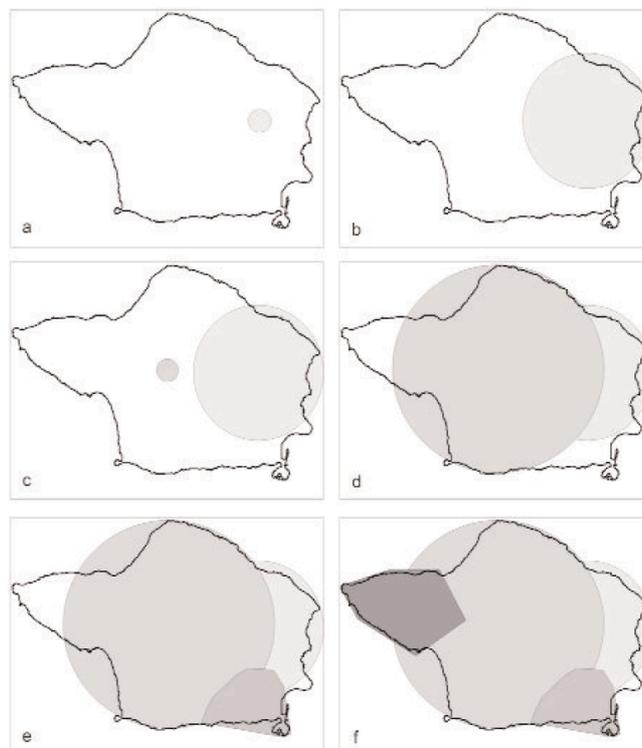


Figura 50 – Esquema evolutivo das fases de formação da ilha do Faial (Pacheco, 2001). a) fase de atividade submarina e emergente do Vulcão da Ribeirinha; b) desenvolvimento do edifício do Vulcão da Ribeirinha; c) fase de atividade submarina e/ou emergente do Vulcão Central da Caldeira; d) desenvolvimento do edifício do Vulcão Central da Caldeira; e) instalação da Plataforma da Horta; e f) instalação da Península do Capelo.

As ilhas do Faial, Pico e São Jorge apresentam uma grande proximidade e ligação entre si proveniente das distâncias que se verificam entre os principais portos marítimos do Faial e Pico e do Pico e São Jorge que são de 9km e 21km, respetivamente (Figura 51). Proveniente desta proximidade territorial e pela facilidade de comunicação existente entre estas ilhas estas constituem um subgrupo denominado por Ilhas do Triângulo (Ilhas do Triângulo, 2015). A 11 de Dezembro de 1990 foi criada a Associação Município do Triângulo (AMT), que visa a promoção de interesses comuns aos seis municípios que a integram. Em Março do ano de 2017, na Bolsa de Turismo em Lisboa, a AMT dispunha pela primeira vez de stand próprio, promovendo o tema *Uma Viagem Três Destinos*, ou seja, com apenas uma viagem aérea o viajante poderá posteriormente visitar e experienciar a cultura das três ilhas, com recurso ao transporte marítimo que é disponível diariamente (AMT, 2017).

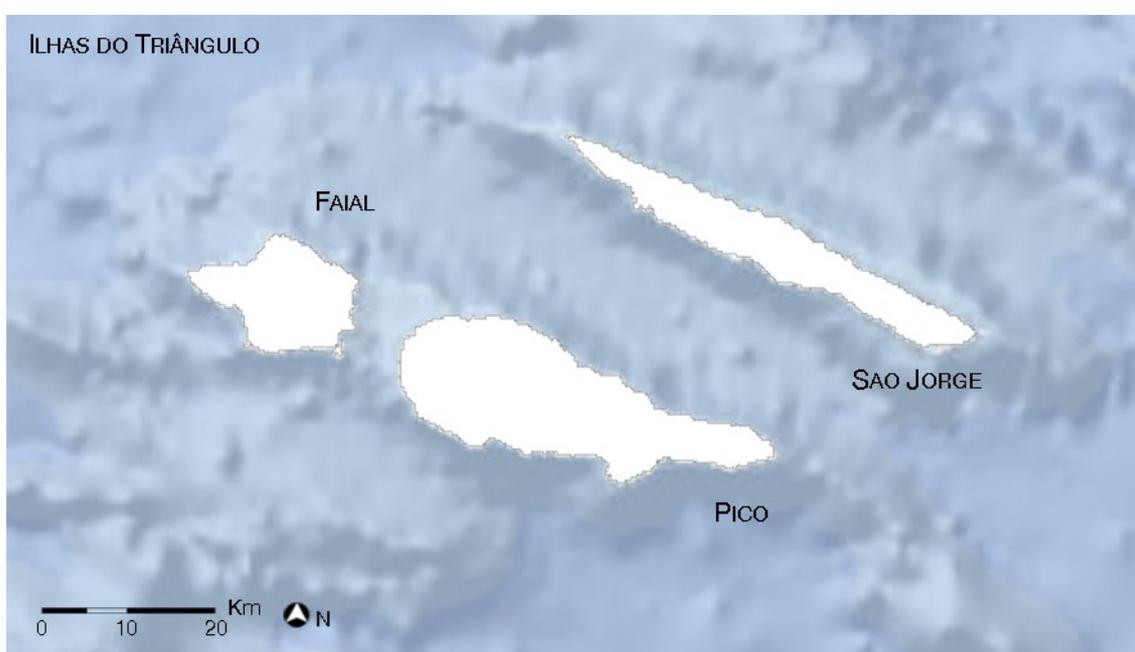


Figura 51 – Mapa das Ilhas do Triângulo

Mercado de trabalho e o setor económico

Numa análise aos dados dos últimos três recenseamentos que se realizaram em Portugal é possível verificar que a taxa de população empregada na ilha do Faial tem vindo a aumentar, tendo registado no ano de 2011 uma percentagem de 45,5% de população ativa. Nos três anos registados verifica-se que o seu valor é nas três décadas superior à média regional (Tabela 3). A taxa de desemprego, embora tenha aumentado, esta apresenta-se na ilha do Faial abaixo da média açoriana. De acordo com os dados disponibilizados pelo SREA, a taxa de desemprego nos Açores tem registado um decréscimo desde o ano de 2014 até 2017, verificando-se neste último que a mesma se estabeleceu nos 9,0 pontos percentuais (Figura 52).

Indicadores de Mercado de Trabalho												
	População Empregada						População Desempregada					
	1 991	(%)	2 001	(%)	2 011	(%)	1 991	(%)	2 001	(%)	2 011	(%)
Açores	84 036	35,3	94 728	39,2	102 127	41,4	3 695	4,2	6 760	6,7	12 793	11,1
Faial	5 665	38,0	6 674	44,3	6 822	45,5	178	3,0	319	4,6	641	8,6

Tabela 3 – Quadro de indicadores de mercado de trabalho nos Açores e na ilha do Faial

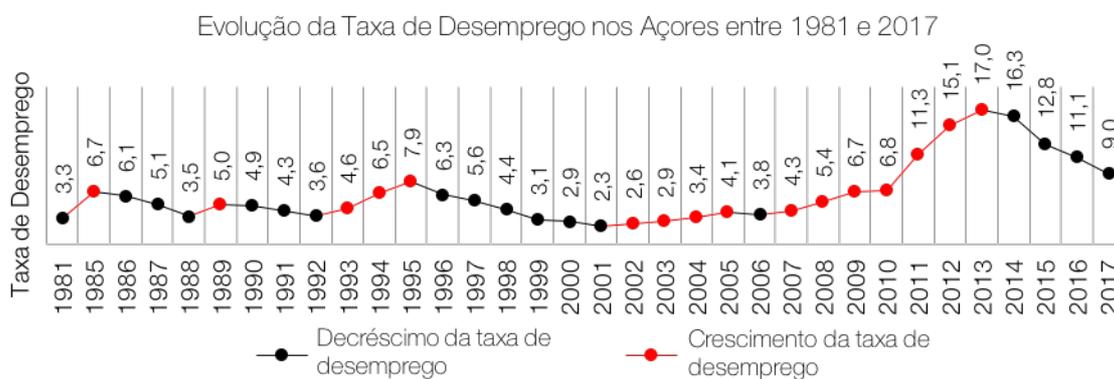


Figura 52 – Gráfico da evolução da taxa de desemprego nos Açores desde 1981 até 2017

No que respeita ao nível de instrução da população residente da Ilha do Faial é possível confirmar que cerca de 16,9% da população completou o 3º ciclo escolar, 12,5% concluiu o ensino secundário e que 9,5% possui um curso no ensino superior (Tabela 4). O setor de atividade predominante em todo o município é setor terciário, que representa cerca de 76,4 do total da população empregada e das diversas atividades relacionadas, o alojamento, restauração ou atividades similares representam 6,0% desta população empregada. O setor secundário empregava 16,0% dos munícipes em 2011, sendo que o setor da construção abrangia cerca 9,5% da população. Por último, no setor primário, nas atividades relacionadas com a agricultura, produção animal, caça, floresta ou pesca, apenas empregava 7,7% da população (CMH, 2016, p.23).

Dados do inquérito à população - Censos de 2011, Município da Horta						
	Ilha do Faial	(%)	Cidade da Horta	(%)	Restantes Freguesias	(%)
População Residente	14 994	100,0%	6 118	40,8%	8 876	59,2%
Instrução da População						
Indivíduos residentes com 3º ciclo completo	2 534	16,9%	1 071	17,5%	1 463	16,5%
Indivíduos residentes com ensino secundário completo	1 868	12,5%	882	14,4%	986	11,1%
Indivíduos residentes com ensino pós-secundário completo	137	0,9%	70	1,1%	67	0,8%
Indivíduos residentes com curso superior completo	1 428	9,5%	906	14,8%	522	5,9%
Mercado de trabalho						
Indivíduos residentes empregados	6 822	45,5%	2 787	45,6%	4 035	45,5%
Indivíduos residentes empregados no setor primário	523	7,7%	86	3,1%	437	10,8%
Indivíduos residentes empregados no setor secundário	1 089	16,0%	371	13,3%	718	17,8%
Indivíduos residentes empregados no setor terciário	5 210	76,4%	2 330	83,6%	2 880	71,4%
Indivíduos residentes desempregados	641	4,3%	228	3,7%	413	4,7%
Indivíduos residentes pensionistas ou reformados	2 851	19,0%	1 326	21,7%	1 525	17,2%

Tabela 4 – Recenseamento nacional de 2011 para a ilha do Faial, dados da instrução da população e do mercado de trabalho no Município da Horta

Setor Turístico

A partir de Março de 2015 foi liberalizado o espaço aéreo açoriano, o que determinou a possibilidade de companhias aéreas de baixo custo operarem nas ilhas açorianas. Embora estas, atualmente, só operem nas ilhas de São Miguel e Terceira, e no seguimento da revisão das obrigações de serviço público por parte da companhia aérea açoriana, o arquipélago tem registado um aumento substancial no número de visitantes¹⁰ (Figura 53 e Figura 54), o que também resultou num aumento do investimento local por parte da oferta hoteleira, sobretudo nas tipologias de Alojamento Local (Tabela 5).

A ilha do Faial, embora não beneficie diretamente desta alteração das operações aéreas em território regional, o seu setor hoteleiro tem também acompanhado o aumento no investimento de estabelecimentos de Alojamento Local, visto que no ano de 2014 existiam apenas 30 unidades e no ano de 2017 estas já perfaziam um total de 114 unidades e, embora na Hotelaria Tradicional e no Turismo em Espaço Rural o número de estabelecimentos disponíveis não tenha aumentado, o número de camas nestes espaços sofreu um ligeiro aumento tendo acrescido, entre os anos de 2014 e 2017, o número de camas em 71 e 11 nestas tipologias de espaço, respetivamente (Tabela 5).

10 | A avaliação do crescimento do número de visitantes nos Açores foi medida a partir do número de passageiros desembarcados em todos os Aeroportos dos Açores e em todos os Portos dos Açores para o período entre os anos de 2001 a 2017.

Número de passageiros desembarcados nos aeroportos dos Açores entre 2001 e 2017



Figura 53 – Evolução do número de passageiros desembarcados nos aeroportos dos Açores entre o ano de 2001 e 2017

Número de passageiros desembarcados nos transportes marítimos nos portos dos Açores entre 2001 e 2017

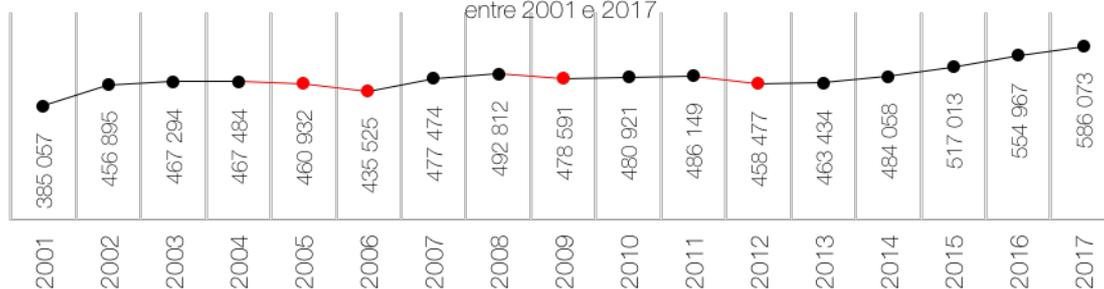


Figura 54 – Evolução do número de passageiros desembarcados nos portos dos Açores entre o ano de 2001 e 2017

Número de passageiros desembarcados no Aeroporto da Horta, ilha do Faial entre 2001 e 2017

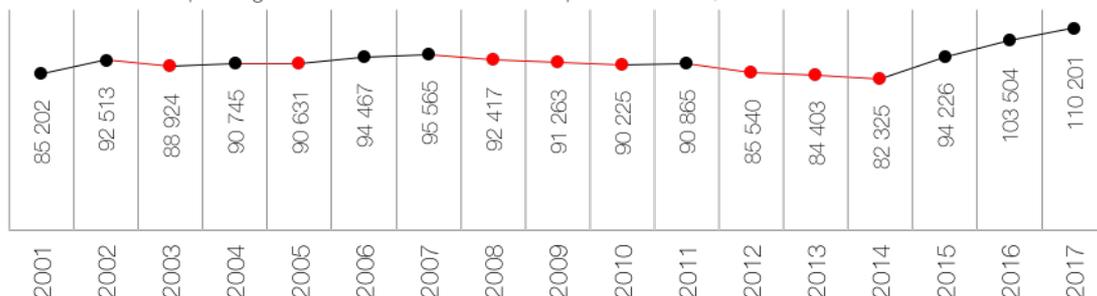


Figura 55 – Evolução do número de passageiros desembarcados no Aeroporto da Horta entre os anos de 2001 e 2017

Desempenho Turístico na Região Autónoma dos Açores												
	2 014	2 015	2 016	2 017	2 014	2 015	2 016	2 017	2 014	2 015	2 016	2 017
	Número de Estabelecimentos em Atividade				Número de camas				Taxa de ocupação-cama (%)			
Alojamento Local												
Açores	163	525	764	1 256	---	---	---	---	---	---	---	---
Faial	30	70	87	114	---	---	---	---	---	---	---	---
Hotelaria Tradicional												
Açores	76	79	84	90	8 440	8 688	9 306	9 909	34,5%	40,2%	45,3%	49,4%
Faial	5	6	6	6	699	781	781	770	30,8%	31,9%	36,3%	37,3%
Turismo em Espaço Rural												
Açores	95	97	96	103	910	905	916	1 034	16,0%	17,4%	18,8%	17,2%
Faial	15	15	15	15	178	176	172	189	16,9%	14,8%	16,0%	14,2%

Tabela 5 – Tabela do desempenho turístico da Região Autónoma dos Açores e da ilha do Faial entre os anos de 2014 e 2017

No que respeita ao número de visitantes que a ilha recebe ao longo de todo o ano é possível verificar que desde o ano de 2013, quer o número de passageiros desembarcados no Aeroporto da Horta (Figura 55) e no Porto da Horta, através dos transportes marítimos (Figura 56) e de embarcações de recreio (Figura 57), quer o número de hóspedes e respetivas dormidas na hotelaria faialense (Tabela 5), todos estes indicadores têm registado um crescimento progressivo o que resulta, conseqüentemente, num aumento do volume de turistas a visitar esta ilha açoriana.

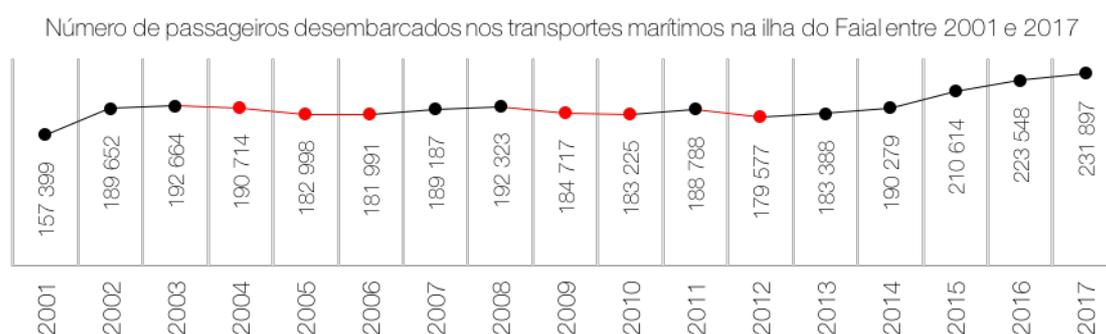


Figura 56 – Evolução do número de passageiros desembarcados nos transporte marítimos na ilha do Faial entre os anos de 2001 e 2017

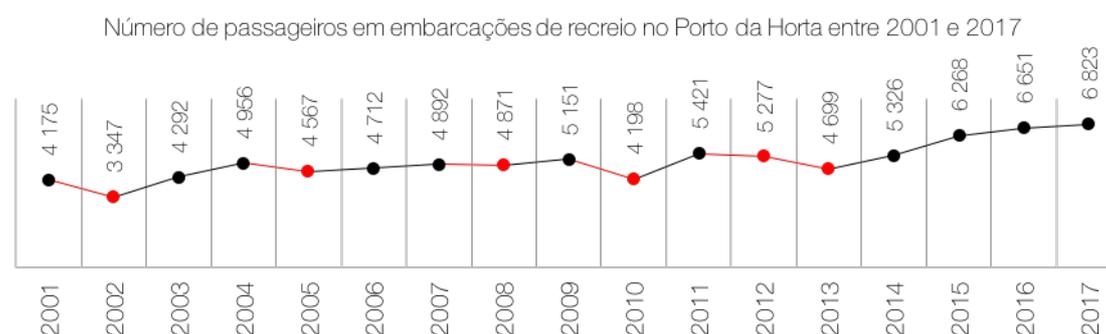


Figura 57 – Evolução do número de passageiros em embarcações de recreio que atracaram no Porto da Horta entre os anos de 2001 e 2017

De acordo com o PEMTA, num inquérito realizado aos turistas que visitaram o Arquipélago dos Açores, concluiu-se que a região é procurada principalmente pela qualidade dos seus recursos naturais e pelas suas paisagens e com os principais objetivos o do descanso e relaxamento, o de conhecer as ilhas açorianas, a sua cultura e património (IPDT, 2015, p.46). As principais valências da atratividade desta região incidem nas **características físicas do território**, *singularidade do destino*, *segurança*, *tranquilidade*, *localização*, **qualidade ambiental**, *gastronomia*, **património cultural e histórico**, *qualidade global do destino* e *clima ameno* (*idem*, p.10).

PRODUTOS/ SUBPRODUTOS	
TURISMO DE NATUREZA	
SOFT	
Passeios a pé/ Hiking	X
Passeios Equestres	X
Reserva da Biosfera	X
TER - Turismo em Espaço Rural	X
ESPECIALISTA	
Birdwatching	X
Geoturismo	X
ATIVO	
BTT	X
Canoagem/ Kayaking	X
Canyoning	X
Downhill	X
Parapente	X
Rapel e escalada	X
Trekking	X
TURISMO NÁUTICO	
SOFT	
Cruzeiros	X
Passeios de Barco	X
Whale Watching	X
ATIVO	
Iatismo	X
Mergulho	X
Pesca desportiva	X
Surf e Bodyboard	X
Vela	X
Windsurf	X
TOURING CULTURAL E PAISAGÍSTICO	
Cultura	X
Eventos/ Entretenimento	X
Gastronomia e Vinhos	X
Património	X
Património Mundial	X
Religião	X
SAÚDE E BEM-ESTAR	
Termalismo	X
GOLFE	
	X
SOL E MAR	
	X
NEGÓCIOS/ CONGRESSOS E INCENTIVOS	
	X
X	Produto considerado como pólo/âncora de desenvolvimento da ilha
X	Produto considerado relevante para a ilha, podendo ser considerado ponto de passagem muito relevante para o turista
X	Existência de empresas e infraestruturas/locais ideais para a prática de atividades relacionadas

Tabela 6 – Síntese da tabela-resumo dos produtos e subprodutos turísticos para a ilha do Faial

O PEMTA, documento elaborado com o objetivo apresentar novas propostas e recomendações para o desenvolvimento do turismo nos Açores, determina que o turismo de natureza é o principal produto associado à região, apelidando o este como o Produto Âncora e ao qual estão ou poderão estar associados, e assim enriquecer a oferta e experiência turísticas, *produtos complementares*, tais como atividades relacionadas com o turismo náutico, *touring* cultural e paisagístico ou turismo de saúde e bem-estar (IPDT, 2015, p.98).

Na ilha do Faial as principais ofertas de atividades turísticas estão relacionadas com o Turismo de Natureza, mas sobretudo com o Turismo Náutico. De acordo com o quadro síntese, apresentado no PEMTA, que caracteriza os produtos e subprodutos para cada ilha consoante o seu grau de desenvolvimento em cada uma delas, é possível verificar que os passeios a pé, o turismo em espaço rural, o geoturismo, os passeios de barco, a observação de cetáceos, o iatismo, a prática de mergulho, pesca desportiva e a vela constituem as principais atrações turísticas da ilha do Faial (Tabela 6), enquanto que as atividades relacionadas com o *Touring* Cultural e Paisagístico são consideradas relevantes para a ilha e para o turista, mas que atualmente não constituem o principal motivo da visita turística ou das atividades por estes praticadas (*idem*, p.107).

No ano de 2013, do total da despesa regional com atividades culturais e criativas, o Faial representou a segunda ilha que menos investiu neste setor¹¹, tendo a sua despesa representado cerca de 0,6 % do total neste setor (SREA, 2013, p.104). No ano de 2016 os gastos da autarquia faialense com este setor aumentaram mais do dobro em relação ano anterior e a nível regional representou a quarta ilha que mais investiu neste tipo de atividades (SREA, 2016, p.116). Posto isto, poder-se-á concluir desta análise do investimento municipal na cultura, que o rumo desta autarquia poderá compreender uma maior consciencialização e um maior investimento na promoção, preservação e divulgação da sua cultura e património e, certamente, que este investimento representará e terá repercussões na oferta e satisfação turística, bem como para a sua população e economia locais.

11 | O ano de 2013 foi o ano em que o Município da Horta menos investiu em atividades culturais e criativas, não tendo a sua despesa ultrapassado os 62.000€ neste ano. Nos anos 2014 e 2015 os gastos da autarquia aumentaram significativamente face ao ano de 2013, perfazendo um total de 182.013€ e 198.448€, respetivamente. No ano 2016 o investimento do Município duplicou em relação ano transato, totalizando cerca de 404.721€ gastos em atividades de cariz cultural e criativo (SREA, 2013, p.104; SREA, 2016, p.116).

Caracterização urbana da ilha do Faial

A implantação dos principais conjuntos urbanos açorianos edificados está implicitamente relacionada com a localização geográfica e características geomorfológicas. A implantação dos quatro principais polos urbanos do arquipélago (Ponta Delgada, Angra do Heroísmo, Praia da Vitória e Horta) concentram-se no litoral das ilhas entre o quadrante Nascente-Sul. Na ilha do Faial, tal se verifica, pelo facto dos seus primeiros povoadores terem desembarcado junto da baía da Horta. Com o tempo, alguns dos primeiros povoadores permaneceram então junto da Ribeira da Conceição (Figura 58), na Horta, enquanto que outros se dispersaram pelo litoral no sentido sul até à freguesia de Castelo Branco e pelo litoral norte até à freguesia do Salão (OA, 2000, p.427).



Figura 58 – Planta das Fortificações e Bahias da Ilha do Fayal de 1804

Atualmente, nas freguesias com menor expressão populacional, os caminhos e estradas estabelecidos ora são de pequena dimensão, nas ligações paralelas à linha de costa, ora são de maiores dimensões aquelas que sejam perpendiculares a esta (*idem*, p.428). Os conjuntos edificados nestas localidades encontram-se, na sua maioria, junto do litoral faialense, mas afastados do limite costa e, na maioria das habitações, as suas fachadas principais estão voltadas a nascente, possivelmente pela influência do vislumbre para as ilhas vizinhas (*idem*, p.429).



Figura 59 – “Vista da Baía da Cidade da Horta na Ilha do Faial, cerca de 1842 - Panorama de Purrington & Russel”

A baía da cidade da Horta (Figura 60), localizada no litoral sudeste da ilha, apresenta-se como um anfiteatro voltado para o Pico, protegida pelo Monte da Espalamaca e pelo Monte da Guia, concentrando maior índice de edificabilidade junto da linha de costa, que se desvanece ao subir da encosta. A Horta, virada para o mar do atlântico, *corresponde ao modelo de cidade da cidade insular de raiz portuguesa, litorânea e de traçado medievo-renascentista, desenvolvida e firmada nas edificações robustas dos séculos XV ao XVIII* (IAC, 2003, p.35)

Os primeiros traçados da Vila estabeleceram-se junto da Ribeira da Conceição (Figura 58 e Figura 59), a delimitação dos seus caminhos direcionavam-se nos sentidos nordeste-sudoeste e noroeste-sudeste, que constituía uma *malha proto-urbana, depois urbana* (*idem*, p.37). Posteriormente, a expansão da Vila prolongou-se ao longo da baía, além da então praça central (atual Praça da República) até ao atual Largo Duque d’Ávila e Bolama, que passaria a ser o novo centro cívico. No ano de 1804 a ainda Vila da Horta, conforme é possível verificar na Planta de Fortificações (Figura 58), já se debruçava ao longo de toda a frente mar até junto da Baía do Porto Pim (*idem*, 39).



Figura 60 – Vista sobre a baía da Cidade da Horta, Agosto de 2017

A imagem da arquitetura e das cidades açorianas de uma forma geral, é sobretudo caracterizada pela utilização da pedra negra vulcânica. Esta é utilizada tanto na construção de habitações, tipicamente construídas em alvenaria de pedra (IAC, 2003, p.43), ou nos apontamentos e remates dos vãos dos edificadoss, muito presentes nas estruturas de carácter religioso nos seus portais, frontões e cimalthas em contraste com o branco das superfícies caiadas (OA, 2000, p.10), ou na calçada das ruas que por vezes ornamenta um conjunto de desenhos variados, combinada com pedra de calcário branco.

As obras arquitetónicas de maior imponência são as de carácter religioso, como o Antigo Colégio dos Jesuítas, atual Igreja do Santíssimo Salvador (Matriz), o Convento e Igreja do Carmo, a Igreja de Nossa Senhora das Angústias, estas de características *barroco açórico* (FERNANDES *et al.*, 2009, p.13). Ainda dentro do tema da arquitetura religiosa destacam-se também inúmeros os Impérios do Espírito Santo presentes por toda a ilha (*idem*, pp.438-439).



Figura 61 – Frente marítima da Horta, com destaque para a Igreja Matriz e Convento do Carmo

A casa rural faialense é, por excelência, do tipo linear, embora se apresente sob aspetos muito variados (OA, 2000, p.448). São casas que variam entre um e dois pisos, mas de tipologia pouco uniforme, normalmente são construção regular com fachadas caiadas e possuem também uma cisterna. Quando estas se apresentam com dois pisos, normalmente o piso inferior dedica-se ao apoio às atividades rurais e ostentam formas retangulares ou tipologias em T e L (*idem*, pp.448-456).



Figura 62 – Casa Rural na Freguesia da Praia do Norte, de construção em pedra, bem como os muros de contenção, Junho de 2017

Nas freguesias citadinas o modelo tipológico das habitações é variado. O número de pisos aumenta consoante a proximidade com o centro urbano, geralmente com um mínimo de dois pisos, conferindo ao piso térreo funções comerciais. O edificado urbano é caracterizado também pela presença de *gateiras* e *torres* que *recortam continuamente o perfil da cidade* (*idem*, p.460).

4 | NOVOS PERCURSOS PELO PATRIMÓNIO CULTURAL DA ILHA DO FAIAL

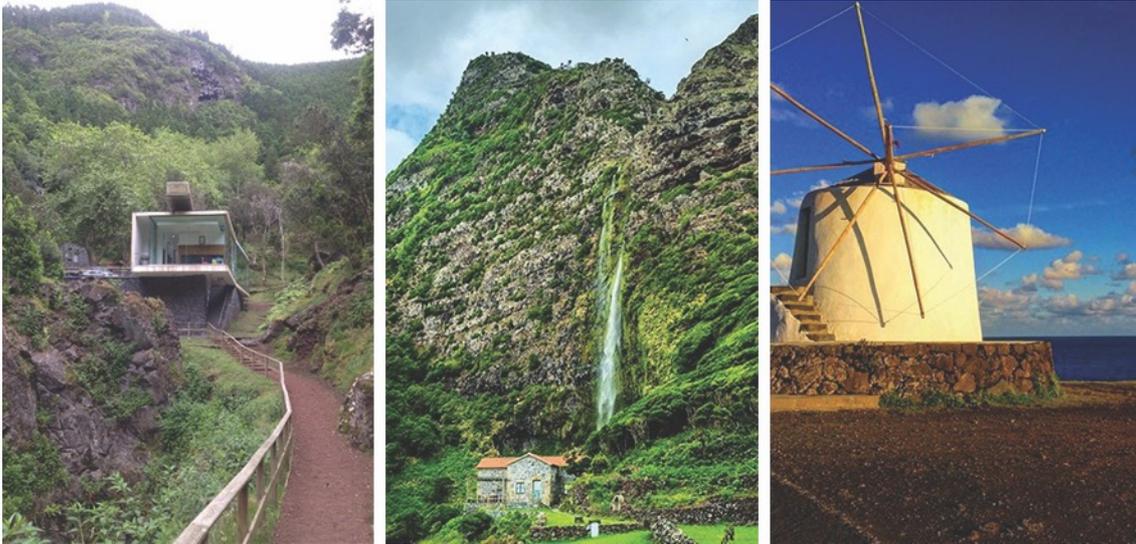


Figura 63 – (1) Ilha Graciosa, Furnas do Enxofre; (2) Ilha das Flores, Cascata do Poço do Bacalhau; (3) Ilha do Corvo, Moinho de Vento da Vila do Corvo



Figura 64 – (1) Ilha do Faial, Vulcão dos Capelinhos; (2) Ilha do Pico, Paisagem da Cultura da Vinha do Pico; (3) Ilha de São Jorge, Fajã dos Cubres



Figura 65 – (1) Ilha de Santa Maria, Baía de São Lourenço; (2) Ilha de São Miguel, Lagoa do Fogo; (3) Ilha Terceira, Praça de Touros de Angra do Heroísmo

O Arquipélago dos Açores desde o ano de 2015, tal como foi referido no subcapítulo dedicado ao setor turístico, depara-se hoje com novos desafios face à crescente procura turística que se tem verificado. O Instituto de Planeamento e Desenvolvimento do Turismo, entidade responsável pela elaboração do PEMTA, determinou os cinco grandes desafios que a região açoriana terá para que o crescimento da atividade turística evolua em conformidade com os princípios de turismo sustentável. Esses desafios identificados estão relacionados com as *Acessibilidades* e, conseqüentemente, com a mobilidade nas ilhas e inter-ilhas; com a *Sazonalidade* do setor; com a *Vulnerabilidade do território* do ponto de vista ambiental e dos seus recursos naturais; com a *Qualidade do Serviço* e, por conseguinte, com a qualificação e formação da população e, por último; com o *Desenvolvimento equilibrado do turismo nas nove ilhas dos Açores* e, neste ponto, importa destacar que *a cada uma das ilhas do arquipélago deve ser garantida a possibilidade de explorar o seu potencial turístico* (IPDT, 2015, p.13). Neste último ponto, dedicado ao *desenvolvimento equilibrado do turismo*, foram também identificados cinco pressupostos para que o mesmo seja alcançado:

1. *Turismo de natureza como o principal produto dos Açores, além dos seus recursos naturais e a biodiversidade, criando a necessidade de uma estratégia de produto complementar;*
2. *Garantir a possibilidade de visita a todas as ilhas, tirando partido das melhorias na rede de transportes entre ilhas (novas OSP's);*
3. *Ter como aspetos diferenciadores a proximidade do mercado, a singularidade e a autenticidade de cada ilha, a paisagem, a segurança e a tranquilidade dos locais;*
4. *Incentivar a melhoria contínua no desempenho das áreas características do turismo;*
5. *Trabalhar a sustentabilidade dos Açores, conservando e preservando os lugares e as comunidades locais, através do reforço dos princípios da sustentabilidade.*

(IPDT, 2015, p.14)

É neste sentido e nesta linha das alterações ao panorama turístico açoriano e do despontar de novas preocupações, novos pressupostos e novas motivações, que surge e urge a necessidade de analisar, desenvolver e propor uma nova estratégia para o desenvolvimento sustentado e equilibrado da ilha do Faial e do seu território, no sentido de corresponder aos novos desafios com que a região se depara. De seguida propõe-se clarificar as principais preocupações e inquietações que fundamentaram e sustentaram o desenvolvimento do presente trabalho aliadas à descrição do projeto e ideias propostos.



Figura 66 – Trilhos Pedestres da ilha do Faial

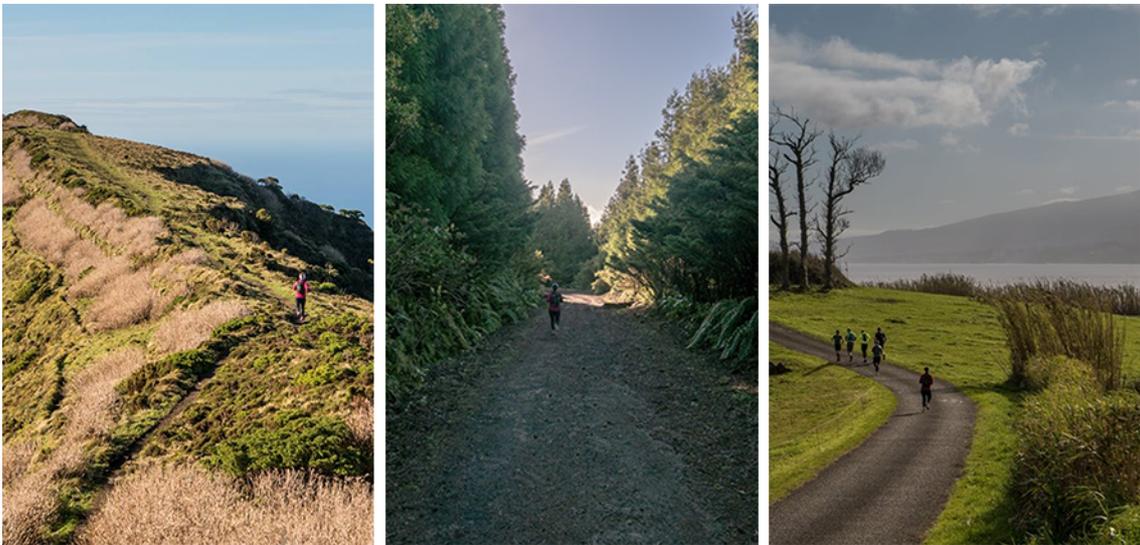


Figura 67 – Trilhos Pedestres da ilha do Faial

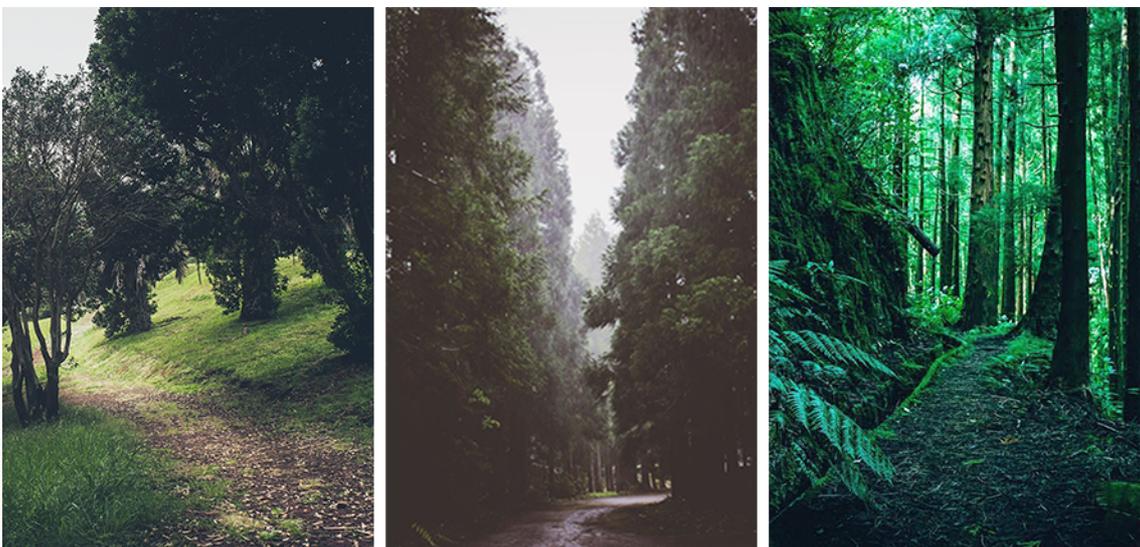


Figura 68 – Trilhos Pedestres da ilha do Faial

4.1. | UMA REDE COMO ESTRATÉGIA TERRITORIAL

Tal como já foi anunciado anteriormente, o projeto que se defende consiste, numa primeira instância, na elaboração e apresentação de percursos temáticos que possam enriquecer a oferta turística e, conseqüentemente, proporcionar o desenvolvimento sustentável do setor turístico e crescimento da economia local.

Numa análise realizada aos percursos existentes na ilha do Faial foi possível constatar os seguintes factos:

- O projeto *Horta sobre Rodas* está inscrito sobre os limites da cidade da Horta, o qual pretende promover o património e cultura que se situam apenas dentro do limite desta;
- Os percursos pedestres homologados, tal como a sua regulamentação¹² sugere, percorrem locais que beneficiem e promovam o contacto e a conservação da natureza. A sua dispersão pelo território da ilha do Faial, a maioria, circunscreve-se às áreas pertencentes ao PNF (Figura 22);
- Os percursos que permitem o recurso a veículos motorizados para explorar e conhecer o território faialense apenas correspondem aos delineados para o projeto *Horta sobre Rodas*;
- A carência de percursos que fomentem a comunicação e conexão entre diferentes espaços e locais que traduzem, representam e compõem a identidade faialense, de forma aproximar o território da ilha e as suas valências. É escassa a oferta que visa promover a relação entre as áreas urbanas e rurais, entre zonas habitadas, com comércio local e zonas florestais e agrícolas, espaços estes que possuem o património cultural e natural, aos quais estão intrinsecamente subjacentes a sua população, os seus costumes e atividades que são característicos e locais;
- A escassez de trajetos que promovam, e em complemento ao referido nos números anteriores, o conhecimento de diferentes locais da ilha com recurso a veículos motorizados, ou que simplesmente apresentem condições e alternativas de meios de deslocação.

12 | A regulamentação dos percursos pedestre deverá obedecer ao disposto no *Regulamento de Homologação de Percursos Pedestre*, sendo competência da Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal a respetiva avaliação e aprovação dos mesmos (FCMP, 2006).

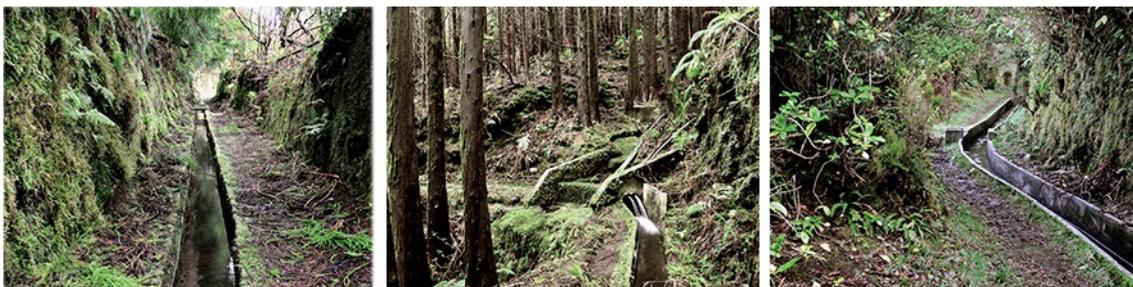


Figura 69 – Trilhos Pedestres do Faial – Percurso das Levadas



Figura 70 – Trilhos Pedestres do Faial – Percurso das Levadas



Figura 71 – Trilhos Pedestres do Faial – Percurso das Levadas



Figura 72 – Trilhos Pedestres do Faial, excertos do vídeo promocional do evento *Azores Trail Run 2018*



Figura 73 – Trilhos Pedestres do Faial, excertos do vídeo promocional do evento *Azores Trail Run 2018*

O PNF¹³ e a ATR¹⁴ têm desenvolvidos esforços e realizado ações que visam a melhoria de condições das rotas existentes, na reabilitação de troços que foram destruídos ou abandonados com o tempo e na criação de novos percursos pedestres. O Município da Horta tem também elaborado um conjunto de medidas e projetos que visam a recuperação e reabilitação do património edificado da cidade, sobretudo o património de carácter religioso, e na elaboração de programas que pretendem incentivar a reabilitação e manutenção do património imóvel pertencente a entidades e indivíduos privados, como é o caso da criação e ampliação da ARU – Área de Reabilitação Urbana e da ERU – Estratégia de Reabilitação Urbana da Horta. A ilha do Faial possui características únicas e peculiares ao longo do seu território, as quais detêm um vasto potencial como atração turística, mas que por sua vez, atualmente estas são pouco divulgadas e promovidas

Posto isto, a estratégia do presente trabalho visa potenciar as políticas e programas que têm sido adotados pelas diferentes entidades faialenses através da definição de um conjunto de novas rotas. Propõe-se o desenho de novos percursos que envolvam todo o território faialense, que possam interligar e promover diferentes pontos turísticos em torno deste e que possam fornecer alternativas ao tipo de transporte ou meio de deslocação a que o viajante pretenda recorrer.

Os percursos turísticos terão como elemento estruturante, e que irá determinar os trajetos propostos, o Património Imóvel e Molinológico da Ilha da Faial, isto porque os elementos que o integram apresentam-se dispersos ao longo dos mais de 173,1km² de área da ilha, traduzem e representam a história e cultura faialenses, são uma herança física dos seus antepassados, alguns dos quais nos remetem para o período da descoberta e povoamento dos Açores e que, tal como as próprias noções de património sugerem, estes são elementos que possuem *valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência* (UNESCO, 1972) e por isso requerem medidas concretas que previnam a sua degradação e destruição.

13 | O PNF – Parque Natural do Faial no ano de 2010 iniciou o projeto de recuperação das Levadas da ilha do Faial com o objetivo de a transformar num trilho pedestre. A estrutura que inicialmente possuía 10km de extensão ficou, em 1998, destruída com a crise sísmica registada na ilha. Atualmente estão recuperados mais de 6km do seu canal, sendo que o PNF está ainda a desenvolver o processo de recuperação da restante estrutura (SIARAM, 2013).

14 | A ATR – Azores Trail Run é uma marca criada na ilha do Faial em 2012 que visa a promoção de eventos de *trail running* pelos trilhos da ilha e que desde o seu primeiro evento, que compreendia duas provas distintas, foram recuperados inúmeros troços e caminhos rurais, medidas estas que permitem que atualmente a prova contenha cinco provas diferentes.



Figura 74 – Património Imóvel – Conjuntos edificados, (1 e 2) Adegas da Fajã – Praia do Norte e (3) Bairro da Carreira – Castelo Branco



Figura 75 – Património Imóvel – Construções Agrárias, piscatórias e produção artesanal, (1) Atafona – Cedros, (2) Museu do Vulcão dos Capelinhos - Capelo e (3) Palheiro – Feteira



Figura 76 – Património Imóvel – Aquedutos e Pontes, (1) Ponte da Ribeira de Almojarife – Praia de Almojarife, (2) Ponte da Fernandega – Praia do Almojarife e (3) Ponte do Caminho da Boa Vista – Pedro Miguel



Figura 77 – Património Molinológico – (1) Moinho do Caminho Velho – Praia do Almojarife, (2) Moinho da Canada do Sousa – Salão e (3) Moinho da Estrada New Bedford – Pedro Miguel



Figura 78 – Património Molinológico – (1) Moinho da Rua da Carreira – Castelo Branco, (2) Moinho da Canada do Sousa – Salão e (3) Conjunto de três Moinhos da Lomba – Conceição

A elaboração e adoção de medidas e projetos que visem e incentivem a preservação, valorização, manutenção e promoção do património cultural da ilha são essenciais e urgentes face ao estado de degradação que algumas destas construções apresentam, sobretudo por consequência dos grandes eventos vulcanológicos e sísmicos registados só na última década na ilha do Faial. Assim sendo, pelo facto de, até à atualidade, parte dos edifícios afetados e danificados por estas catástrofes naturais não terem recebido qualquer tipo de intervenção que previna a sua degradação ou desaparecimento, o Património Imóvel e Molinológico serão o principal elemento que determinará o rumo dos percursos propostos. Admitindo que, na eventualidade da concretização de um projeto com pressupostos idênticos, este poderá, por um lado, suscitar aos proprietários e agentes privados e públicos o interesse de proceder à recuperação, reabilitação, revitalização, e em certos casos, à reconversão de locais e imóveis, e, por outro, poderá incentivar as entidades públicas e responsáveis políticos a desenvolver medidas que estimulem esses atos e a promoção e divulgação dos mesmos.

4.2. | PERCORRER UMA PAISAGEM CULTURAL

Para a concretização do traçado dos percursos turísticos, e tendo já definido o Património Imóvel e os Moinhos de Vento como elementos que irão determinar e guiar os trajetos propostos, tornou-se essencial, antes de mais, estabelecer alguns pressupostos, tais como:

- Qual será a extensão ideal que os percursos deverão assumir;
- Qual a abrangência que estes irão apresentar ao longo do território;
- Quais os pontos determinantes que poderão complementar e enriquecer as diferentes trajetórias;
- Quais os meios e modos de deslocação ideais e permitidos para a utilização e usufruto dos itinerários.

A resposta a cada uma destas questões está diretamente relacionada e dependente das restantes, ou seja, a extensão máxima ou ideal que os percursos deveriam adquirir dependerá da quantidade de elementos que se queiram incluir e alcançar nos trajetos, da abrangência que estes apresentem pelo território, das condições de acessibilidade aos diferentes locais e das vias ou caminhos que percorrerá.

PERCURSOS PELO PATRIMÓNIO

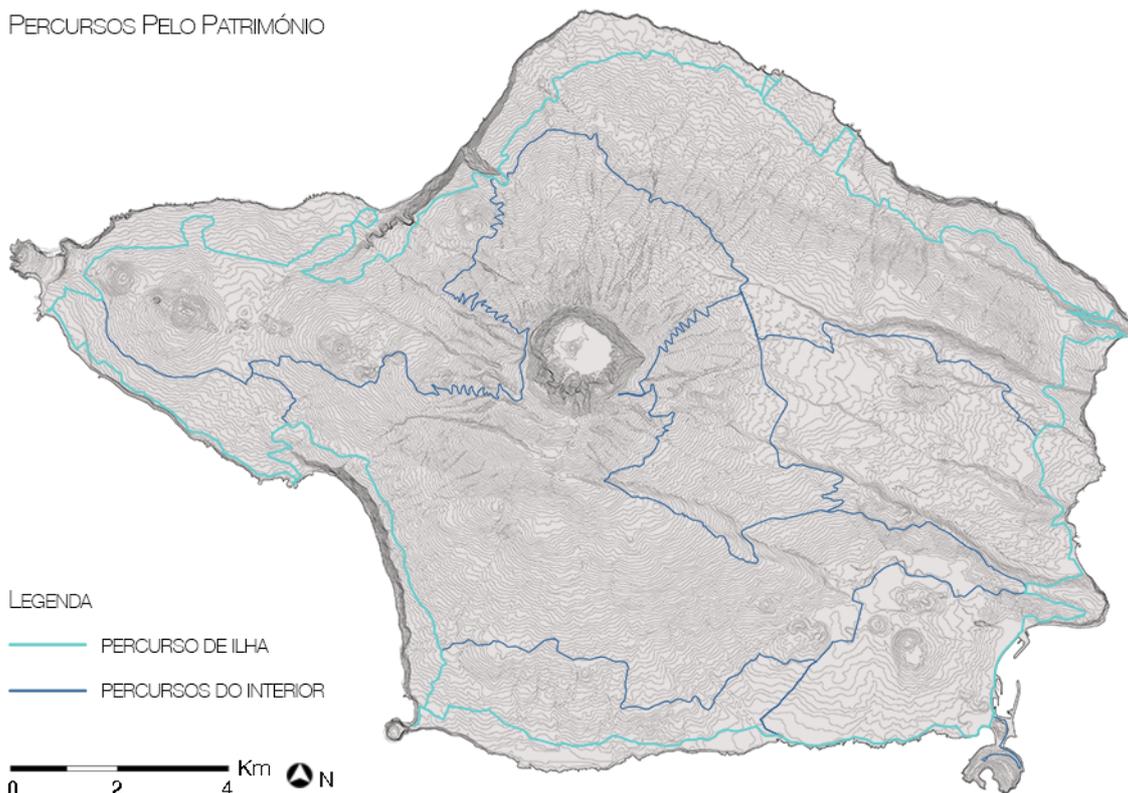


Figura 79 – Planta dos traçados do Percurso de Ilha e dos Percursos do Interior propostos, com representação a altimetria da ilha (curvas de 10 em 10 metros)

PERCURSOS PELO PATRIMÓNIO

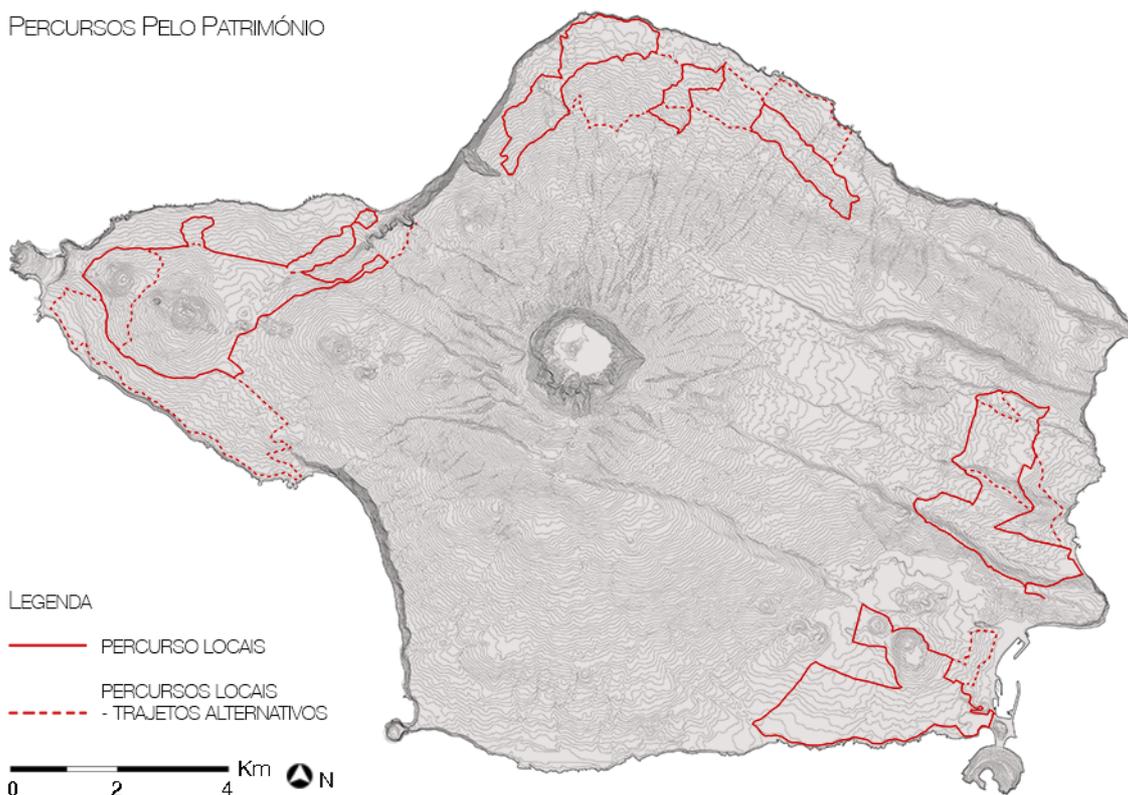


Figura 80 – Planta dos traçados dos Percursos Locais propostos, com representação a altimetria da ilha (curvas de 10 em 10 metros)

Do ponto de vista da projeção de novas atividades turísticas e visando o respetivo enriquecimento e diversificação da oferta, será uma mais valia que esta apresente soluções variadas. Serão apresentadas três escalas de percursos que se estabelecem de acordo com a dimensão e dispersão dos diferentes itinerários pelo território (Figura 79 e Figura 80), com o propósito de estes percorrerem diferentes locais da ilha enquanto compõem uma oferta variada e para que, simultaneamente, possam fornecer alternativas quanto aos modos de deslocação. Os percursos dividir-se-ão e classificar-se-ão de acordo com as seguintes premissas:

- Percurso da Ilha – este seria de carácter circular, que exploraria o património cultural e natural da ilha ao longo da sua linha de costa. Dada a extensão que esta rota atingirá, cerca de 82,74km, este seria um trajeto que se recomendaria a executar com o recurso a veículos motorizados (transporte público local, automóvel, motociclos, velocípede com motor, etc.).
- Percursos do Interior – estes seriam troços lineares, que intersectariam o Percurso da Ilha, com o intuito de encaminhar o viajante a explorar o interior desta. As trajetórias desenhadas somam um total de 85,95km de extensão e, acrescendo o facto de estes caminhos intersectam os locais mais declivosos da ilha, estes percursos foram projetados essencialmente para se realizem também com recurso a veículos motorizados;
- Percursos Locais – seriam percursos circulares de menor dimensão, a fim de proporcionar uma aproximação do viajante à vida faialense, às suas gentes, à sua cultura, ao seu território, aos seus costumes, ao seu quotidiano. Para alcançar este tipo de relação e de aproximação, os percursos seriam pensados e projetados fundamentalmente para os pedestrianistas e ciclistas, embora os trajetos e o acesso aos diferentes locais permitirão sempre a utilização de veículos motorizados.

Para a demarcação dos diferentes trajetos foram considerados diferentes fatores. Em primeiro lugar foi fundamental analisar a estrutura rodoviária da ilha, como se pretende alcançar o maior número de visitantes para a descoberta de todo o seu território, estes percursos desenvolver-se-ão ao longo desta infraestrutura. A delimitação dos percursos pela rodovia visa também impulsionar a reestruturação e a requalificação desta estrutura municipal e regional, quer pelo melhoramento que alguns pavimentos requerem, quer pelo reperfilamento das vias através do alargamento das faixas de rodagem, pela inclusão ou alargamento dos passeios e pela introdução de zonas dedicadas aos ciclistas, segregadas ou não da faixa de rodagem, consoante a disponibilidade das vias.



Figura 81 – (1) Estrada Regional, (2) Estrada Municipal e (3) Caminho Municipal – Pedro Miguel



Figura 82 – Caminhos Rurais e Florestias – Praia do Almocharife

A distribuição das rotas do serviço público de transportes municipal foi também outro elemento essencial para a construção dos traçados, uma vez que se pretende que a diversidade de escolha quanto aos meios de deslocação nos percursos os diferencie da oferta existente. Do ponto de vista do turista que não possua ou não pretenda recorrer a qualquer veículo motorizado para se movimentar pelo território, será uma mais valia e um incentivo que ocorram interseções entre os itinerários de transporte público e os percursos propostos, sobretudo nos de maior extensão.

PERCURSOS PELO PATRIMÓNIO E A CONEXÃO COM A REDE DE TRANSPORTES PÚBLICOS

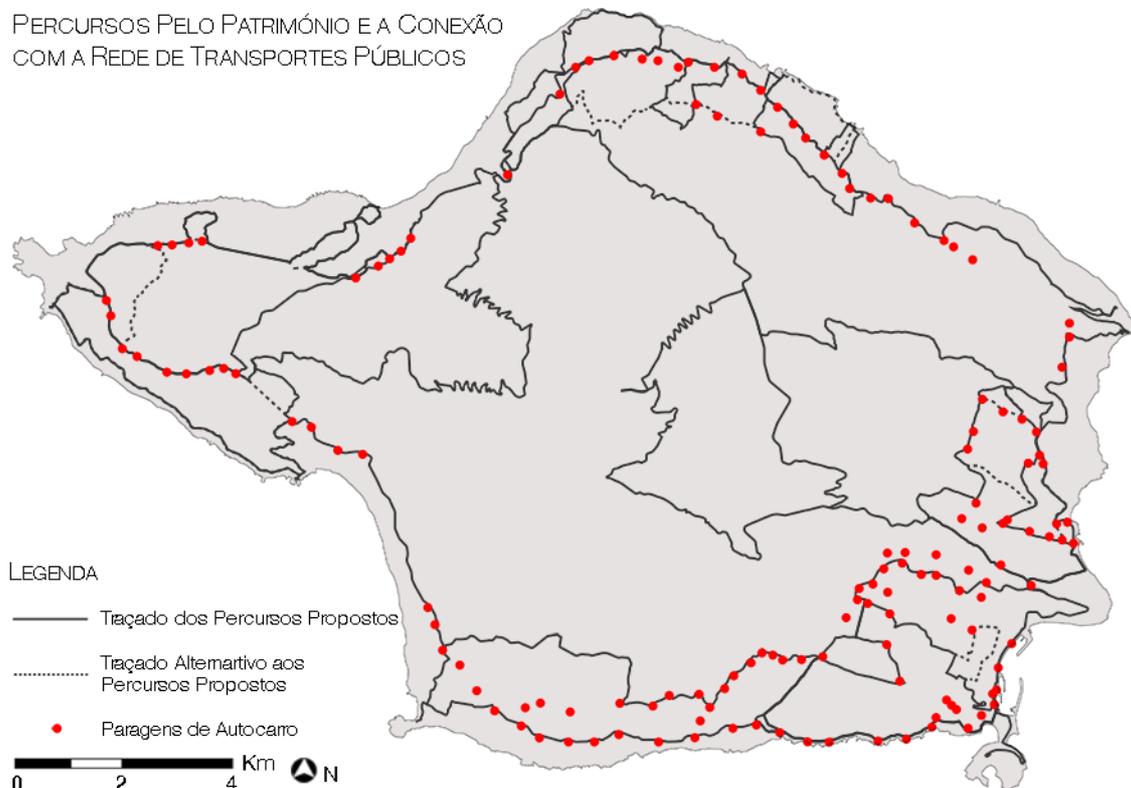


Figura 83 – Planta de implantação da rota dos Percursos pelo Património propostos, com a sobreposição das paragens do serviço de transporte público do Município

Por último, mas não menos importante, foram considerados na estruturação dos traçados elementos que poderão auxiliar os itinerantes nas suas viagens, como os espaços hoteleiros existentes¹⁵ e os estabelecimentos de restauração¹⁶, bem como locais com interesse para os diversos públicos que visitarão a ilha e que incluem museus, centros culturais e de interpretação, mirantes e miradouros, parques e jardins, zonas balneares, igrejas, capelas e impérios e as áreas protegidas que pertencem ao PNF.

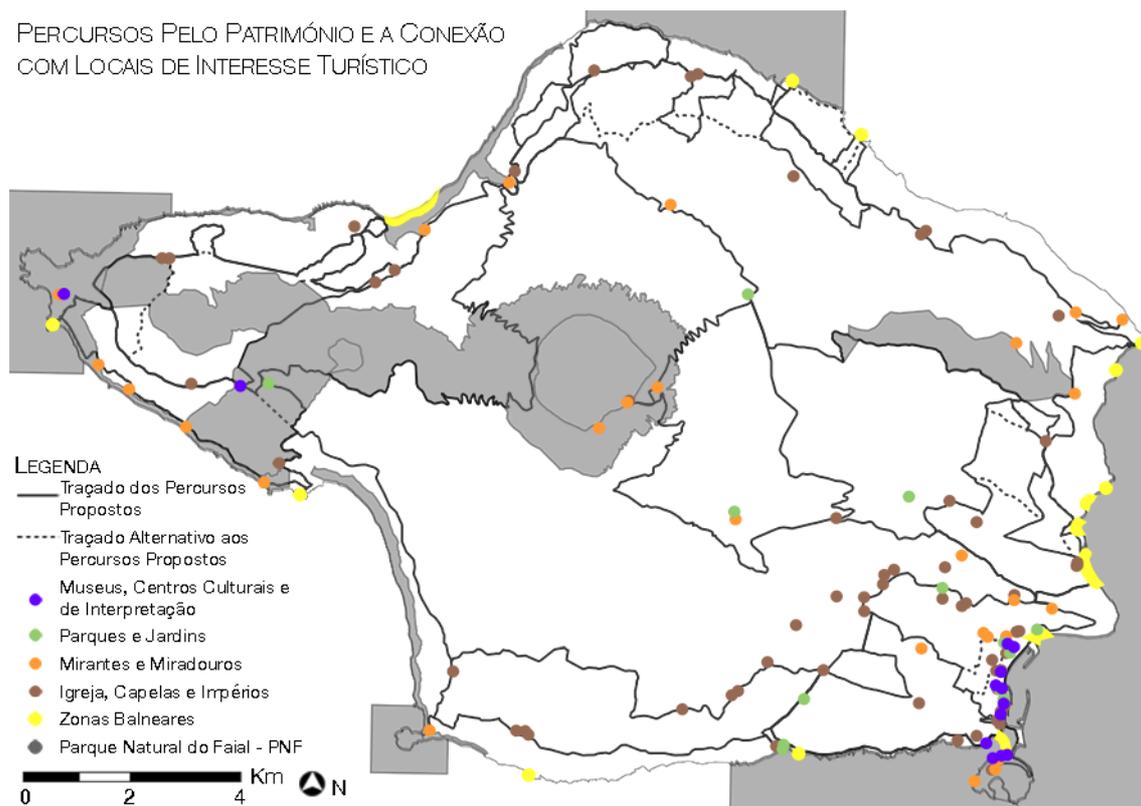


Figura 84 – Planta de implantação da rota dos Percursos pelo Património propostos, com a sobreposição dos locais com interesse turístico

A inclusão e relação de todos os aspetos referidos pretende, como já foi referido, a conexão entre o conjunto variado de valências que a ilha possui através do incentivo ao viajante para deslocação e conhecimento de locais que atualmente terão menor visibilidade e assim conseguir estimular o desenvolvimento social e económico pelas diferentes freguesias.

15 | Foram consideradas as tipologias de Hotelaria Tradicional, Alojamento Local, de Turismo em Espaço Rural e Parques de Campismo existentes.

16 | Como elementos de restauração foram considerados bares, cafés e restaurantes

TRAÇADO PROPOSTO - ROTA DOS MOINHOS, PRAIA DO ALMOXARIFE E PEDRO MIGUEL

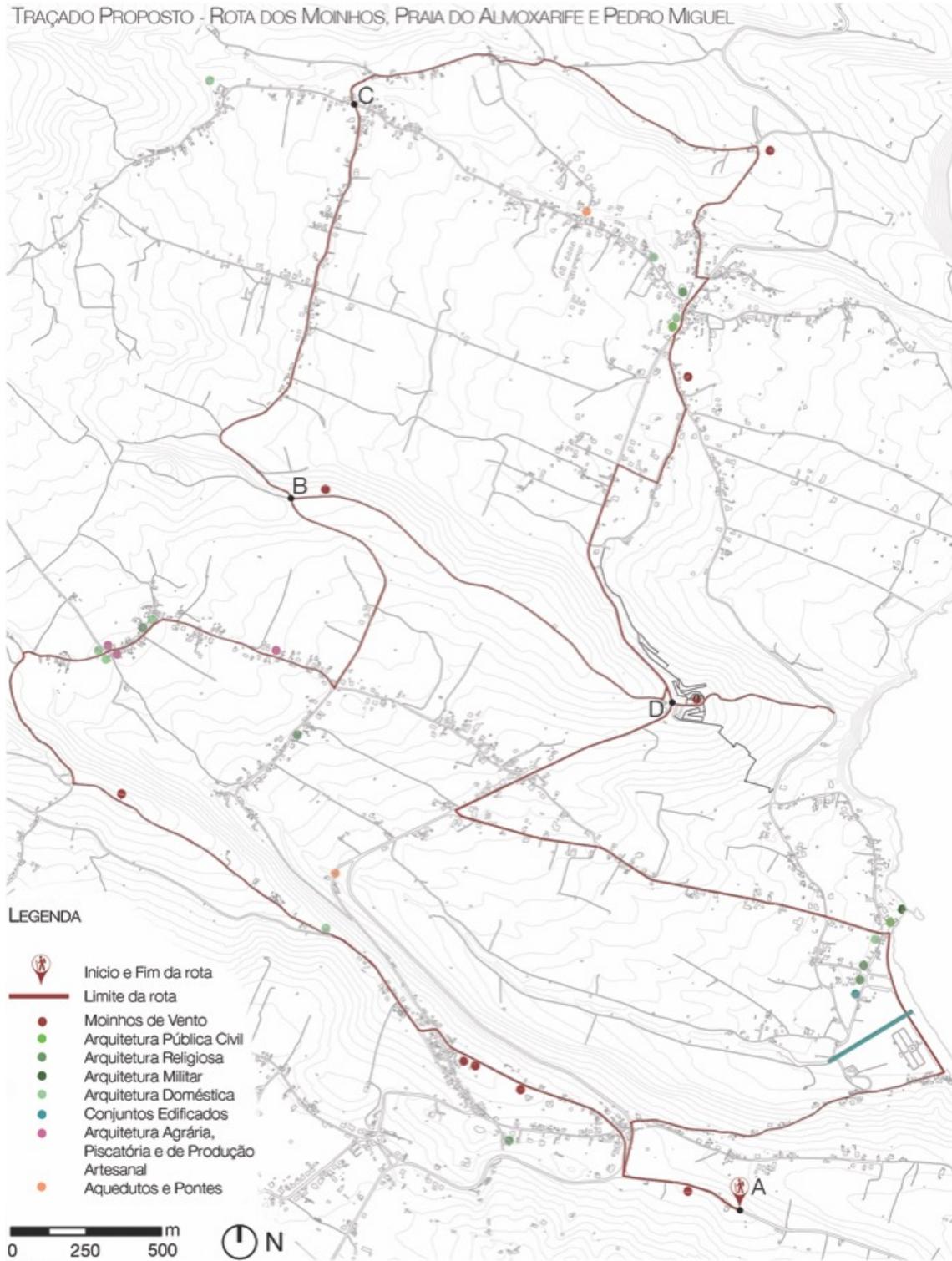


Figura 85 – Planta de implantação do Percurso da Rota dos Moinhos, nas freguesias de Praia do Almojarife e Pedro Miguel

4.3. | ROTA DOS MOINHOS DE VENTO

Para melhor compreensão das estratégias e medidas que foram adotadas aquando da demarcação dos percursos e do tipo de intervenção que se pretende alcançar, o presente trabalho concentrou-se na definição do trajeto proposto entre as freguesias da Praia do Almocharife e Pedro Miguel. As duas freguesias localizam-se na costa oeste da ilha e a norte da Cidade da Horta, representam cerca de 13,7% da área da ilha do Faial e reúnem 10,6% da população faialense (INE, 2011).

Nestas duas freguesias estão identificados diferentes imóveis nos inventários do património faialense, dos quais se destacam nove moinhos de vento, estruturas estas que, pela sua proximidade territorial, são o elemento caracterizador deste percurso, aliados ao restante património cultural e natural existente nestas localidades. O percurso desenvolve-se em torno dos moinhos de vento porque, além da quantidade de estruturas concentradas nesta zona, este tipo de edificações está instalado em locais que permitem contemplar diversas paisagens da ilha.

Os moinhos de vento que o percurso intersecta localizam-se no cimo dos montes os quais privilegiam de um sistema de vistas excepcional. Neste trajeto é possível admirar locais como a Baía da Cidade da Horta, o Vale dos Flamengos, o Vale da Praia do Almocharife, as diferentes povoações instituídas ao longo das vias e áreas agrícolas e florestais. Ao longo do percurso também é possível observar, na maioria do seu trajeto, o mar atlântico e as ilhas vizinhas do Pico e São Jorge e, ocasionalmente, a Graciosa.

O trajeto desenhado, além de cruzar com os moinhos de vento, também intersecta o Miradouro de Nossa Senhora da Conceição, um dos locais *obrigatórios* para quem visita esta ilha açoriana, a zona balnear da Praia do Almocharife, o parque florestal do Poço das Asas, Área Protegida da Lomba Grande, pontes construídas nos séculos XIX e XX, diverso património de carácter religioso, doméstico, público civil, militar, agrário, piscatório ou de produção artesanal, alojamentos hoteleiros e zonas com restauração.

Para o Percurso da Praia do Almocharife e Pedro Miguel foram analisadas as condições da rede viária que o define, estrutura essencial para a concretização dos itinerários. A maioria das vias de circulação limita-se à faixa de rodagem, apresentando pontualmente, e na frente das edificações mais recentes, zonas dedicadas para os peões.

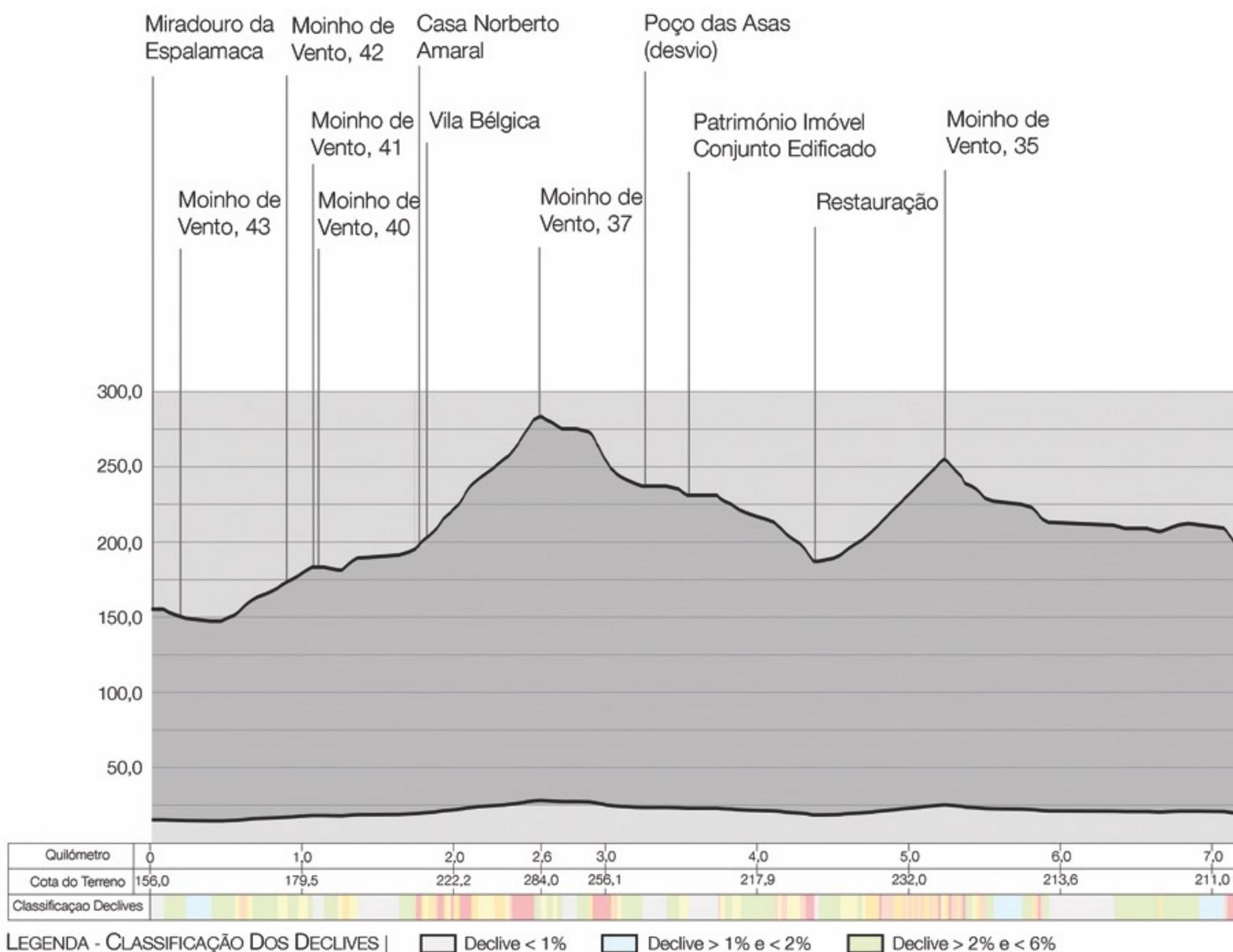


Figura 86 – Perfil Longitudinal Sobreelevado da Rota dos Moinhos sentido A-B-C, com indicação do património imóvel e pontos de interesse existentes ao longo do percurso

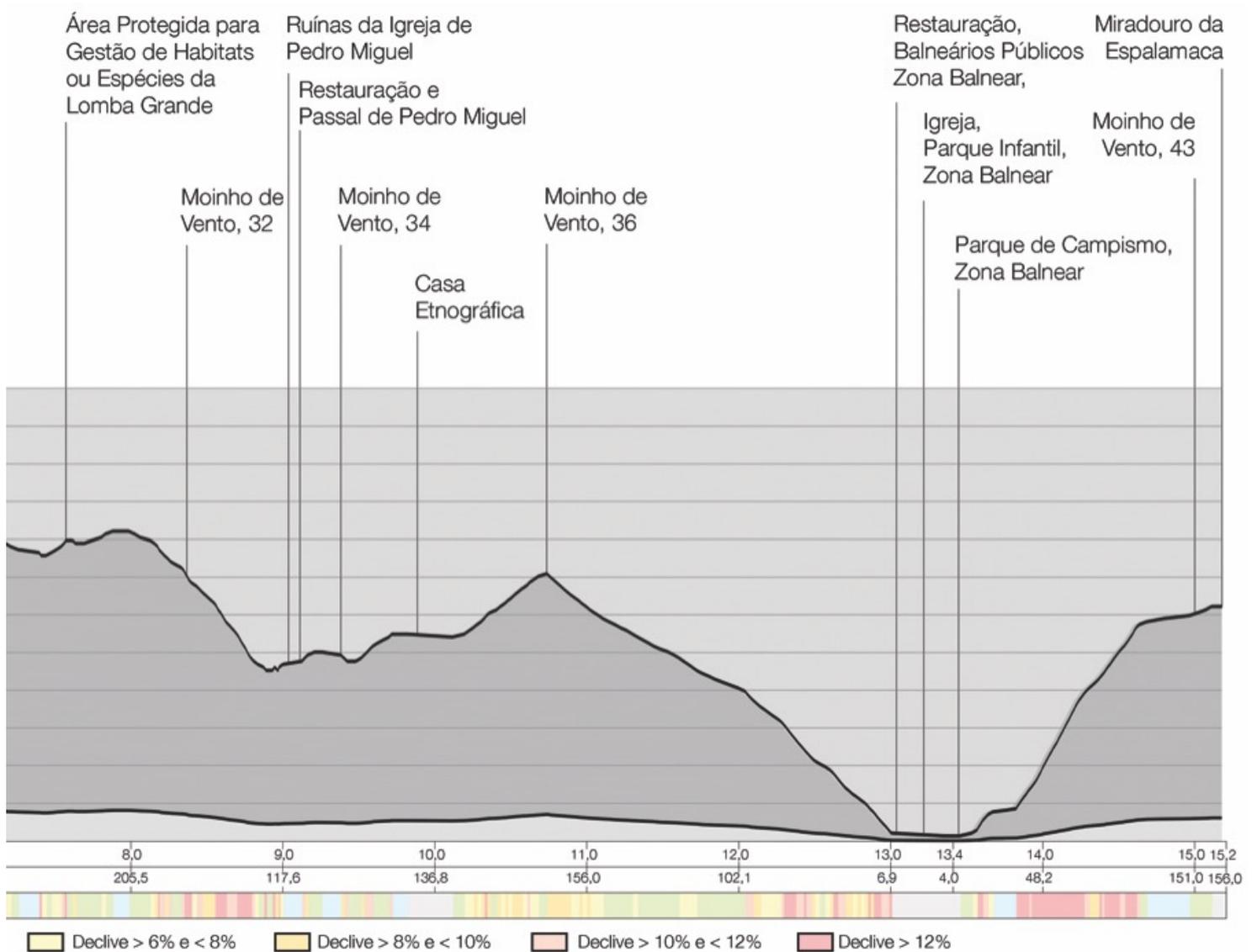


Figura 87 – Perfil Longitudinal Sobreelevado da Rota dos Moinhos sentido C-D-A, com indicação do património imóvel e pontos de interesse existentes ao longo do percurso

TRAÇADO PROPOSTO - ROTA DOS MOINHOS, PRAIA DO ALMOXARIFE E PEDRO MIGUEL

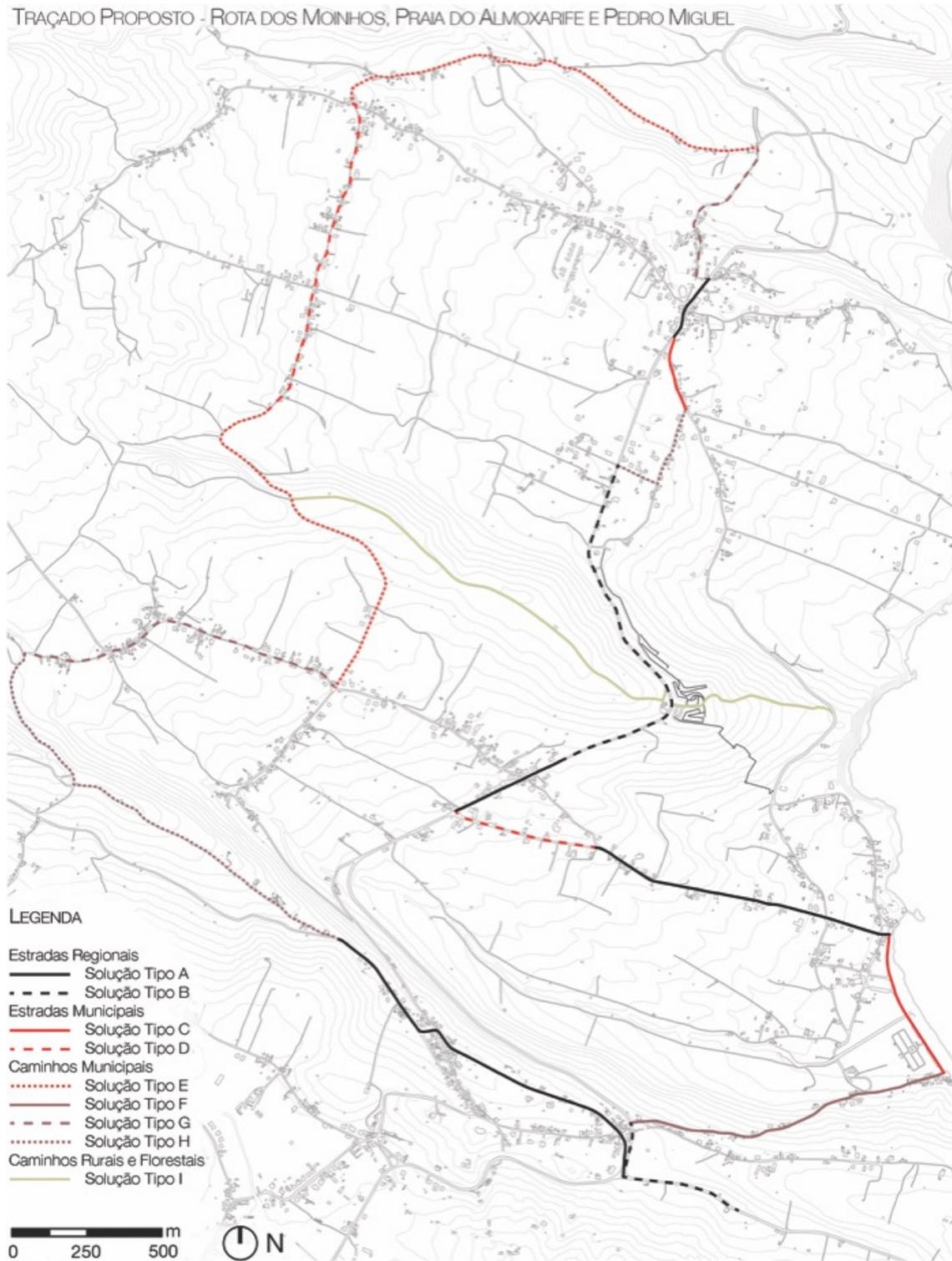


Figura 88 – Planta de implantação do Percurso da Rota dos Moinhos, nas freguesias de Praia do Almojarife e Pedro Miguel, e identificação da soluções dos perfis transversais da rede viária a adotar ou adequar propostos

Posto isto, propõem-se o reperfilamento das vias, e nalguns casos, a reconversão e reclassificação hierárquica das vias de acordo com o estipulado no DLR nº39/2008/A, de 12 de Agosto, que estabelece o *Novo Estatuto das Vias de Comunicação Terrestre na Região Autónoma dos Açores*, o qual determina as larguras de cada via de circulação rodoviária consoante as seguintes categorias de rede (RAA–AL, 2008a):

- Rede Regional – Estradas Principais: Largura superior a 3,50m;
- Rede Regional – Estradas Secundárias: Largura superior a 3,00m;
- Rede Municipal – Estradas Municipais: Largura superior a 3,00m;
- Rede Municipal – Caminhos Municipais: Largura superior a 2,50m;
- Rede Agrícola – Largura superior a 2,50m para os Caminhos Rurais;
- Rede Rural e Florestal – Largura superior a 2,00m para os Caminhos Florestais;
- As bermas em todos os tipos de vias não deverão ser inferiores a 0,50m.

Para proporcionar as condições mínimas de acessibilidade e mobilidade ao longo do percurso, são propostas diferentes alterações às vias, em conformidade com a legislação aplicável no município¹⁷. Algumas das estradas e caminhos municipais não permitem a segregação das zonas circulação rodoviária da pedonal, ao qual se propõe a introdução e aplicação do conceito de Espaço Partilhado¹⁸, tal como sucede no caso de referência da Holanda (subcapítulo 2.2.3) que quando as vias que não permitem a segregação de funções, meios e modos de deslocação, sucede-se a partilhada de espaço entre estes. Posto isto, definiu-se o seguinte:

- Estradas Regionais – a faixa de rodagem não necessita de revisão, o mais importante nestas vias prende-se com a introdução de zonas pedonais, que são praticamente inexistentes nesta rede (solução tipo A). Para esta categoria da rede viária, sempre que as vias o permitam, propõe-se também a inclusão de faixas cicláveis com separação visual em ambas as direções da faixa de rodagem (solução tipo B);

17 | As dimensões a aplicar nas faixas de rodagem são estipuladas pelo DLR nº39/2008/A, de 12 de Agosto, que estabelece o *Novo Estatuto das Vias de Comunicação Terrestre* a aplicar na RAA. As dimensões mínimas a aplicar para as zonas pedonais estão estipuladas no Regulamento nº515/2012, de 27 de Dezembro, que estipula o *Regulamento de Urbanização e Edificação do Município da Horta* (AMH, 2012).

18 | Espaço Partilhado – Este tipo de solução, decorre da tradução do inglês *Shared Space*, surgiu na Holanda e é da autoria de Hans Monderman, o qual consiste na partilhada do espaço público, sem necessidade de segregar as diferentes funções e modos de deslocação, *promovendo uma circulação mais cuidadosa e responsável* (IMTT, 2011, p.6).

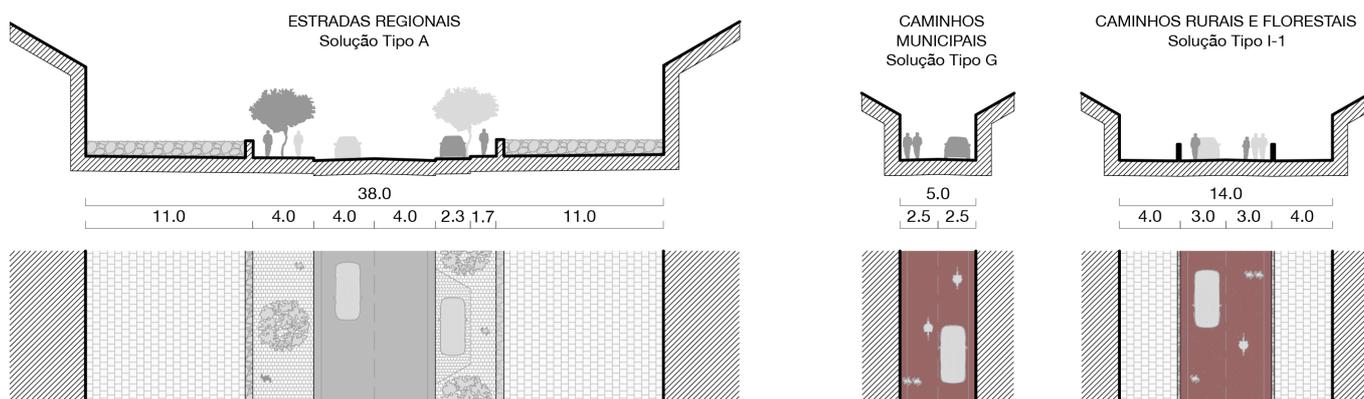


Figura 89 – Tipologia dos Perfis Transversais propostos, escala 1:500

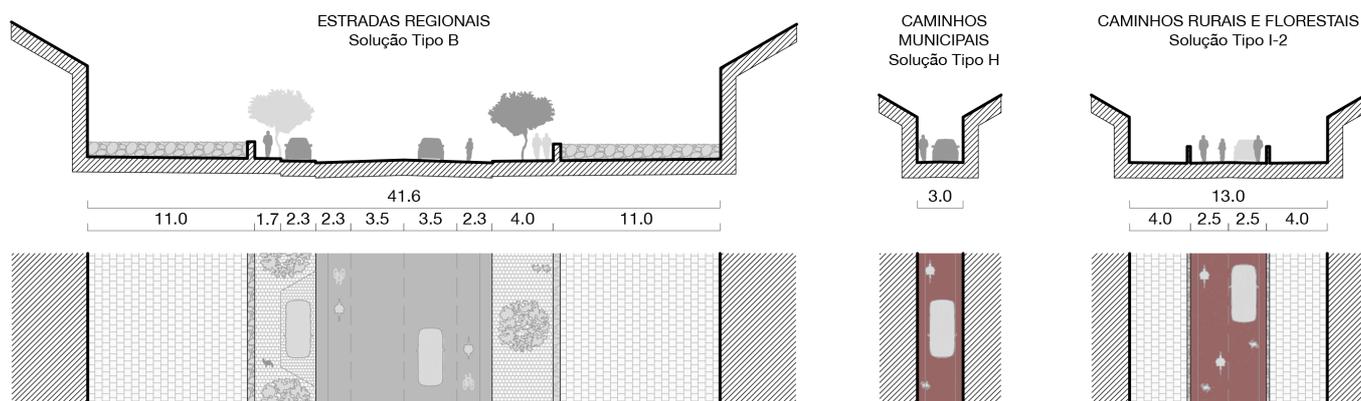


Figura 90 – Tipologia dos Perfis Transversais propostos, escala 1:500

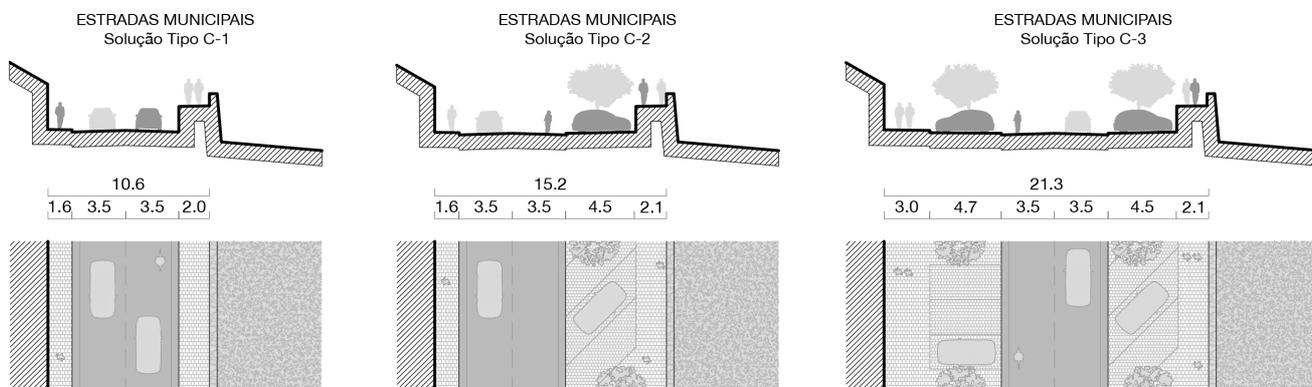


Figura 91 – Tipologia dos Perfis Transversais propostos, escala 1:500

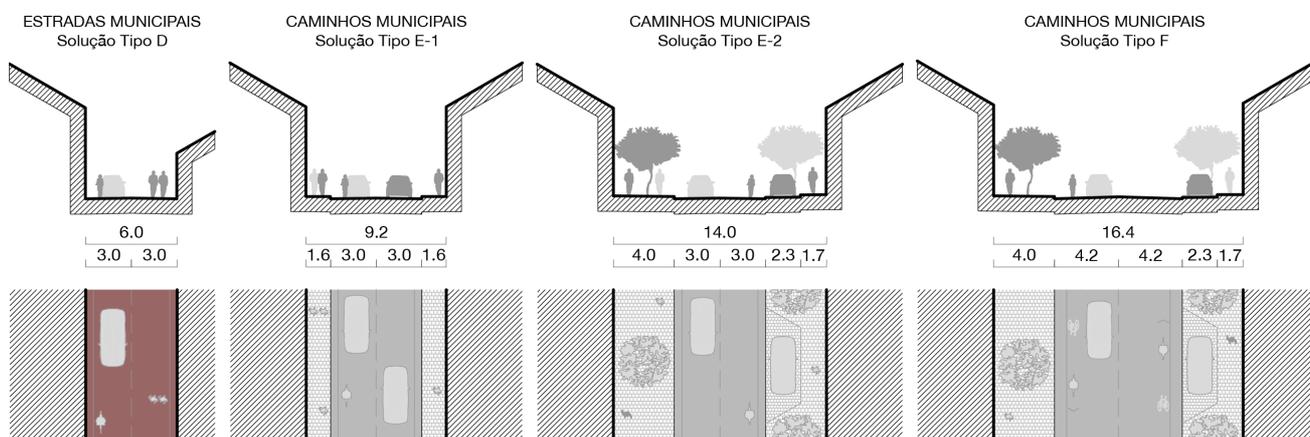


Figura 92 – Tipologia dos Perfis Transversais propostos, escala 1:500

- Estradas Municipais – nesta categoria da rede viária surgem duas situações:
 - No caso da Avenida Unânime Praiense, apenas sugere-se o aumento de espaços pedonais. Esta via está bem servida de estacionamento e o perfil da faixa de rodagem não necessita de ser revisto (solução tipo C).
 - No caso da Ladeira da Praia e da Rua da Areia são vias com um perfil de rua muito limitado. Estas não possuem zonas pedonais e as fachadas das habitações que se apresentam ao longo destas localizam-se no limite da faixa de rodagem. Assim sendo, nestas vias propõem-se a sua reconversão para Vias de Espaço Partilhado. Por estas apresentarem, na maioria do seu trajeto, um declive superior a 10% seria aplicado um tipo de pavimento antiderrapante colorido para diferenciar este tipo de via das restantes (solução tipo D).
- Caminhos Municipais de 1ª – para as vias desta classe sugere-se três tipos de intervenção:
 - Para a Rua do Cabeço Redondo, nas zonas que intersejam habitações, o seu perfil não permite grandes alterações, por isso propõem-se o alargamento da faixa de rodagem e a introdução de zonas pedonais quando inexistente (solução tipo E).
 - Nas Ruas do Atalho da Velha, Rua do Cabeço Redondo, Caminho da Boavista, Rua Atrás da Ladeira e Rua do Calvário pretende-se o alargamento das vias rodoviárias, a introdução de vias banalizadas cicláveis e zonas pedonais (solução tipo F);
 - Nas zonas residenciais da Rua do Chão Frio e Rua do Calvário por, tal como no caso da Ladeira da Praia e da Rua Areia, a fachada das habitações coincide com o limite rodoviário, nestas ruas sugere-se a sua reconversão para Vias de Espaço Partilhado (solução tipo G).
- Caminhos Municipais de 2ª – os caminhos incluídos no percurso e que correspondem a esta categoria de vias não possuem zonas pedonais e não admitem grandes alterações ao seu perfil, pelo que seriam reconvertidas para Vias de Espaço Partilhado, situação a aplicar no Caminho Velho da Praia do Almoxarife, no Caminho do Atafoneiro e no Caminho Velho de Pedro Miguel (solução tipo H).
- Caminhos Agrícolas e Florestais – pelas características físicas e construtivas que apresentam atualmente e pelo carácter distributivo deste tipo de vias, o Caminho da Lomba dos Frades e o Alto da Cruz permaneceriam com o pavimento atual, em macadame, procedendo apenas à revisão do perfil das mesmas (solução tipo I).

PLANTA DE IMPLANTAÇÃO DO PERCURSO DO MIRADOURO DO ALTO DA CRUZ
ESCALA 1:5000



Figura 93 – Planta de Implantação do Percurso do Miradouro do Alto da Cruz

Estabelecidas as intervenções a realizar na rede viária, principal infraestrutura que apoiará os percursos turísticos, e porque os percursos de menor extensão pretendem promover uma relação de proximidade do viajante às diferentes tipologias de espaço existentes na ilha do Faial, foi desenvolvida uma estrutura que pretende privilegiar esta relação através de um percurso alternativo.

4.4. | PERCURSO DO MIRADOURO DO ALTO DA CRUZ

O Percurso do Miradouro do Alto da Cruz visa explorar duas tipologias de espaço, o espaço florestal e o espaço agrícola e de pastagens a partir da interseção com as ruínas do Moinho de Vento que se localiza entre estes espaços. O Monte do Alto Cruz localiza-se entre as duas freguesias que integram o percurso e privilegia de uma vista panorâmica sobre o Vale da Praia do Almojarife e as ilhas vizinhas, com uma visão tímida sobre as freguesias de Pedro Miguel e Ribeirinha. A intervenção no local em questão pretende constituir um exemplo de intervenção que se poderá adotar e adequar noutros locais dos percursos sugeridos.

Como o Percurso da Praia do Almojarife e Pedro Miguel visa, fundamentalmente, estabelecer as condições necessárias à concretização do seu itinerário pelos pedestrianistas e ciclistas, o troço proposto entre o Alto da Cruz direciona-se exclusivamente para estes itinerantes. Além de permitir deambular pelas zonas agrícolas, florestais e de pastagens, possibilita a redução de distâncias a percorrer entre o Caminho Velho de Pedro Miguel e o Entroncamento da Rocha Vermelha.

Foram concebidas duas tipologias de percurso entre o Alto da Cruz, e por estas se implantarem em torno deste, serão designadas como o Troço Norte, que desenvolver-se-á sobre uma área florestal que se situa a norte do Caminho do Alto da Cruz, o qual proporciona o acesso às ruínas do Moinho de Vento e o Troço Sul, que explora os terrenos agrícolas e de pastagens que se localizam na vertente a sul do caminho.

Para a implementação de ambos os troços foram considerados dois aspetos, o declive das vertentes nas quais estes se implantarão e os limites do cadastro entre os pontos de ligação. Na vertente Norte do Alto da Cruz o limite cadastral não teve tanto impacto no rumo do percurso por se cingir praticamente à ocupação de uma propriedade, salvo pequenos momentos. Neste troço apresentam-se duas alternativas de percurso, a primeira consiste num percurso rampeado, sempre com inclinação inferior a 6%, esta estrutura pretende oferecer as condições mínimas de acessibilidade aos pedestrianistas e ciclistas e a segunda pretende conectar momentos do percurso rampeado a partir de lances de escadas para assim reduzir as distâncias entre os diferentes pontos de ligação.

PLANTA DE IMPLANTAÇÃO DO PERCURSO DO MIRADOURO DO ALTO DA CRUZ
ESCALA 1:2500



Figura 94 – Planta de Implantação do Percorso do Miradouro do Alto da Cruz



Figura 95 – Planta de Implantação do Percurso do Miradouro do Alto da Cruz

No Troço Sul os limites cadastrais surgem como a linha de orientação do percurso, ou seja, a infraestrutura que ligará o Alto da Cruz ao entroncamento da Rocha Vermelha incidirá essencialmente sobre os limites das propriedades agrícolas existentes nesta vertente. A repartição das propriedades nesta encosta acontece em maior número e esta solução foi adotada tendo em consideração os impactos futuros que a implementação de uma estrutura desta natureza pudesse causar aos proprietários dos terrenos afetados e assim minimizar a intervenção sobre as diferentes explorações, bem como os processos relativos à ocupação e intervenção nos terrenos. Porque a encosta em que este será inserido apresentar um declive bastante acentuado, todo o Troço Sul realizar-se-á apenas em escadaria. Em ambos os troços que possuem escadas, as dimensões relativas aos espelhos não ultrapassam os 0,15m, cobertores apresentam dimensões entre 0,35m, 0,75m e 1,50m e os patamares de descanso são sempre superiores a 1,50m, conforme as normas estipuladas em anexo no DL nº163/2006¹⁹ (MTSS, 2006).

A composição das estruturas em rampa e em escadas propostas apresentam variações quanto às características constituintes:

- Troço Norte, vence um desnível de 55 metros, numa extensão de 1.198,47 metros pela estrutura rampeada e 622,88 metros com recurso à estrutura em escada.
 - Estrutura em rampa – o troço que corresponde a esta tipologia estará maioritariamente assente no terreno e com inclinação inferior a 6% e largura constante de 3 metros. Para minimizar as intervenções e alterações à morfologia do terreno para a adaptação ao percurso, surgem alguns momentos de elevação em relação ao solo;
 - Estrutura em escada – esta surge com o objetivo de reduzir a extensão do Troço Norte e como complemento à estrutura rampeada, e a qual se desenvolve assente no terreno. Os lances de escadas terão uma largura equivalente a 2 metros.
- Troço Sul, vence um desnível de 120 metros, numa extensão de 449,69 metros
 - Estrutura em escada – tal como acontece no Troço Norte para da sua estrutura desenvolver-se-á assente no terreno, mas por consequência da morfologia do terreno e de este se circunscrever, preferencialmente, sobre os limites das propriedades, surgirão momentos de elevação em relação ao terreno. A largura do percurso varia entre 2 a 3 metros.

19 | DL nº163/2006, de 8 de Agosto – Aprova o regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais. Em anexo ao DL são dispostas as Normas técnicas para melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada.

No que respeita à materialidade que compõe os percursos, esta será distinta consoante a relação deste com o terreno:

- Troço Norte
 - Percurso em escada e rampa assentes no terreno: a pavimentação será em terra batida, com sistema de contenção em madeira no caso da escadaria. Ao longo do seu trajeto os guarda-corpos serão constituídos por estruturas de madeira nas zonas de menor declive do terreno e por muros de pedra nas zonas de maior declive;
 - Percurso em rampa elevado do terreno: para a construção de um percurso elevado do solo será necessário recorrer a uma estrutura, que será construída em madeira, incluindo a pavimentação e guardas desta;
- Troço Sul
 - Percurso em escada assento no terreno: será idêntico às escadas do Percurso Norte. Serão plantadas videiras e amoreiras, pontualmente e apenas nos lances de maior dimensão, o sistema de condução a adotar seria em cordão simples retumbante, com o auxílio de postes em madeira.
 - Percurso em escada elevado do terreno: tal como se sucede no percurso elevado no Troço Norte, recorrer-se-á a uma estrutura construída em madeira nos segmentos que se elevam do solo, incluindo a pavimentação, guardas-corpos e, pontualmente, estruturas de sombreamento. Ocasionalmente também recorrer-se-á à plantação de elementos arbóreos. Privilegiar-se-á a utilização das espécies endémicas *Ilex Azorica* e *Frangula Azórica*, vulgarmente conhecidas como Sanguinho e Azevinho, respetivamente. Estas espécies poderão atingir 8 e 12 metros de altura e os seus frutos são comestíveis.
- A madeira que será utilizada nos percursos será a *Cryptomeria Japonica*, por diversos motivos: o Troço Norte incide numa zona florestal dominada por esta espécie arbórea (SRAF, 2013); embora não seja uma espécie endémica da região esta adaptou-se bem ao seu ecossistema e surge em grande abundância em todo o Arquipélago Açoriano; o campo de utilização da sua madeira é vasto, desde revestimentos, portas, janelas, elementos construtivos, etc. (SRAF, 2015);
- A aplicação de muros construídos em pedra basáltica é bastante comum nas ilhas açorianas, desde habitações, edifícios e espaços públicos, aos famosos currais de vinhas na ilha do pico. Por ser um elemento representativo da região e da sua origem vulcânica os muros que envolveram o percurso serão constituídos por este tipo de pedra.



Figura 96 – Planta de implantação do Percurso – Troço Sul, escala 1:200



Figura 97 – Planta de implantação do Percurso – Troço Sul, escala 1:200



Figura 98 – Perfil Longitudinal A-A' – Troço Sul



Figura 99 – Perfil Longitudinal A-A' – Troço Sul



4,2m | 4,8m | 15,0m | 5,6m | 4,2m

Percurso em escada 0,15m de espelho | Patamar de descanso | Percurso em escada rampeada 6% de inclinação | Patamar de descanso | Percurso em escada 0,15m de espelho

Guardas de madeira
Pavimento em terra batida
Focinho em madeira

VEGETAÇÃO PROPOSTA
Sanguinho - Frangula Azórica,
Azevinho - Ilex Azórica

Videiras de Castas Açorianas - Verdelho, Arinto dos Açores ou Terrantez do Pico

Figura 100 – Perfil Longitudinal C-C' – Troço Sul

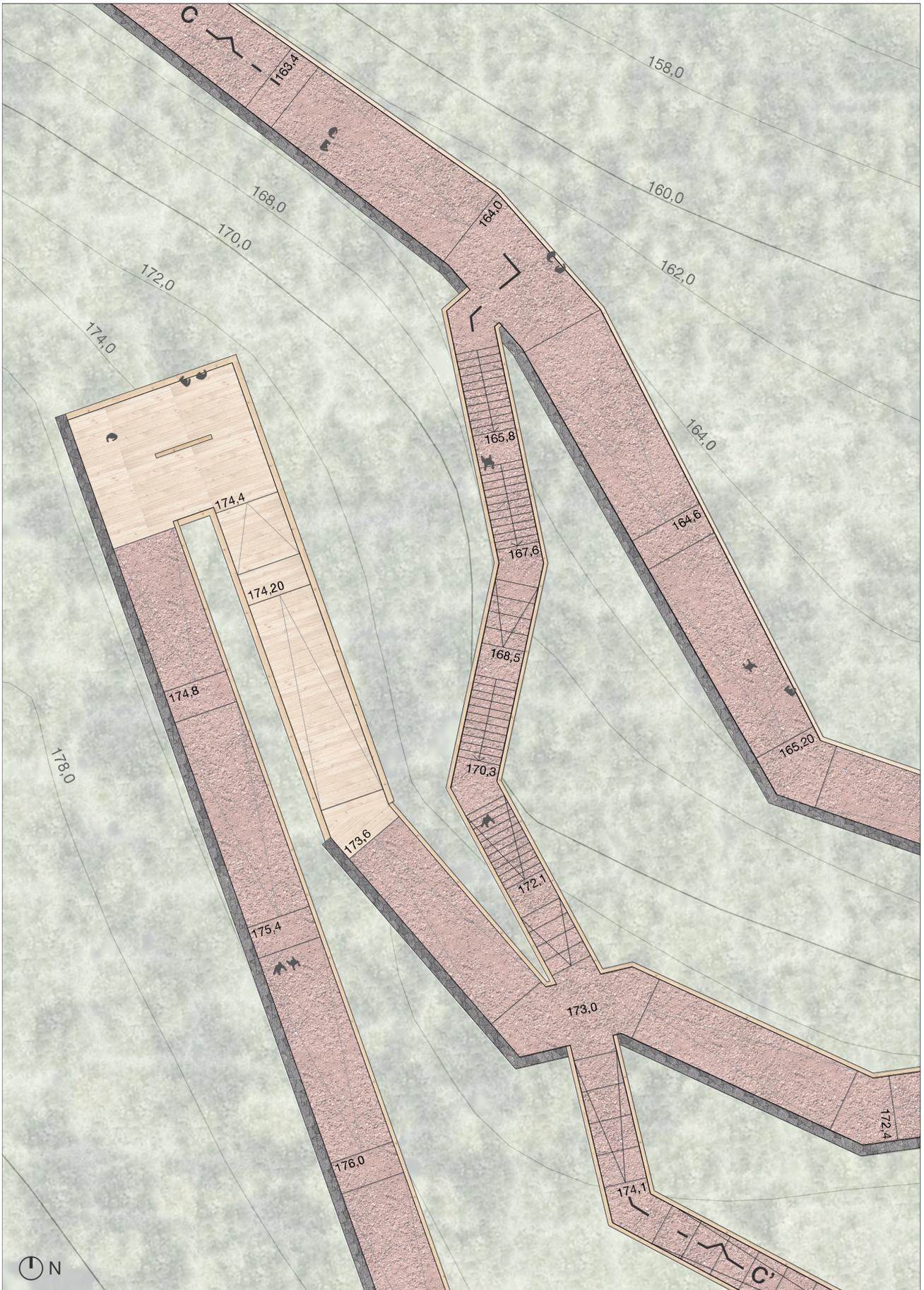


Figura 101 – Planta de implantação do Percurso – Troço Norte, escala 1:200

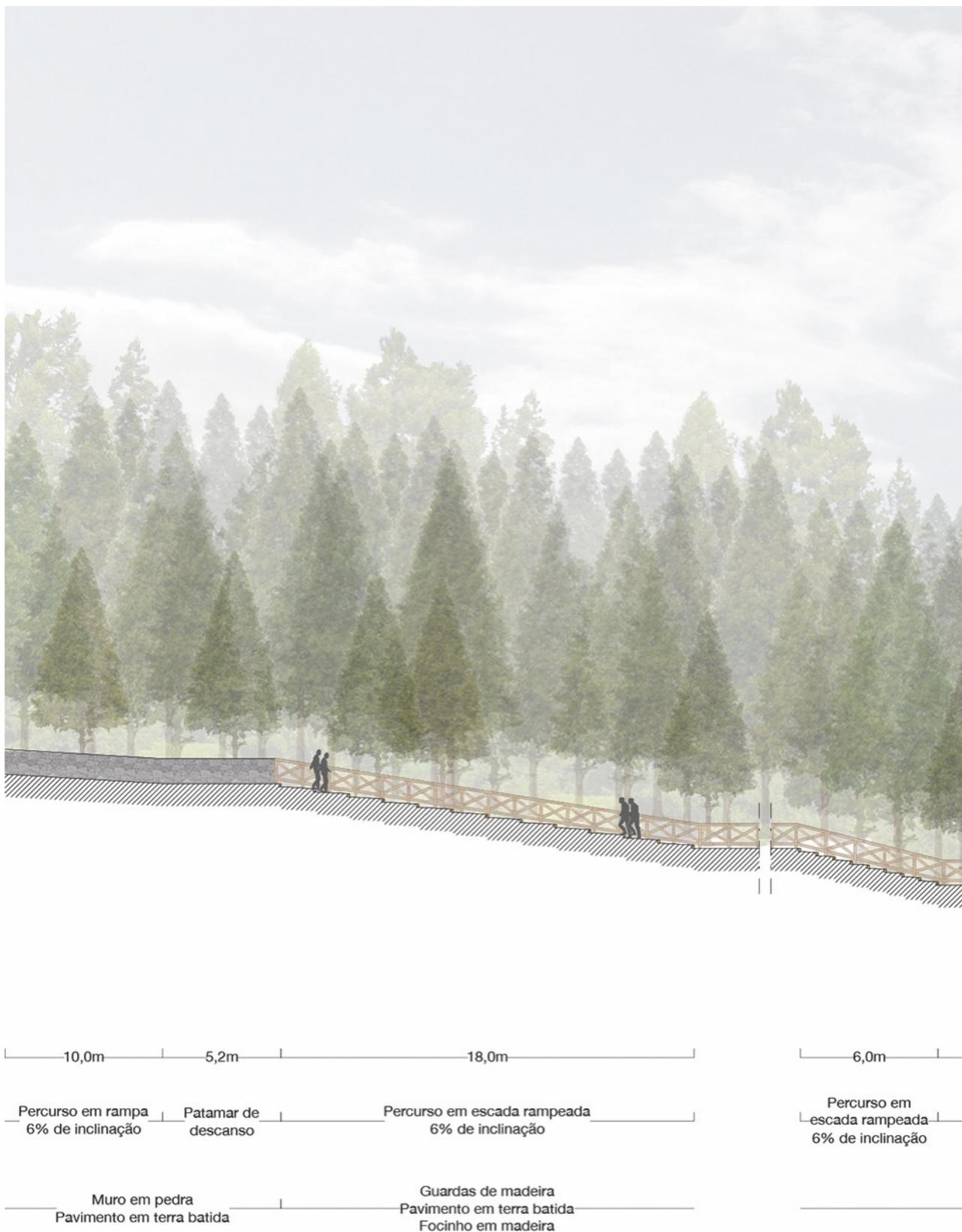


Figura 102 – Perfil longitudinal C-C' - Troço Norte

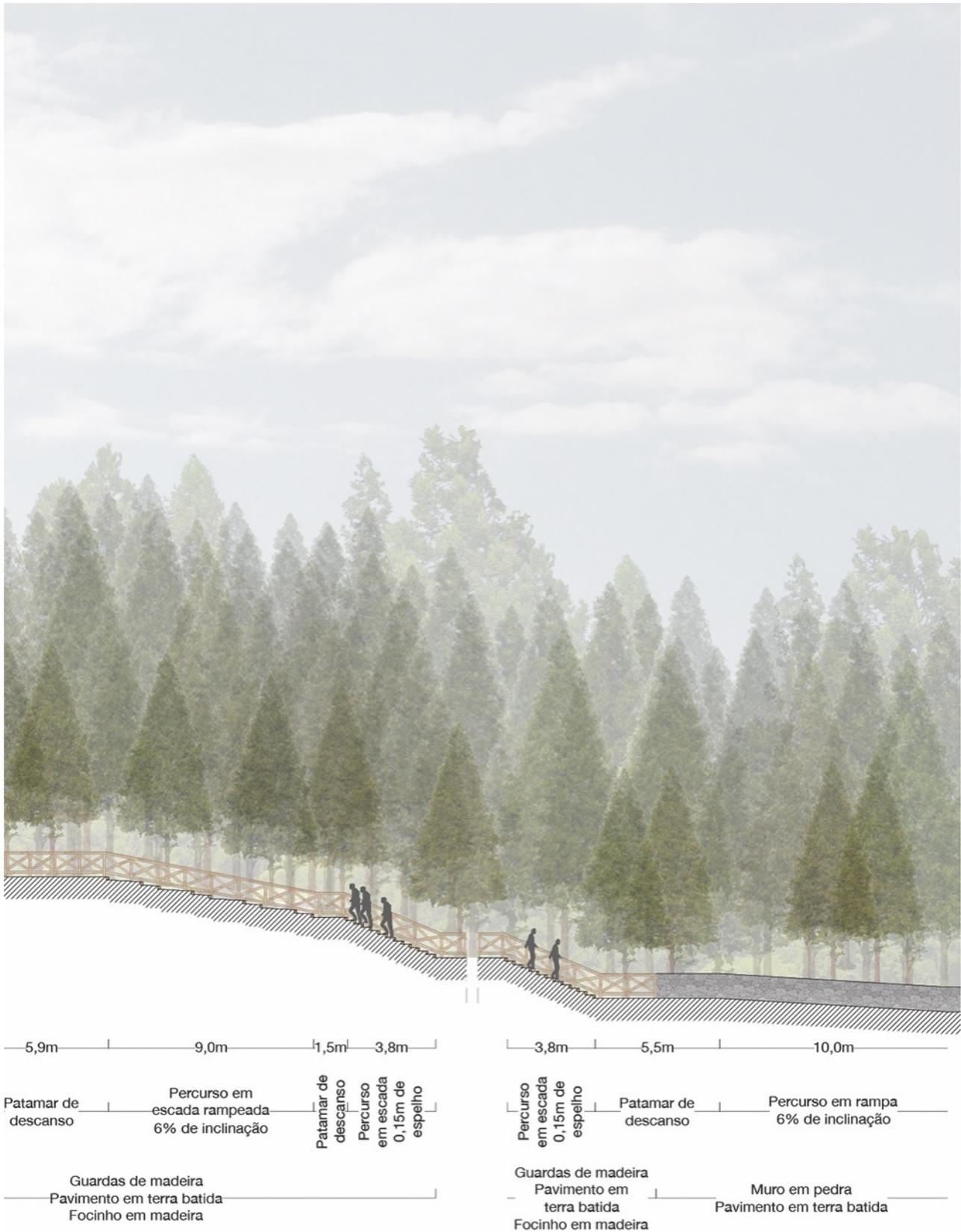


Figura 103 – Perfil longitudinal C-C' - Troço Norte



Figura 104 – Estradas de acesso ao lado de intervenção, Estrada Regional e Caminho do Alto da Cruz



Figura 105 – Terreno a norte do Caminho do Alto da Cruz



Figura 106 – Ruínas do Moinho de Vento e construções abandonadas



Figura 107 – Terreno a sul do Caminho do Alto da Cruz



Figura 108 – Vista sobre as freguesias de Pedro Miguel e Ribeirinha, as ilhas de São Jorge e Pico e o Vale da Praia do Almojarife

No cimo do Alto da Cruz situam-se as ruínas de um Moinho de Vento, de género fixo de pedra do tipo Faial, que data de 1920 a sua construção e 1984 a sua desativação (BETTENCOURT, 2012). Este será o local de convergência entre os dois troços propostos. Na área envolvente ao moinho existem duas edificações, ambas abandonadas, uma das quais é confinante com as ruínas do moinho. As funções que estas edificações teriam no passado não foram possíveis apurar, mas pela configuração que aparentam, supõem-se que a edificação adjacente ao moinho, embora atualmente esteja coberta pela vegetação alta e densa no seu redor, aparenta ter sido uma habitação e a segunda edificação, provavelmente, seria uma atafona, uma construção que se destinava ao apoio à agricultura.

O acesso aos terrenos onde estão implantadas estas edificações realiza-se a partir do caminho rural do Alto da Cruz, caminho este em macadame, tipo de pavimentação comum nesta categoria de vias (Figura 104). Esta via intersesta a Estrada Regional que liga as Freguesias da Praia do Almojarife e Pedro Miguel, estrada esta que, e de acordo com a sua classificação viária, serve as zonas mais importantes da ilha (RAA-AL, 2008a). Por se verificar esta relação do caminho rural com a estrada regional, por se situarem neste local os elementos referidos anteriormente e pela localização privilegiada sob o monte do Alto da Cruz, com vista sobre o Vale da Praia do Almojarife, as ilhas do Pico, São Jorge e Graciosa e as Freguesias de Pedro Miguel e Ribeirinha (Figura 108), propõe-se a reabilitação, requalificação e reconversão dos três edifícios existentes e do espaço envolvente e a criação de um equipamento de cariz cultural.

Posto isto, sugere-se o seguinte programa funcional:

- Moinho de vento (Figura 106, primeira imagem): a estrutura que pertencia a esta edificação, atualmente, está em completo estado de ruína, apenas se conserva parte da sua base construída em alvenaria de pedra. Sobre as suas características pouco se conhece, apenas que a seria um Moinho Fixo de Pedra do Tipo Faial²⁰. Propõe-se para esta estrutura a reconstrução do moinho de característica semelhantes à tipologia a que este correspondia, com o objetivo de transformar num Moinho Museu, ou seja, no seu interior ocorreria uma pequena exposição permanente dedicada à história dos moinhos de vento na ilha Faial;

20] Esta tipologia de Moinho de Vento de Pedra do Tipo Faial caracteriza-se pelo apresentar um corpo troncocónico em alvenaria de pedra normalmente rebocada e caiada, com dois pisos (...), cobertura cónica com juntas verticais de encaixe macho-fêmea, sem mata-juntas (...), terminando numa pequena galeria cilíndrica (...) ligeiramente recuada em relação à extremidade da cobertura, que forma um beiral quase sem expressão. A galdeira (...) envolve a face exterior do corpo do moinho sem o tocar, permitindo assim a rotação da cúpula e evitando a entrada da água. O rabo é de três caibros, fixos a barrotos da armação da cúpula, salientes na galdeira. O rodado é horizontal (...), o mastro, longo e pontiagudo, tem inserção (...) numa água furtada proveniente do cimo da cúpula. O velame (...) é de grade para velas quadrangulares como os do tipo holandês (BETTENCOURT, 2008, pp.27-29).

Projetos de referência para o Equipamento Cultural e Miradouro do Alto da Cruz



Figura 109 – Sede do Parque Natural do Fogo, na Ilha do Fogo, Cabo Verde



Figura 110 – Sede do Parque Natural do Fogo, na Ilha do Fogo, Cabo Verde



Figura 111 – Fotografias da maquete do Projeto Mercado e Escola de Música, em Son Servera, Palma de Maiorca



Figura 112 – Centro de Arte – Casa das Mudas, na Calheta, ilha da Madeira

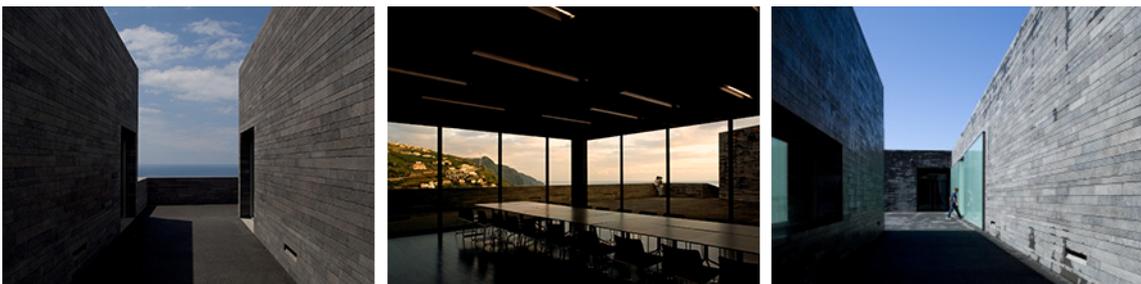


Figura 113 – Centro de Arte – Casa das Mudas, na Calheta, ilha da Madeira

- Edifício adjacente ao Moinho (Figura 106, segunda imagem): a área de implantação deste edifício é de 34,75m². Para esta construção pretende-se a sua reabilitação e reconversão para um Posto de Turismo e Informação, ao qual seria delegado a gestão do Moinho Museu. O espaço público projetado envolvente a esta edificação caracterizar-se-á como Miradouro e compreenderá o momento de chegada/ partida do Troço Norte.
- Segundo Edifício (Figura 106, terceira imagem): a área de implantação deste edifício é de 33,79m². Este situa-se num terreno adjacente ao qual estão implantadas as duas outras estruturas e apresenta-se semienterrado. A sua cota de soleira apresenta um desnível de 3m em relação à do moinho e da edificação a ele adjacente e, embora os dois conjuntos estejam em terrenos opostos, esta segunda construção localiza-se a menos de 13m de distância do moinho.
Por se verificarem estas situações quanto à implantação e proximidade entre as três estruturas, propõe-se a reconversão do segundo edifício para um balneário de uso público, para que possa constituir um apoio aos itinerantes que realizem os percursos ou qualquer outra pessoa que visite o Alto da Cruz.
- Equipamento Cultural: sendo o Alto da Cruz um local que possui as ruínas de um elemento pertencente ao património molinológico da ilha e o qual motivou a inclusão e a passagem dos percursos pedestres e cicláveis por esta zona e, porque o terreno a sul do Caminho do Alto da Cruz apresenta um declive pouco acentuado (Figura 107), sugere-se que nesta propriedade seja construído um Equipamento de Cariz Cultural. Por Equipamento Cultural entender-se-á um Museu dedicado à arquitetura e ao património imóvel faialense e, por ventura, das restantes ilhas. As ilhas açorianas não possuem nenhum museu exclusivamente dedicado à promoção do seu património edificado, e considerando que o objetivo do presente trabalho incide na promoção do património edificado faialense, será uma mais valia a criação de uma zona que contemple e divulgue a história da arquitetura do Faial e da Região Autónoma.
O programa funcional do edifício concentraria as seguintes tipologias de espaço: zona de receção com espaço de estar, loja, livraria e biblioteca, instalações sanitárias públicas e de pessoal, sala de exposição permanente, sala de exposição temporária, sala polivalente, zona de restauração com esplanada, zona administrativa com salas de trabalho e de reunião, áreas técnicas e estacionamento subterrâneo e à superfície.



Figura 114 – Planta de implantação do Miradouro do Alto da Cruz, escala 1:1000

A implantação deste equipamento visa salvaguardar e valorizar o amplo sistema de vistas²¹ existente no local da sua implantação. Por este motivo a construção e configuração do edifício pretende integrá-lo com a paisagem, ou seja, a edificação estará envolvida pelo terreno que a acolhe, tal como acontece com o caso de referência do edifício da Sede do Parque Natural do Fogo²² (Figura 109 e Figura 110). A cota do Caminho do Alto da Cruz que permite o acesso ao terreno que acolherá o novo equipamento cultural desenvolve-se entre os 182m e os 184m de altitude. Desta forma o edifício desenvolver-se-á à cota 177,7m, o que determinará que parte da sua edificação estará envolvida pelo terreno em que está inserido.

Além do referido equipamento assumir um espaço museológico, e de este se implantar num local de exceção, pretende-se envolver e conectar a estrutura a edificar com os novos usos que o Alto da Cruz assumirá e com os percursos propostos. Para que esta situação se verifique, e em conformidade com o referido no parágrafo anterior, o edifício proposto assume uma linguagem arquitetónica que permitirá a conexão entre os diferentes espaços e estruturas a partir da configuração do seu espaço exterior e público.

A implantação do edifício assemelha-se a uma forma em U, o qual comportará dois pisos, um deles totalmente subterrâneo e o outro semienterrado, tendo as suas fachadas principais orientadas entre o quadrante Este-Sul. Visto que esta edificação se desenvolve a uma cota inferior à do Caminho do Alto da Cruz, pretende-se incluir a cobertura do edifício na construção do espaço público e na ligação entre os percursos. Para tal, esta cobertura assume duas configurações quanto à sua inclinação: parte desta apresentará uma inclinação de 10% e visa interligar o momento de chegada do Troço Sul, a 177,7m, com o espaço público do Alto da Cruz, a 183,2m; outra parte visa integrar o espaço público, apresentando uma inclinação inferior a 2%, permitindo o usufruto desta como

21 | Sistema de vistas – o PDM do Faial não possui esta designação, mas entender-se-á que esta denominação poderá ser aplicada ao caso em estudo. De acordo com o Artigo 17º da versão mais recente do PDM do município de Lisboa, que data de 2011, este define que *o sistema de vistas é formado pelas panorâmicas e pelos enfiamentos de vistas que, a partir dos espaços públicos, nomeadamente os miradouros, jardins públicos, largos e praças e arruamentos existentes, proporcionam a fruição das paisagens e ambientes urbanos da cidade. O sistema de vistas tem por objetivos salvaguardar e valorizar as relações visuais que (...) se estabelecem entre os espaços públicos e os elementos característicos da paisagem urbana.*

22 | A Sede do Parque Natural do Fogo, na ilha do fogo, destruído em Dezembro de 2014 aquando da erupção do vulcão do Fogo, foi uma das principais referências para o estabelecimento da forma arquitetónica e da inserção do equipamento cultural proposto. A conceção deste edifício, tal como se é pretendido para este projeto, tinha como principal premissa a projeção de *um edifício de modo a ser parte da paisagem e a paisagem ser parte do edifício, havendo como que uma fusão de peles escuras (...) e os seus longos muros desenharam o edifício e se entrelaçam com a estrada criando um labirinto e jogos de sombra* (OTO Arquitetos, 2013)

miradouro, tal como trabalhado no projeto do *Mercado e Escola de Música*, em Palma de Maiorca (Figura 111).

A materialidade e as cores que predominaram quer o equipamento cultural, quer os restantes espaços e intervenções no Alto da Cruz, pretende recorrer a uma linguagem atual, mas que se associe à arquitetura e elementos construtivos da região.

Os projetos da Sede do Parque Natural do Fogo e do Centro de Artes – Casa das Mudanças constituem a principal referência quanto à composição do edifício e materialidades a aplicar no projeto. Ambos, tal como as ilhas açorianas, pertencem a arquipélagos de origem vulcânica e os projetos referenciados transmitem essa particularidade na construção arquitetónica dos seus equipamentos e envolvendo-os com as suas paisagens singulares.

Assim, propõe-se um edifício em betão armado; os muros que limitarão o edifício e os últimos lances de escadas do Troço Sul ao topo seriam também em blocos de pedra de cabeças serradas nas quatro faces; o pavimento exterior do piso compunha-se a partir de lajetas de betão, que teria como inerte a pedra basáltica para assim adquirir uma tonalidade mais escurecida, tal como se sucedeu na construção do edifício do Centro de Artes Contemporâneas – Arquipélago, na ilha de São Miguel (CAMPOS, 2015); no local reservado para o estacionamento à superfície seriam introduzidas grelhas de enrelvamento.

O Caminho do Alto da Cruz, visto que esta zona adquirirá novas funções que trarão mais indivíduos e movimentação ao local, necessitaria assim de alargamento da faixa de rodagem, bem como a alteração da circulação rodoviária que realizar-se-á apenas no sentido descendente da via e na sua pavimentação seriam utilizados blocos paralelos de basalto serrado, tal como atualmente se sucede apenas num pequeno troço à entrada para o caminho (Figura 104 – segunda imagem).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente trabalho procurou definir uma estratégia que visa responder às para as necessidades existentes na ilha do Faial no que respeita à preservação, qualificação e promoção do seu património cultural e natural. O património imóvel da ilha, face às diferentes catástrofes naturais que afetaram o local, é uma das figuras centrais de todo o trabalho desenvolvido, por se verificar que, atualmente, ainda existem bastantes carências no que respeita à sua preservação e manutenção destas estruturas. Entende-se ainda que a alteração desta situação esta poderá implicar melhorias notórias quer para a vida social e económica local, quer para o estabelecimento da sua imagem cultural.

É fundamental entender o Faial e os Açores e adequar as políticas, medidas, apoios e projetos a todo o seu território. Aprofundar o conhecimento sobre esta ilha, sobre a sua história, sobre as suas tradições, explorar a diversidade de locais e elementos que a compõem tornou-se fundamental na concretização do trabalho, por forma a responder ao objetivo final do projeto pretende apresentar o mais fiel possível *O que é a ilha do Faial, o que é que ela tem, o que é que a torna tão única e o que é que ela necessita.*

A Arquitetura e o Urbanismo surgem assim como ferramentas que poderão contribuir para o crescimento e desenvolvimento social, económico e ambiental adequando os projetos e instrumentos de gestão e planeamento territorial, sobretudo e para o caso de estudo em específico, adequando-as ao contexto açoriano e às necessidades do seu território em particular.

Tomou-se essencial a definição de três escalas de projeto por forma a estabelecer e apresentar uma estratégia e uma solução que possa responder às diferentes necessidades que o território apresenta de acordo com as questões desenvolvidas e, simultaneamente, invocar e demonstrar o potencial que o Faial tem e que necessita que seja explorado.

Não se defende e não se justifica para este território a massificação do turismo e o incentivo à construção de grandes estabelecimentos hoteleiros, infraestruturas ou equipamentos desadequados para o local, mas sim a qualificação, preservação e promoção da ilha a partir dos seus elementos singulares. Por isso, a presente dissertação estabeleceu metodologias que poderão constituir as bases a adotar para novas estratégias e projetos que visam o desenvolvimento sustentável do turismo, a melhoria das suas infraestruturas e, fundamentalmente, o crescimento e desenvolvimento social e económico da ilha do Faial.

BIBLIOGRAFIA

- BESSE, Jean-Marc (2013). Estar na paisagem, habitar, caminhar. *In: Isabel Lopes Cardoso, Paisagem e Património - Aproximações Pluridisciplinares*. Porto: Dafne Editora
- BETTENCOURT, Luís (2008). *Moinhos de Vento dos Açores – Novo Papel na Sociedade Contemporânea*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura
- BRUNO, Jorge Paulus (2003). *Inventário do Património Imóvel dos Açores – Horta*. Horta: Direção Regional da Cultura
- CAUQUELIN, Anne (2013). Paisagem e virtual, dois mundos separados. *In: Isabel Lopes Cardoso, Paisagem e Património - Aproximações Pluridisciplinares* (pp.19-31). Porto: Dafne Editora
- COSTA, Susana Goulart (2008). *Açores: Nove ilhas, uma história*. Angra do Heroísmo: Centro de Conhecimento dos Açores - Direção Geral da Cultura
- COUTINHO, Rui, PACHECO, José, PIMENTEL, Adriano (2008). *Na Rota dos Vulcões – Guia Geológico da Ilha do Faial*. Horta: ADELIAÇOR – Associação para o Desenvolvimento Local das Ilhas dos Açores
- D'ABREU, A.C., MOREIRA, J.M., OLIVEIRA, M.R., CORREIA, T.P., FRANCO, P., CUNHA, R., GOUVEIA, M.M., MAGRO, I., ALVES, P., GRACINHAS, N., CARAPINHA, A., TELLES, G. R., FERRÃO, J., BRITO, J.P., MENDONÇA, N., VOS, W., CRUZ, J.V., PEREIRA, R.M., ROCHA, M., FURTADO, S., ALBERGARIA, I.S. (2005). *Livro das Paisagens dos Açores - Contributos para a Identificação e Caracterização das Paisagens dos Açores*. Horta: Secretaria Regional do Ambiente e do Mar - Direção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos
- FERNANDES, José Manuel, JANEIRO, Ana (2009). *Arquitetura Contemporânea nos Açores*. Horta: Presidência do Governo Regional dos Açores, Direção Regional da Cultura
- FIGUEIREDO, Cândido de (1986). *Dicionário da Língua Portuguesa*. Venda Nova: Livraria Bertrand
- FRANÇA, José-Augusto (1996). O património cultural – sentido e evolução. *In: Jorge Miranda, João Martins Claro e Marta Tavares de Almeida, Direito do Património Cultural* (pp.23-39). Lisboa: Instituto Nacional de Administração
- FRUTUOSO, Gaspar (1998). *Saudades da Terra – Volume VI*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada
- IAC – Instituto Açoriano da Cultura (2003). *Inventário do Património dos Açores. Faial – Horta*. Horta: Direção Regional da Cultura, Instituto Açoriano da Cultura, Câmara Municipal da Horta
- LIMA, Marcelino (1943). *Anais do Município da Horta – História da Ilha do Faial*. Vila Nova de Famalicão: Oficinas Gráficas “Minerva”
- LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil (1987). *Cartas e Convenções Internacionais sobre o Património Arquitectónico Europeu*. Lisboa: Ministério da Obras Públicas, Transportes e Comunicações – Departamento de Edifícios Núcleo de Arquitectura
- MAGALHÃES, Manuela Raposo (2001). *A Arquitectura Paisagista – Morfologia e Complexidade*. Lisboa: Editorial Estampa, Lda.
- MIRANDA, Jorge; CLARO, João Martins; ALMEIDA, Marta Tavares de (1996). Introdução. *In: Jorge Miranda, João Martins Claro e Marta Tavares de Almeida, Direito do Património Cultural* (pp.17-19). Lisboa: Instituto Nacional de Administração
- OA - Ordem dos Arquitectos (2000). *Arquitetura Popular dos Açores*. Lisboa: Ordem dos Arquitectos

SALES, Maria Teresa Ferraz Lúcio de (2015). *Percursos na Paisagem*. Évora: Universidade de Évora – Instituto de Investigação e Formação Avançada. Tese de Doutoramento

SILVA, Joaquim Sande (2007). *Árvores e Florestas de Portugal*. Vol.06 Açores e Madeira – A floresta das ilhas. Lisboa: Público, Comunicação Social, SA e Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento

STRECKER, Amy (2018). *Landscape Protection in International Law*. Oxford: Oxford University Press

TELLES, Gonçalo Ribeiro (2016). *Conservar a Paisagem*. In: TELLES, Gonçalo Ribeiro, *Textos Escolhidos*. Lisboa: Argumentum

UrbHorta (2013). *Guia de Percursos Patrimoniais Temáticos Horta sobre Rodas*. Horta: UrbHorta

YEANG, Ken (1999). *Proyectar con la naturaleza – Bases ecológicas para el proyecto arquitectónico*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, AS

LEGISLAÇÃO E PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

AHA-DRA – Administração Hidrográfica dos Açores – Direção Regional do Ambiente (2012); *Plano de Gestão de Recursos Hídricos dos Açores - Caracterização e diagnóstico da situação de referência (volume 7 – Faial)*. Horta: Direção Regional do Ambiente

<http://www.azores.gov.pt/Gra/srm-drotrh/conteudos/livres/PGRH-Açores.htm>

AMH – Assembleia Municipal da Horta (2012). Regulamento 515/2012, de 27 de Dezembro. Diário da República nº250/2012, Série II, Horta, pp.40774-40808

<https://dre.tretas.org/dre/1367983/regulamento-515-2012-de-27-de-dezembro#anexos>

AR – Assembleia da República (1980). Lei n.º 39/80, de 5 de Agosto. *Diário da República n.º 179/1980, Série I*, Lisboa: pp.2029-2039

<https://dre.pt/pesquisa-avancada/-/asearch/470204/details/normal?types=SERIEI&numero=39%2F80&tipo=%22Lei%22/en>

AR – Assembleia da República (2001). Lei Constitucional nº107/2001, de 8 de Setembro. *Diário da República nº209/2001, Série I-A*, Lisboa, pp.5808-5829

<https://dre.pt/pesquisa/-/search/629790/details/maximized>

AR – Assembleia da República (2005). Lei Constitucional nº1/2005, 12 de Agosto. *Diário da República nº155/2005, Série I-A*, Lisboa, pp.4642-4686

<https://dre.pt/pesquisa/-/search/243729/details/normal?q=Lei+Constitucional+1%2F2005>

AR – Assembleia da República (2014a). Lei nº19/2014, 14 de Abril. *Diário da República nº73/2014, Série I*, Lisboa, pp.2400-2404

https://dre.pt/pesquisa/-/search/25344037/details/normal?p_p_auth=7dTCXOe9

AR – Assembleia da República (2014b). Lei nº31/2014, 30 de Maio. *Diário da República nº104/2014, Série I*, Lisboa, pp.2988-3003

<https://dre.pt/pesquisa/-/search/25345938/details/maximized>

CE – Conselho Europeu (2000). *Convenção Europeia da Paisagem*. Florença: Conselho Europeu

<https://www.coe.int/en/web/conventions/full-list/-/conventions/rms/0900001680080621>

CMH – Câmara Municipal da Horta (2016). *Plano Integrado de Regeneração Urbana Sustentável da Cidade da Horta*

<http://www.cmhorta.pt/index.php/planeamento-desenvolvimento/pirus>

DROTRH-SRAM – Direção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos – Secretaria Regional do Ambiente e do Mar (2007). *Carta de Ocupação do Solo da Região Autónoma dos Açores*

http://ot.azores.gov.pt/store/inc/cosa2007/COS.A_RAA_Relatorio.pdf

DRPFE – Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais (2014). *Programa Operacional para os Açores 2020*. Angra do Heroísmo: Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais

http://poacores2020.azores.gov.pt/wp-content/uploads/2015/11/A2_PO-A--ORES-2014-2020.pdf

FCMP - Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal (2006). *Regulamento de Homologação de Percursos Pedestres*

http://www.fcmpportugal.com/files/percursospedestres/rhpp_vweb.pdf

GRA – Governo Regional dos Açores (2000). Decreto Regulamentar Regional nº30/2000/A, de 22 de Setembro. *Diário da República n.º 220/2000, Série I-B*, Horta, pp.5104-5113

<http://azores.gov.pt/JO/Serie+I/2000/Serie+I+Nº+39+de+28+de+Setembro+de+2000/Decreto+Regulamentar+Regional+Nº+30+de+2000.htm>

IMTT - Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P. (2011). Pacote da Mobilidade - Acalmia de Tráfego. Lisboa: Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestre

http://server109.webhostingbuzz.com/~transpor/conferenciamobilidade/pacmob/acalmia_trafego/Acalmia_de_Trafego_Marco2011.pdf

INE – Instituto Nacional de Estatística (2011). *Informação Estatística – Recenseamento Geral da População, Censos de 2011*

http://www.ine.pt/investigadores/Quadros_por_lugar/LUG_2011_4701_OH.zip

INE – Instituto Nacional de Estatística (2017). *Variação Populacional (n.º) por local de residência (NUTS - 2013) – Anual*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008271&contexto=bd&selfAb=tab2

IPDT – Instituto de Planeamento e Desenvolvimento do Turismo (2015). *Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores*.

http://www.azores.gov.pt/PortalAzoresgov/external/portal/misc/PEM_ACORES2.pdf

IPMA – Instituto Português do Mar e da Atmosfera (2011). *Atlas climático dos Arquipélagos das Canárias, da Madeira e dos Açores*. Lisboa: Instituto de Meteorologia de Portugal

<https://www.ipma.pt/export/sites/ipma/bin/docs/publicacoes/atlas.clima.ilhas.iberico.2011.pdf>

MC – Ministério da Cultura (2009). Decreto-Lei nº309/2009, de 23 de Outubro. *Diário da República nº206/2009, Série I*, Lisboa, pp.7975-7987

<https://dre.pt/web/guest/pesquisa-avancada/-/asearch/483153/details/normal?types=SERIEI&numero=309%2F2009&tipo=%22Decreto-Lei%22>

MEI – Ministério da Economia e Inovação (2009). Decreto-Lei nº191/2009, de 17 de Agosto. *Diário da República nº158/2009, Série I*, Lisboa, pp.5536-5341

<https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/493688/details/normal?q=Decreto-Lei+n%C2%BA191%2F2009>

MTSS - Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (2006). Decreto-Lei nº163/2006, de 8 de Agosto. *Diário da República n.º 152/2006, Série I*, Lisboa, pp.5670-5689

<https://dre.pt/pesquisa/-/search/538624/details/normal?q=Decreto-Lei+n.%C2%BA%20163%2F2006%2C%20de+8+de+agosto>

PR – Presidência da República (1976). Constituição da República Portuguesa. *Diário da República nº86/1976, Série I*. Lisboa, pp.738-775

<https://dre.pt/pesquisa/-/search/502635/details/normal?q=Constitui%C3%A7%C3%A3o+da+Rep%C3%BAblica+Portuguesa>

RAA–AL – Região Autónoma dos Açores – Assembleia Legislativa (2004). Decreto Legislativo Regional nº29/2004/A, de 24 de Agosto. *Diário da República n.º 199/2004, Série I-A*, Horta, pp.5684-5696

<https://dre.pt/pesquisa/-/search/479598/details/maximized?drelid=121863>

RAA–AL – Região Autónoma dos Açores – Assembleia Legislativa (2007). Decreto Legislativo Regional nº15/2007/A, de 25 de Junho. *Diário da República n.º 120/2007, Série I*, Horta, pp.4034-4041

<https://dre.pt/pesquisa/-/search/635868/details/maximized>

RAA–AL – Região Autónoma dos Açores – Assembleia Legislativa (2008a). Decreto Legislativo Regional nº39/2008/A, de 12 de Agosto. *Diário da República n.º 155/2008, Série I*, Horta, pp.5502-5527

<https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/455655/details/maximized?drelid=127809>

RAA–AL – Região Autónoma dos Açores – Assembleia Legislativa (2008b). Decreto Legislativo Regional 46/2008/A, de 7 de Novembro. *Diário da República n.º 217/2008, Série I*, Horta, pp.7771-7787

<https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/439169/details/normal?q=Decreto+Legislativo+Regional+46%2F2008>

RAA-PG – Região Autónoma dos Açores – Presidência do Governo (2015). Decreto Regulamentar Regional nº23/2015/A, de 29 de Outubro. *Diário da República nº212/2015, Série I*, Horta, pp.9335–9338

https://dre.pt/pesquisa/-/search/70835506/details/maximized?print_preview=print-preview&dreId=70835502/en
SREA – Serviço Regional de Estatística dos Açores (2013). *Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores – 2013*

<https://srea.azores.gov.pt/Conteudos/Media/file.aspx?ida=4187>

SREA – Serviço Regional de Estatística dos Açores (2016). *Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores – 2016*

<https://srea.azores.gov.pt/Conteudos/Media/file.aspx?ida=7553>

SREA – Serviço Regional de Estatística dos Açores (2017). *Turismo - Hóspedes, Dormidas e Estada Média por Ilha*

<http://srea.azores.gov.pt/Reportserver/Pages/ReportViewer.aspx?%2fTurismo%2fHospedes+Dormidas+e+Estada+Media+por+Ilha&ilhas=Ilha+do+Faial>

Turismo de Portugal (2017). *Estratégia Turismo 2027 – Liderar o Turismo do Futuro*. Lisboa: Turismo de Portugal I. P.

<http://www.turismodeportugal.pt/SiteCollectionDocuments/Estrategia/estrategia-turismo-2027.pdf>

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (1972). *Convenção para a proteção do Património Mundial, Cultural e Natural*.

<https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (2008). *Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention*.

<https://whc.unesco.org/archive/opguide08-en.pdf> - annex3

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (2012). *Cultural Landscapes – History and Terminology*

<https://whc.unesco.org/en/culturallandscape/> - 1

FOWLER, Peter J. (2003). *World Heritage Cultural Landscapes – 1992-2002*. Paris: UNESCO World Heritage Center

<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001331/133121e.pdf>

ENTIDADES E DOCUMENTOS DIGITAIS

AGA – Associação Geoparque Arouca (2016). *O que fazer – Passadiços do Paiva*

<http://www.aroucageopark.pt/pt/explorar/o-que-fazer/passadicos-do-paiva/>

AGA – Associação Geoparque Arouca (2017). *Passadiços do Paiva voltam a ser premiados nos World Travel Awards*

<http://aroucageopark.pt/pt/atualidade/noticias/passadicos-do-paiva-voltam-ser-premiados-nos-world-travel-awards/>

AMT – Associação de Municípios do Triângulo (2017). *Triângulo dos Açores – Uma Viagem Três Destinos*

<https://www.amtriangulo.com/>

ATR – Azores Trail Run (2018). *Azores Trail Run - Best Running Hiking Trails in Europe*

<https://www.azorestrailrun.com/>

BETTENCOURT, Luís (2012). *Inventário dos Moinhos de Vento dos Açores*

<http://siaram.azores.gov.pt/patrimonio-cultural/moinho-vento/CD-IMoinhosVento/index.html>

CAMPOS, Francisco Vieira de (2015). *O betão encontrou o basalto e isso deu cinzento mais escuro*

<https://www.publico.pt/2015/04/10/culturaipilon/noticia/o-betao-encontrou-o-basalto-e-isso-deu-cinzento-mais-escuro-1691575>

CMARouca (2015). *Passadiços do Paiva são inaugurados a 20 de Junho*.

http://www.cm-arouca.pt/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=2593&Itemid=101

De Hollandshe Molen (2016). *Over De Hollandshe Molen - Wat doen wij*.
<https://www.molens.nl/wat-doen-wij/>

De Hollandshe Molen (2017a). *Molens in Nederland - Geschiedenis van de Molen*.
<https://www.molens.nl/geschiedenis-van-de-molen/>

De Hollandshe Molen (2017b). *Molens in Nederland - Molens bezoeken*.
<https://www.molens.nl/molens-bezoeken/>

DN – Diário de Notícias (2013). *Rota Vicentina já tem 350 quilómetros para caminhadas*.
<https://www.dn.pt/portugal/sul/interior/rota-vicentina-ja-tem-350-quilometros-para-caminhadas-3321436.html>

DN – Diário de Notícias (2017a). *Açores iniciam em 2018 trabalhos para disponibilizar inventário do património imóvel*
<https://www.dn.pt/lusa/interior/acoes-iniciam-em-2018-trabalhos-para-disponibilizar-inventario-do-patrimonio-imovel-8823552.html>

DN – Diário de Notícias (2017b). *Rota Vicentina investe 1,5ME em novos percursos pedestres e turismo cultural*.
<https://www.dn.pt/lusa/interior/rota-vicentina-investe-15me-em-novos-percursos-pedestres-e-turismo-cultural-8595272.html>

DRC - Direção Regional da Cultura (2015). Apoios, Legislação e Formulários – Registo do Património Cultural dos Açores
<http://www.culturacoes.azores.gov.pt/documentos/?categoria=3>

FLORA.ON (2014). *Flora de Portugal Interativa - Açores*.
<http://acoes.flora-on.pt/index.php>

GUEDES, Rui Tavares (2016). *O regresso dos Passadiços do Paiva*
<http://visao.sapo.pt/actualidade/visaose7e/sair/2016-02-16-O-regresso-dos-Passadicos-do-Paiva>

Holland.com (2011). *Holland information - Facts & Figures*
<https://www.holland.com/global/tourism/information/facts-figures.htm>

Holland.com (2012a). *Discover Holland - Windmills*
<https://www.holland.com/global/tourism/discover-holland/traditional/windmills.htm>

Holland.com (2012b). *Plan your holiday –The Weather in Holland*
<https://www.holland.com/global/tourism/plan-your-holiday/weather/typically-dutch-weather.htm>

IAC – Instituto Açoriano da Cultura (2005). *Inventário do Património Imóvel dos Açores*
<http://www.inventario.iacultura.pt/>

Ilhas do Triângulo (2015). *Ilhas do Triângulo – Cluster de ilhas*
<http://ilhasdotriangulo.com/>

Kinderdijk (2017). *Story – UNESCO World Heritage*
<https://www.kinderdijk.com/discover/the-story/unesco-world-heritage/>

OTO Arquitetos (2013). *Parque Natural do Fogo*
<https://www.archdaily.com.br/br/621400/parque-natural-do-fogo-oto>

PNF – Parque Natural do Faial (2011). *Trilhos e Circuitos – Parques Naturais dos Açores*.
<http://parquesnaturais.azores.gov.pt/pt/faial/oquevisitar/trilhos>

Passadiços do Paiva (2015). *Os passadiços*
<http://www.passadicosdopaiva.pt/>

Provincie Zuid-Holland (2015). *Molens*
<https://www.zuid-holland.nl/onderwerpen/landschap/cultuur-erfgoed/molens-0/>

Rota Vicentina (2015a). *O Projeto*
<http://pt.rotavicentina.com/projecto.html>

Rota Vicentina (2015b). *450km para caminhar nos sw de Portugal*
<http://pt.rotavicentina.com/ir.html>

Rota Vicentina (2015c). *Downloads – Rota Vicentina Completa*
http://pt.rotavicentina.com/resources/docs/6980_Rota_Vicentina_PT_PDF.zip

Rota Vicentina (2015d). *Mapa interactivo*
<http://pt.rotavicentina.com/map.html>

SIARAM – Sentir e Interpretar o Ambiente dos Açores Através de Recursos Auxiliares Multimédia (2013). *Levada do Faial*

http://siaram.azores.gov.pt/patrimonio-cultural/levada-do-Faial/_texto.html

SILVA, Tiago Simões da (2018). *16 Imóveis em Processo de Classificação no Faial*

<http://www.tribunadasilhas.pt/index.php/opiniao/item/14284-reflexoes-chronicas-16-imoveis-em-processo-de-classificacao-no-faial-i>

SRAF - Secretaria Regional da Agricultura e Florestas - Direção Regional dos Recursos Florestais (2013). *Inventário Florestal – Faial*.

<http://drf.azores.gov.pt/areas/inventario-florestal/Paginas/Faial.aspx>

SRAF - Secretaria Regional da Agricultura e Florestas - Direção Regional dos Recursos Florestais (2015). *Criptoméria dos Açores - Cryptomeria japonica D. Don*

http://drf-sraa.azores.gov.pt/areas/viveiros-florestais/Paginas/Criptomeria_Especies_PT.aspx#DESCRI%C3%87%C3%83O

SREA – Serviço Regional de Estatística dos Açores (2017). *Estimativas da População Residente*

<https://srea.azores.gov.pt/ReportServer/Pages/ReportViewer.aspx?%2fDemografia%2fEstimativas+da+Popula%C3%A7%C3%A3o+Residente&rs:Command=Render>

TOP - Toeristische Overstappunten (2011). *Molenroute Alblasserwaard en Vijfheerenlanden (gpx)*.

<http://www.toproutenetwerk.nl/alle-tops/alblaserdam/molenroute-alblasserwaard-en-vijfheerenlanden.html>

Trilhos dos Açores (2001). *Trilhos na Ilha do Faial - Percursos Pedestres para Caminhadas nos Açores*.

<http://trails.visitazores.com/pt-pt/trilhos-dos-acoers/faial>

Trimétrica Engenharia, Lda. (2016). *Passadiços do Paiva – Trimétrica*

<https://www.archdaily.com.br/br/787290/passadicos-do-paiva-trimetrica>

Zuid-Hollands Bureau voor Toerisme (2011). *Windmill route through Alblasserwaard and Vijfheerenlanden – Cycling past the windmills*.

<https://www.holland.com/web/file?uuiid=1c7af564-98a0-4034-8e19-7276896a8028&owner=672af47f-d82a-4c54-a8ff-0997910585fd&contentid=53074>

ANEXOS

1 | Desenhos do processo de trabalho

2 | Registo fotográfico das maquetas

3 | Painéis de apresentação



Figura 116 – Estudo para o traçado dos Percursos Locais

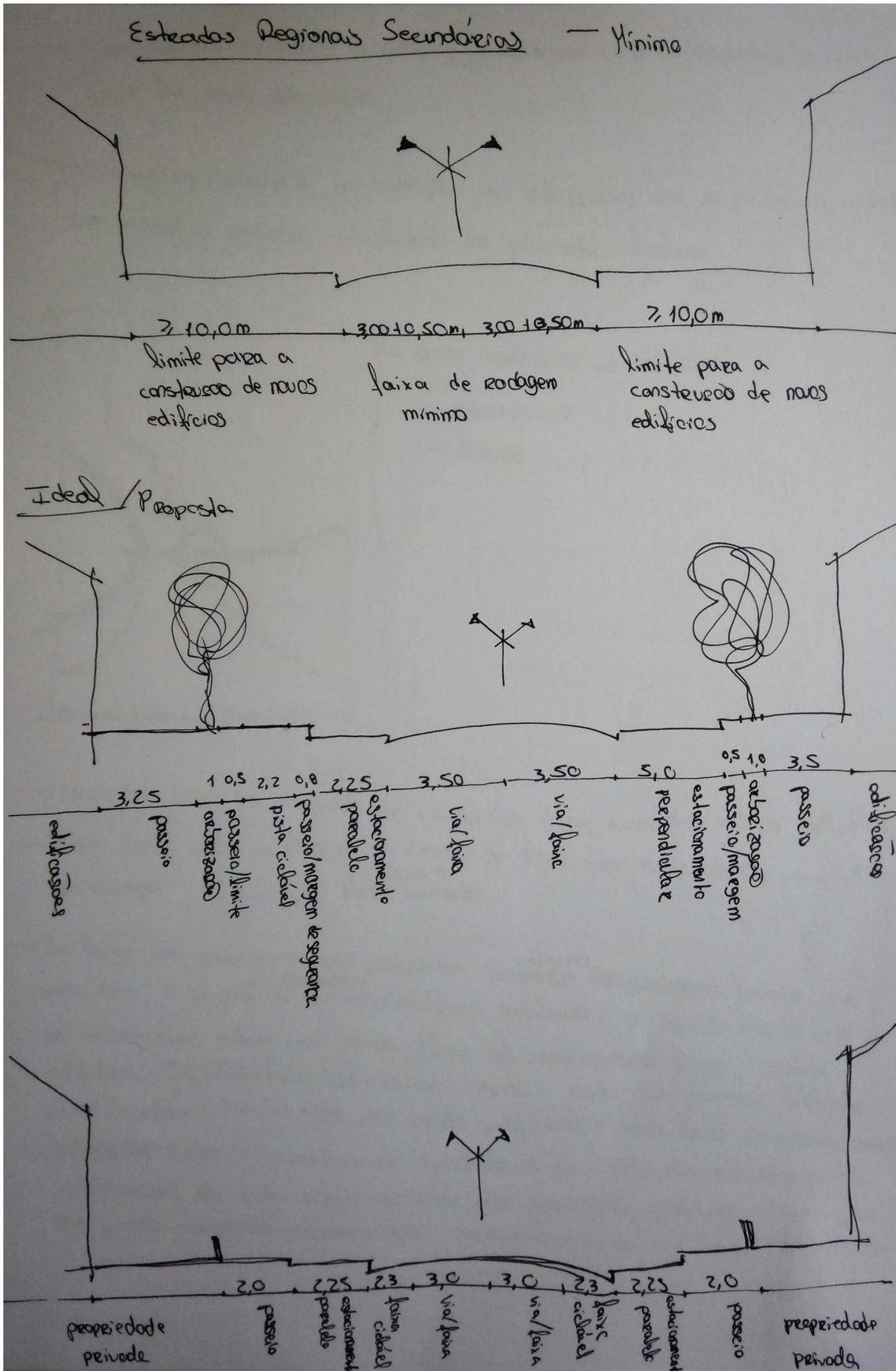


Figura 119 – Estudo para o reperfilamento dos perfis transversais da Rota dos Moinhos

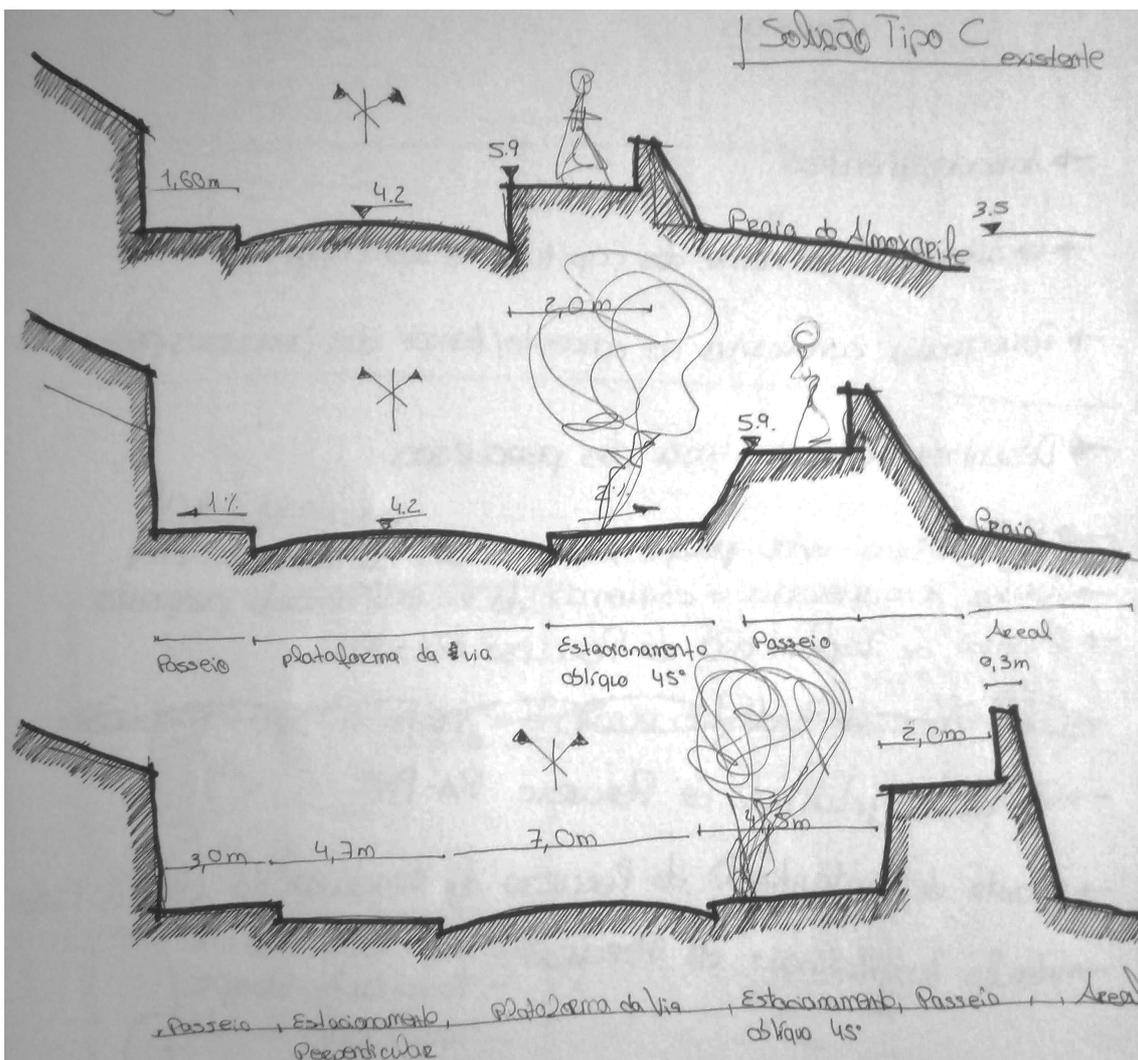


Figura 120 – Estudo para o reperfilamento dos perfis transversais da Rota dos Moinhos

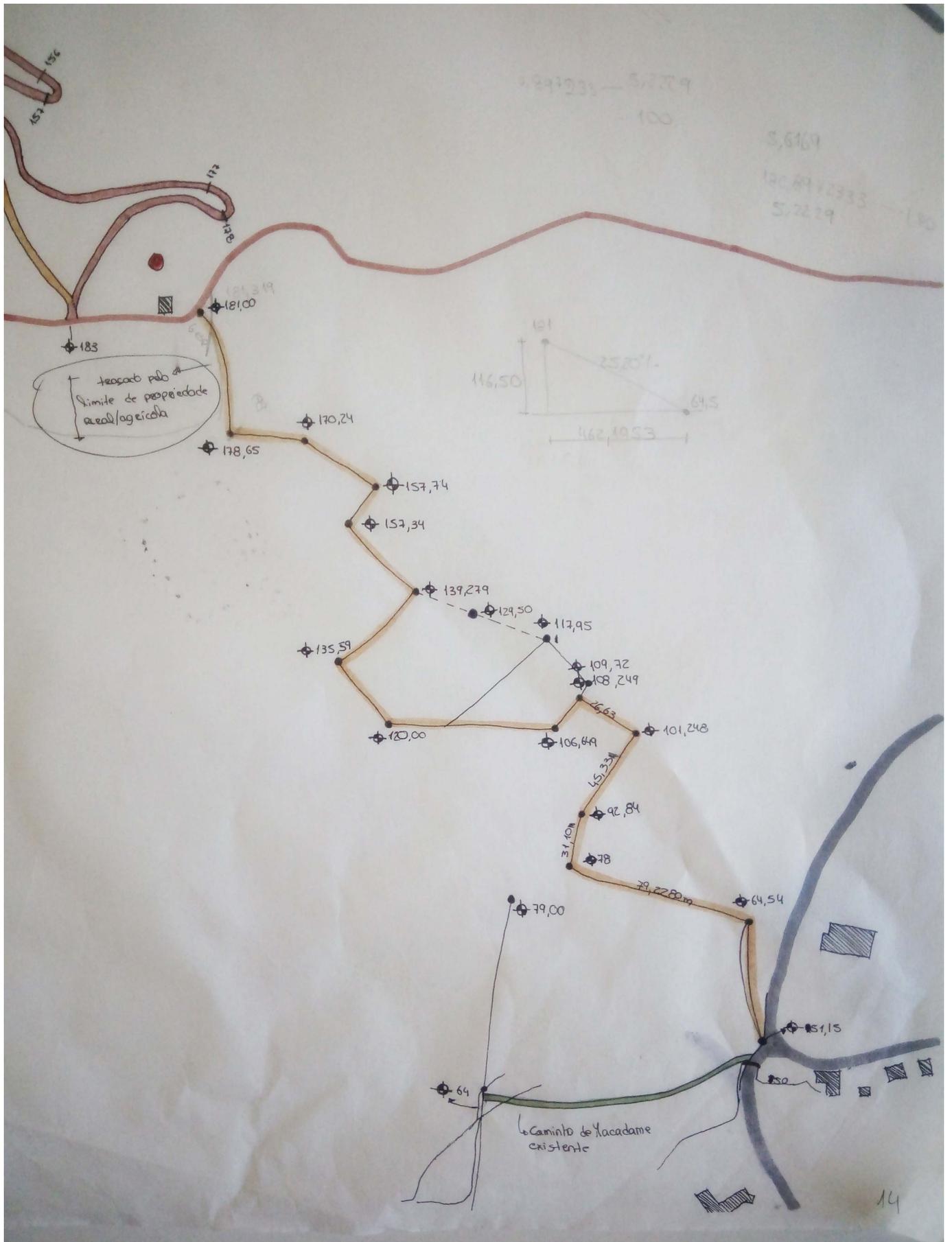


Figura 122 – Estudo do Troço Sul do Percurso do Miradouro do Alto da Cruz

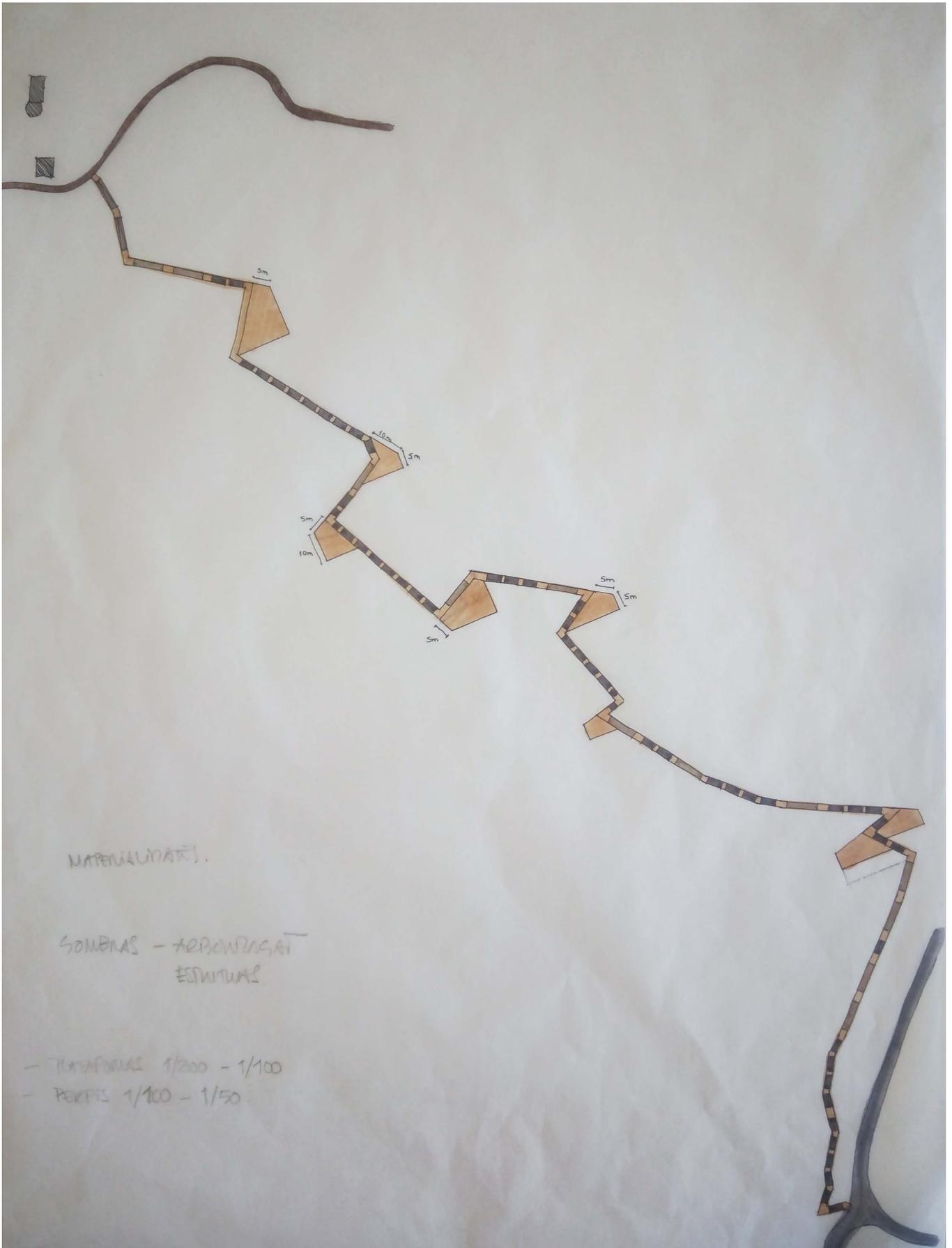


Figura 124 – Estudo dos patamares de descanso do Troço Sul do Percurso do Miradouro do Alto da Cruz

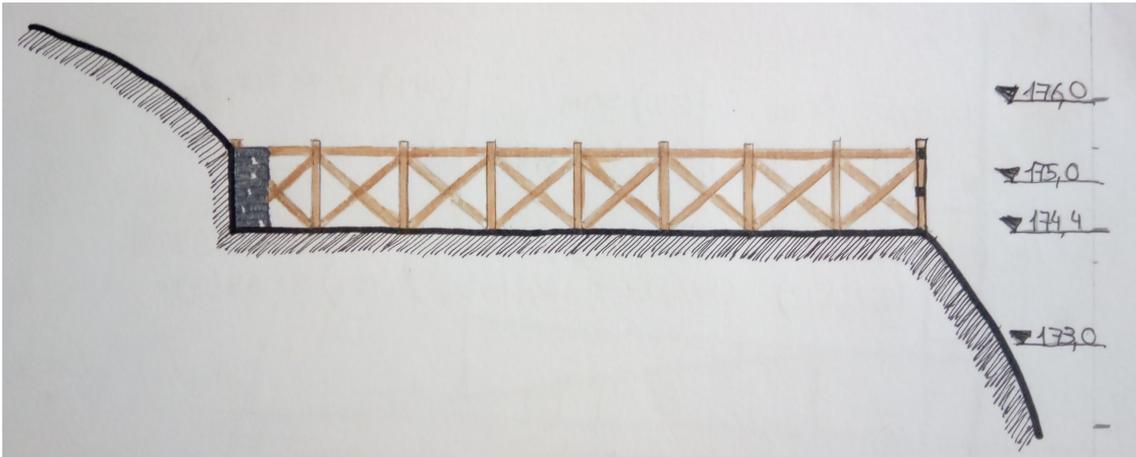


Figura 125 – Estudo do Perfil Transversal do Troço Norte do Percurso do Miradouro do Alto da Cruz

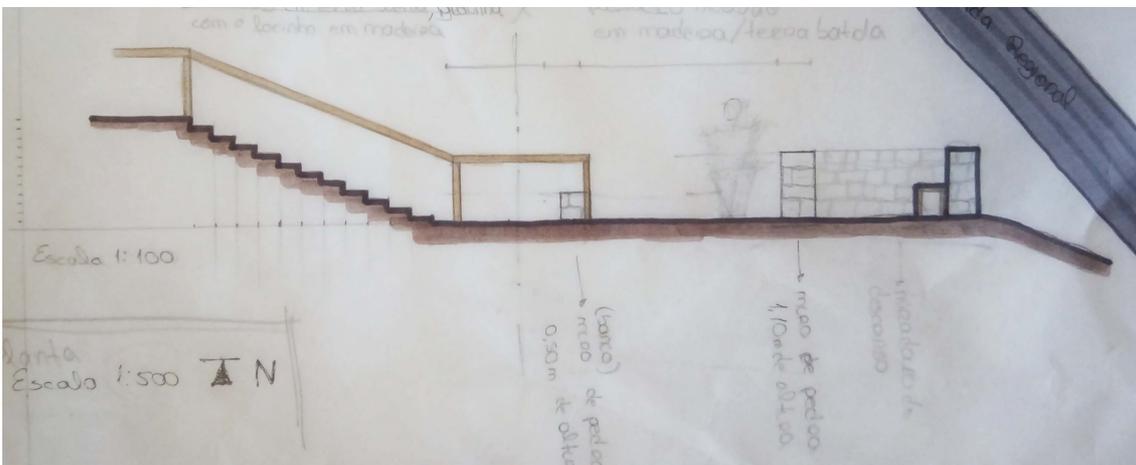


Figura 126 – Estudo do Perfil Transversal do Troço Norte do Percurso do Miradouro do Alto da Cruz

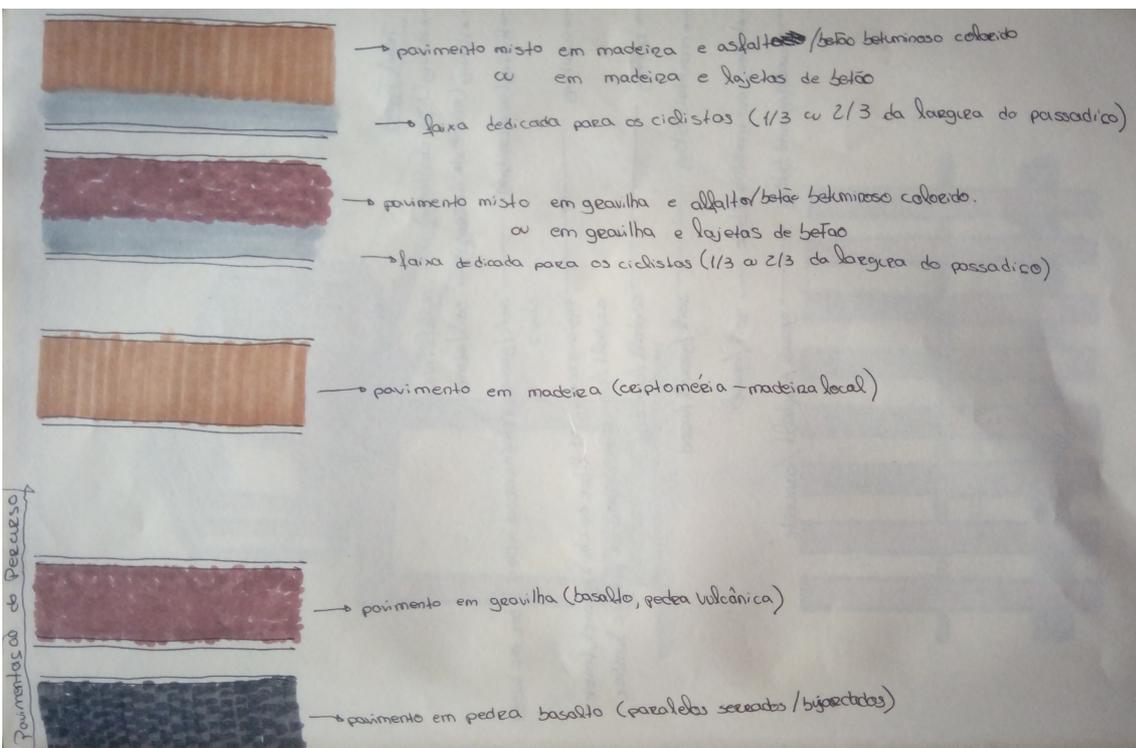


Figura 127 – Estudo de pavimento do Percurso do Miradouro do Alto da Cruz

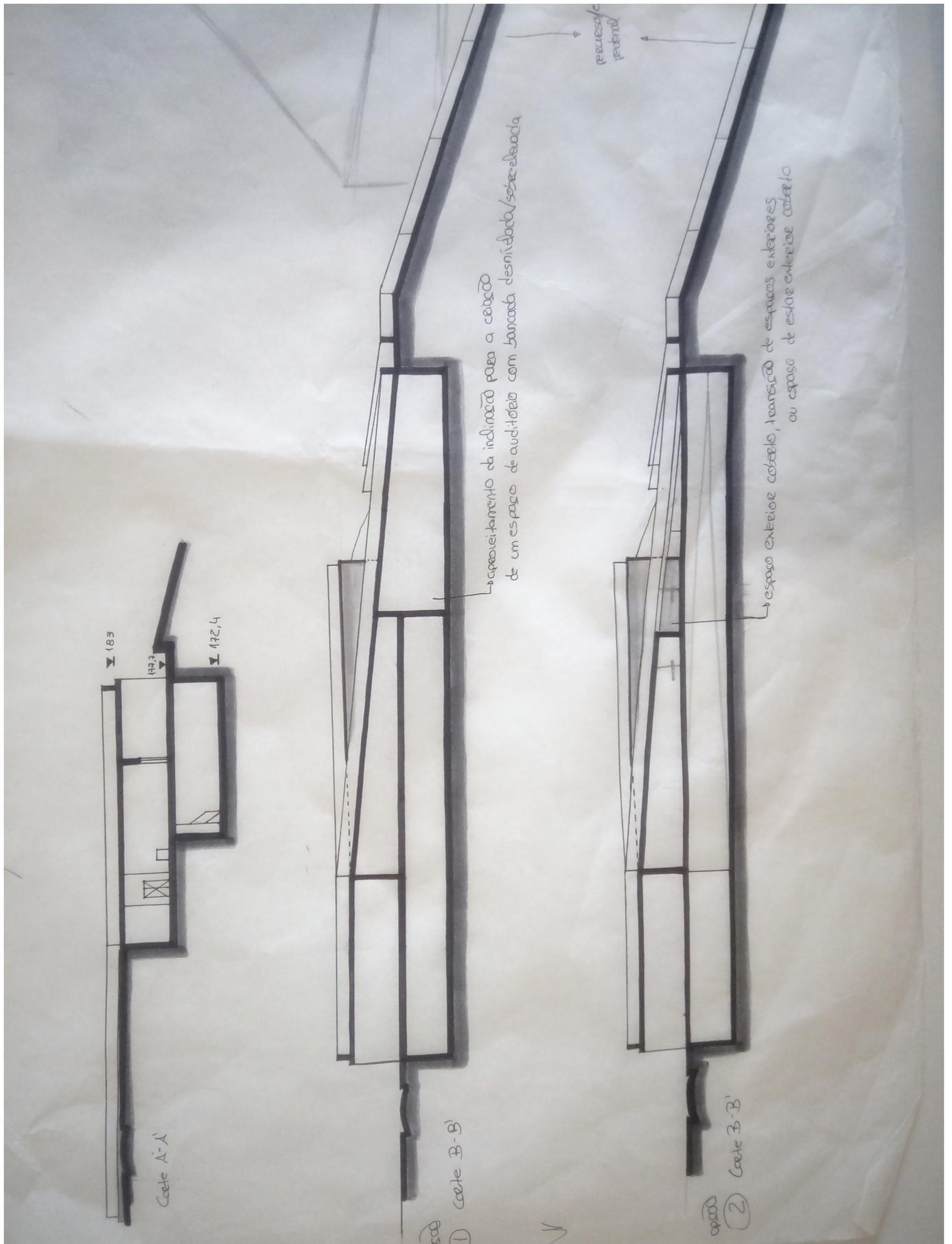


Figura 128 – Estudo da implantação do Equipamento Cultural

2 | Registo fotográfico das maquetas



Figura 129 – Maquete da Ilha do Faial, escala 1:50.000

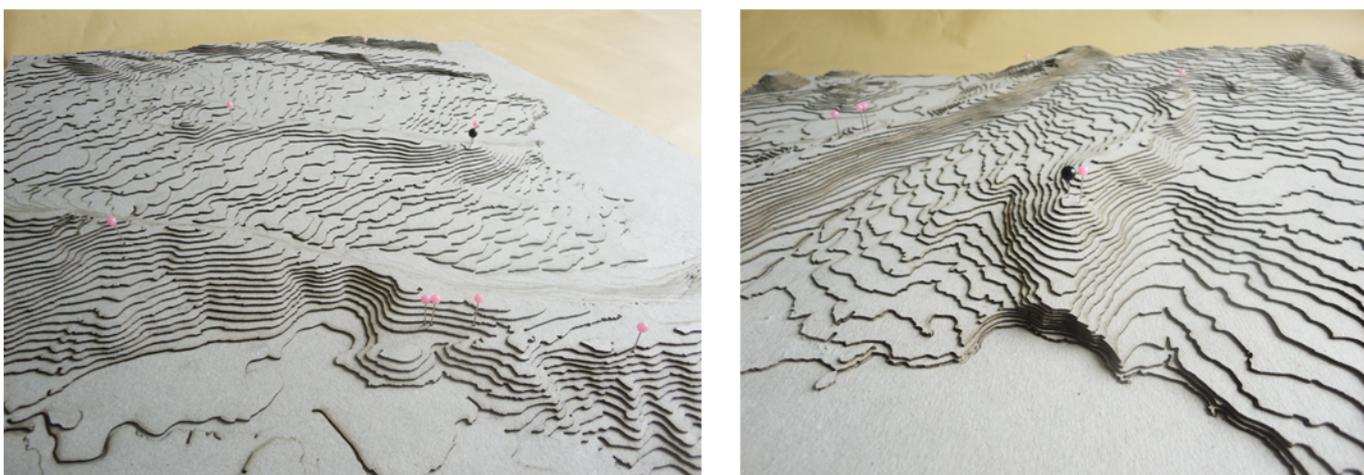
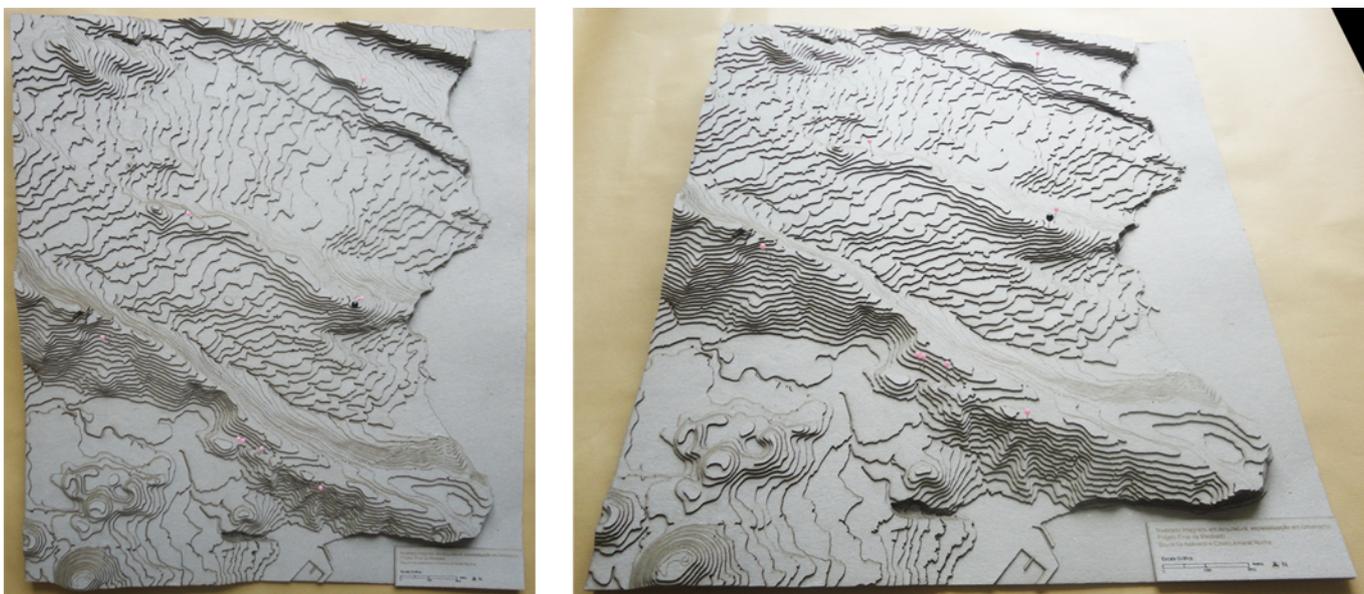


Figura 130 – Maquete da Rota dos Moinhos, escala 1:10.000



Figura 131 – Maquete do percurso do Miradouro do Alto da Cruz, escala 1:2.000

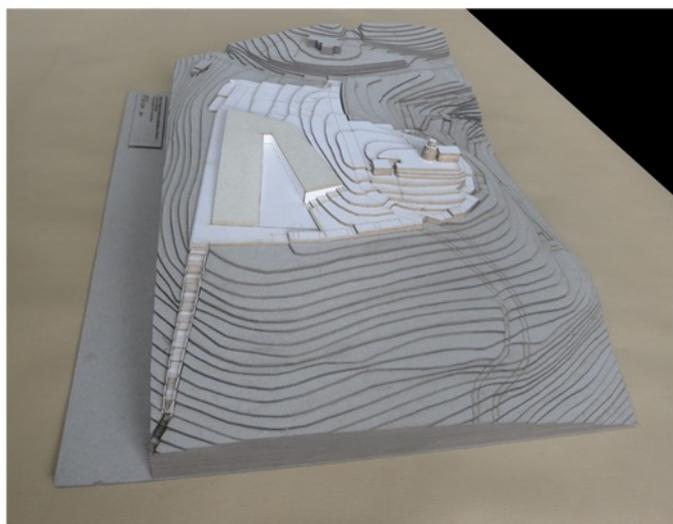
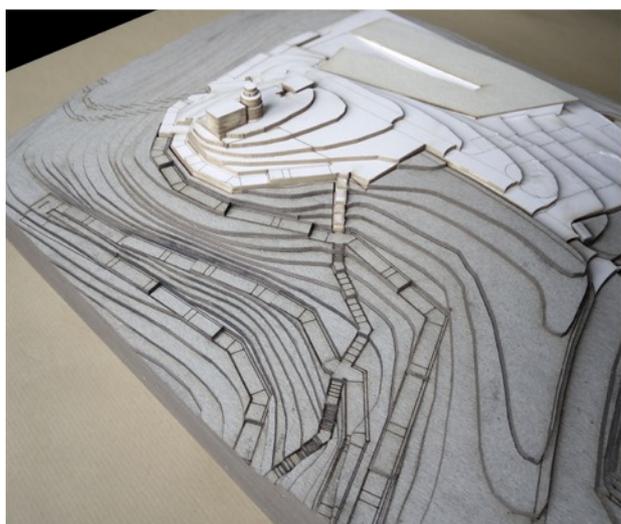
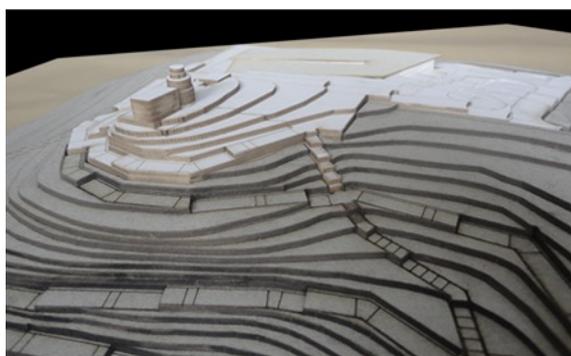
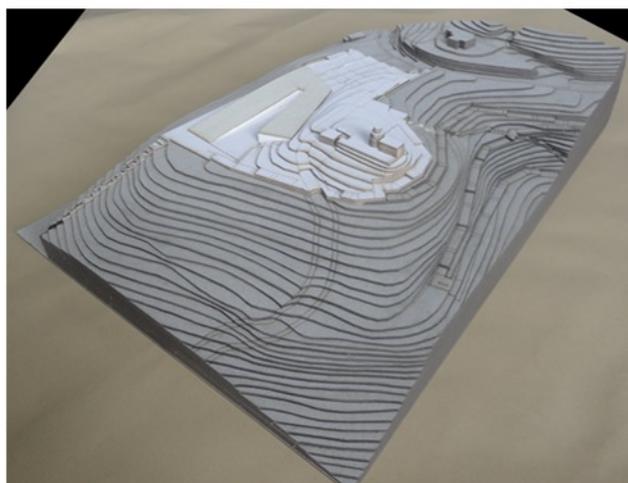
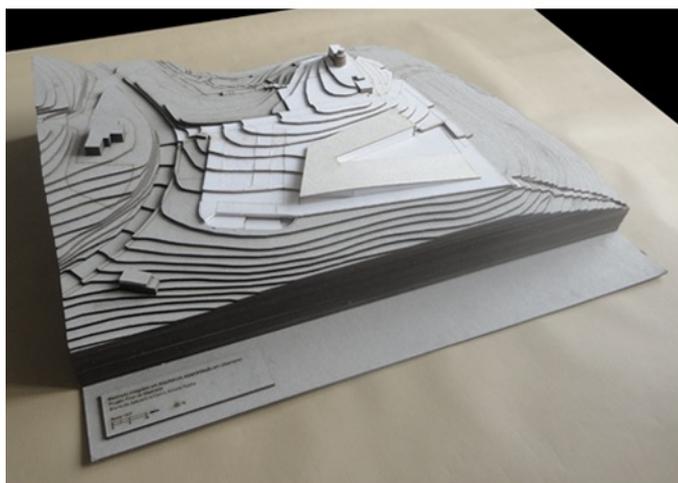
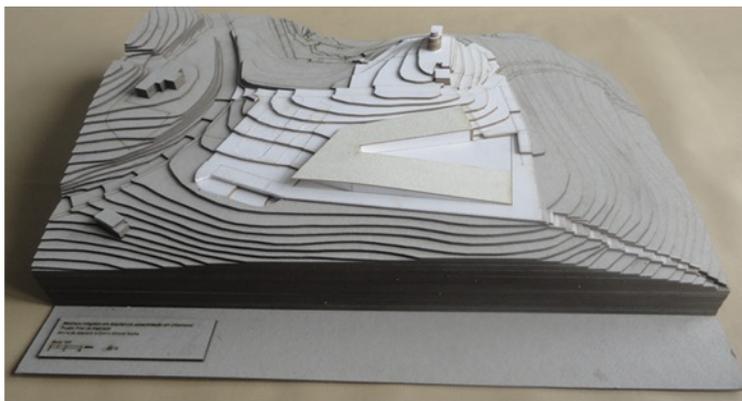
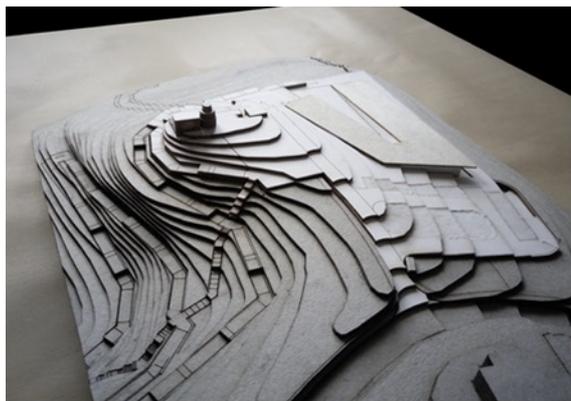


Figura 132 – Maquete do Miradouro do Alto da Cruz, escala 1:500

